

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RODRIGO SANTOS DA MATA

**NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO: ANÁLISE SOB UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL**

VITÓRIA/ES

2023

RODRIGO SANTOS DA MATA

**NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO: ANÁLISE SOB UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Lacerda Moreira

VITÓRIA/ES

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M425n Mata, Rodrigo Santos da, 1983-
Nível de transparência dos municípios do estado do Espírito Santo : análise sob uma perspectiva multidimensional / Rodrigo Santos da Mata. - 2023.
116 f. : il.

Orientador: Rafael de Lacerda Moreira.
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Transparência na administração pública. 2. Governança pública. 3. Democracia. I. Moreira, Rafael de Lacerda. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 657


RODRIGO SANTOS DA MATA

**NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:
ANÁLISE SOB UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Vitória, 11 de agosto de 2023.


COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 RAFAEL DE LACERDA MOREIRA
Data: 14/08/2023 08:39:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rafael de Lacerda Moreira
Presidente da Banca
Universidade Federal do Espírito Santo

Documento assinado digitalmente
 ROBSON ZUCCOLOTTO
Data: 14/08/2023 17:02:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Robson Zuccolotto
Universidade Federal do Espírito Santo

Documento assinado digitalmente
 CLAUDIA FERREIRA DA CRUZ
Data: 15/08/2023 15:39:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Cláudia Ferreira da Cruz
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste trabalho de pesquisa.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Rafael de Lacerda Moreira, pela sua orientação, paciência e apoio ao longo de todo o processo. Sua experiência e conhecimento foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos membros da banca examinadora, Professora Doutora Cláudia Ferreira da Cruz e Professor Doutor Robson Zuccolotto, por dedicarem seu tempo e expertise na avaliação deste trabalho.

Sou grato aos professores do PPGCon, cujas aulas e discussões enriqueceram minha formação acadêmica e contribuíram para o aprimoramento deste estudo.

Não posso deixar de agradecer aos meus colegas de curso, da turma 2021/1, que compartilharam suas ideias, opiniões e experiências ao longo dessa jornada. A troca de conhecimentos e o apoio mútuo foram fundamentais para o meu crescimento profissional e pessoal.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão à minha família e amigos, que sempre me incentivaram e apoiaram em todas as etapas desta jornada acadêmica. Seu amor, paciência e compreensão foram fundamentais para o meu sucesso.

A todos vocês, meu sincero agradecimento. Sem o apoio de cada um, este trabalho não teria sido possível.

RESUMO

Este estudo parte da compreensão de que a transparência pública é fundamental para promover a democracia e garantir o acesso à informação pela população, além de aprimorar a governança, prevenir a corrupção, garantir a legitimidade das ações governamentais e melhorar a eficiência. Nesse aspecto, o objetivo geral da pesquisa é fornecer um quadro abrangente da transparência dos municípios do estado do Espírito Santo, comparando-os em uma análise multidimensional baseada nas perspectivas analíticas de Zuccolotto *et al.* (2015) e nas dimensões analíticas do Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) da Transparência Internacional Brasil (TI-Brasil). A base teórica desta pesquisa aborda as ligações conceituais entre transparência e democracia, destacando como a transparência pode fortalecer os princípios democráticos, garantindo a prestação de contas, a participação cidadã e a confiança nas instituições. Além disso, são discutidas as classificações, perspectivas e dimensões da transparência, considerando diferentes abordagens teóricas e conceituais que buscam categorizar e compreender a transparência em suas múltiplas formas, desde a transparência informacional até a transparência processual e institucional. Um panorama da transparência pública no Brasil também é apresentado, indicando os avanços e desafios enfrentados pelo país nesse campo. A metodologia adotada neste estudo é inovadora, combinando diferentes perspectivas analíticas da transparência, como contábil, orçamentária, institucional e midiática, entre outras. Além disso, uma abordagem de estudos mistos é utilizada, envolvendo análise de *cluster* e entrevistas semiestruturadas. A análise de *cluster* é empregada para agrupar os municípios com características semelhantes em relação à transparência, enquanto as entrevistas semiestruturadas são realizadas com profissionais que atuam na Controladoria Municipal ou órgão equivalente, a fim de obter percepções sobre a transparência pública. Os principais resultados desta pesquisa revelam a existência de seis grupos distintos de municípios no Espírito Santo, cada um com diferentes níveis e características de transparência. Os resultados também destacaram a influência do contexto político na promoção da transparência. Por sua vez, as entrevistas revelaram que os municípios têm se esforçado para disponibilizar informações aos cidadãos, principalmente por meio de *websites* oficiais, mas foram identificadas lacunas na efetividade dessas medidas, especialmente relacionadas à falta de monitoramento e avaliação sistemáticos. A participação dos cidadãos no processo de governança também foi abordada, evidenciando a necessidade de maior engajamento da sociedade civil. As conclusões deste estudo destacam a importância de futuros estudos para aprofundar a compreensão da transparência nos municípios do Espírito Santo e desenvolver políticas e estratégias mais eficazes para fortalecer a transparência e a governança em nível municipal. Recomenda-se que as autoridades públicas e os gestores municipais utilizem os resultados dessa pesquisa como base para identificar áreas de melhoria e adotar medidas específicas para fortalecer a transparência em seus respectivos municípios, como a implementação de políticas de governo eletrônico, o reforço do cumprimento das regulamentações de transparência e o investimento em capacitação e profissionalização da gestão.

Palavras-chave: Transparência Pública. Governança Municipal. Análise Multidimensional.

ABSTRACT

This study starts from the understanding that public transparency is essential for promoting democracy and ensuring access to information for the population, as well as enhancing governance, preventing corruption, ensuring the legitimacy of government actions, and improving efficiency. In this regard, the general objective of the research is to provide a comprehensive framework of transparency in the municipalities of the state of Espírito Santo, comparing them through a multidimensional analysis based on the analytical perspectives of Zuccolotto *et al.* (2015) and the analytical dimensions of the Transparency and Public Governance Index (ITGP) of Transparency International Brazil (TI-Brazil). The theoretical foundation of this research addresses the conceptual links between transparency and democracy, highlighting how transparency can strengthen democratic principles by ensuring accountability, citizen participation, and trust in institutions. Additionally, classifications, perspectives, and dimensions of transparency are discussed, considering different theoretical and conceptual approaches that seek to categorize and understand transparency in its various forms, from informational transparency to procedural and institutional transparency. An overview of public transparency in Brazil is also presented, indicating the advances and challenges faced by the country in this field. The methodology adopted in this study is innovative, combining different analytical perspectives of transparency, such as accounting, budgetary, institutional, and media, among others. Furthermore, a mixed methods approach is utilized, involving cluster analysis and semi-structured interviews. Cluster analysis is employed to group municipalities with similar transparency characteristics, while semi-structured interviews are conducted with professionals working in the Municipal Comptroller's Office or equivalent body to obtain insights into public transparency. The main results of this research reveal the existence of six distinct groups of municipalities in Espírito Santo, each with different levels and characteristics of transparency. The results also highlight the influence of the political context on the promotion of transparency. In turn, the interviews revealed that municipalities have been making efforts to provide information to citizens, mainly through official websites, but gaps in the effectiveness of these measures were identified, particularly related to the lack of systematic monitoring and evaluation. The participation of citizens in the governance process was also addressed, highlighting the need for greater engagement of civil society. The conclusions of this study emphasize the importance of future research to deepen the understanding of transparency in the municipalities of Espírito Santo and develop more effective policies and strategies to strengthen transparency and governance at the municipal level. It is recommended that public authorities and municipal managers use the results of this research as a basis for identifying areas for improvement and adopting specific measures to enhance transparency in their respective municipalities, such as implementing e-government policies, reinforcing compliance with transparency regulations, and investing in capacity building and professionalization of management.

Keywords: Public Transparency. Municipal Governance. Multidimensional Analysis.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificações da Transparência	17
Quadro 2 - Perspectivas Analíticas da Transparência	19
Quadro 3 - Procedimentos PIPCP e Procedimentos Analisados no Estudo	28
Quadro 4 - Procedimentos PIPCP não considerados e Justificativas	30
Quadro 5 - Variáveis examinadas	31
Quadro 6 - Relação de municípios agregados em cada <i>Cluster</i>	35
Quadro 7 - Categorização da entrevista - Município de Afonso Cláudio	66
Quadro 8 - Categorização da entrevista - Município de João Neiva	70
Quadro 9 - Categorização da entrevista - Município de Dores do Rio Preto	75
Quadro 10 - Categorização da entrevista - Município de Rio Bananal	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatística Descritiva das Variáveis de Transparência	36
Tabela 2 - Teste <i>Bonferroni</i> - <i>Cluster 1 versus Clusters (2, 3, 4, 5, 6)</i>	57
Tabela 3 - Teste <i>Bonferroni</i> - <i>Cluster 2 versus Clusters (1, 3, 4, 5, 6)</i>	58
Tabela 4 - Teste <i>Bonferroni</i> - <i>Cluster 3 versus Clusters (1, 2, 4, 5, 6)</i>	59
Tabela 5 - Teste <i>Bonferroni</i> - <i>Cluster 4 versus Clusters (1, 2, 3, 5, 6)</i>	60
Tabela 6 - Teste <i>Bonferroni</i> - <i>Cluster 5 versus Clusters (1, 2, 3, 4, 6)</i>	61
Tabela 7 - Teste <i>Bonferroni</i> - <i>Cluster 6 versus Clusters (1, 2, 3, 4, 5)</i>	62
Tabela 8 - IT-Geral e Média das Variáveis Socioeconômicas por <i>Cluster</i>	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CEP	Dimensão Comunicação, Engajamento e Participação
ID_PCP	Índice de Divulgação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
ITGP	Índice de Transparência e Governança Pública
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEG	Dimensão Legal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
PCAs	Prestação de Contas Anuais
PCP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PIPCP	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PLAT	Dimensão Plataformas
PPA	Plano Plurianual
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
RREO	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TAG	Dimensão Transparência Administrativa e Governança
TCE-ES	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
TFO	Dimensão Transparência Financeira e Orçamentária
TI-Brasil	Transparência Internacional Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1. Ligações conceituais entre transparência e democracia	15
2.2. Classificações e perspectivas/dimensões da transparência.....	17
2.3. Revisão da literatura sobre transparência pública	21
2.4. Panorama da transparência pública no Brasil: avanços e desafios.....	23
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.1. Percurso de construção do Índice de Divulgação dos PCPs.....	27
3.2. Percurso de construção do Modelo de Análise de <i>Cluster</i>	30
3.3. Percurso de realização das entrevistas.....	33
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
4.1. Composição dos <i>Clusters</i>	35
4.2. Análise dos <i>Clusters</i>	36
4.2.1. <i>Cluster 1</i>	37
4.2.2. <i>Cluster 2</i>	40
4.2.3. <i>Cluster 3</i>	42
4.2.4. <i>Cluster 4</i>	45
4.2.5. <i>Cluster 5</i>	48
4.2.6. <i>Cluster 6</i>	50
4.3. Análise comparativa dos <i>Clusters</i>	53
4.4. Análise das entrevistas.....	64
4.4.1. <i>Entrevista com o município de Afonso Cláudio</i>	65
4.4.2. <i>Entrevista com o município de João Neiva</i>	70
4.4.3. <i>Entrevista com o município de Dores do Rio Preto</i>	74
4.4.4. <i>Entrevista com o município de Rio Bananal</i>	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE A – DIMENSÕES DE TRANSPARÊNCIA POR CLUSTER.....	89
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	113
APÊNDICE C - DENDOGRAMA DA ANÁLISE DE CLUSTER.....	116

1. INTRODUÇÃO

A transparência pública é um elemento indispensável para promover a democracia e garantir o acesso à informação pela população. Para muitos, a transparência no governo é uma das principais ferramentas para aprimorar a governança, uma vez que ajuda a prevenir a corrupção, garantir a legitimidade das ações governamentais e melhorar a eficiência (Grimmelikhuijsen *et al.*, 2013). Ao fortalecer as instituições democráticas e combater a corrupção, a transparência permite que a sociedade civil exerça seu papel de fiscalização e controle sobre o Estado (Bobbio, 1997).

Na visão de Bobbio (1997), a transparência é um direito dos cidadãos e uma obrigação dos governos, e é fundamental para garantir a responsabilidade e a legitimidade das instituições democráticas. Nessa direção, Harrison e Sayogo (2014) corroboram com tal visão, ao afirmarem que em democracias onde os cidadãos delegam autoridade para a tomada de decisões, a transparência é essencial para fornecer as informações necessárias aos cidadãos para avaliar e validar as ações de seus governos. Segundo esses autores, a participação pública complementa esses processos, visto que o público é o destinatário final e o consumidor das informações fornecidas através de processos de transparência.

Reconhecidos os impactos positivos da transparência na participação cidadã, na boa governança e no fortalecimento dos regimes democráticos, é essencial definir esse fenômeno para que seus efeitos sejam percebidos. Embora existam várias conceituações de transparência, todas têm como essência o papel da acessibilidade à informação (Sol, 2013). Nesse contexto, é importante compreender que a transparência abrange diversos elementos, principalmente a divulgação de informações sobre o desempenho ou o funcionamento de uma organização (Grimmelikhuijsen *et al.*, 2013). No caso específico das organizações públicas, elas têm o potencial de gerar diferentes tipos de informações, como dados contábeis, orçamentários e institucionais, que devem ser divulgados ao público para promover a transparência.

Com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e, mais tarde, da *Internet*, surgiram novas oportunidades para a transparência: as informações podem ser armazenadas e divulgadas com maior facilidade pelo governo (Grimmelikhuijsen *et al.*, 2013). Além disso, as informações governamentais agora podem ser acessadas por qualquer pessoa com conexão à *Internet*, independentemente de horário ou localização, o que torna a transparência ainda mais importante. Por essa razão, a norma geral é que informações públicas, exceto aquelas que exigem algum grau de sigilo, devem ser disponibilizadas em um

portal específico, comumente chamado de Portal da Transparência. Isso facilita o acesso às informações por parte da sociedade e aumenta a transparência das ações do governo.

No entanto, é importante destacar que a divulgação pública das informações nem sempre é suficiente para garantir a transparência. De acordo com Michener e Bersch (2013), para alcançar a transparência é necessário divulgar informações que sejam a) suficientemente completas e b) de fácil acesso, a fim de torná-las visíveis. Além disso, esses autores ressaltam que a transparência também depende da capacidade de inferência, ou seja, das habilidades das pessoas que possuem essas informações em tirar conclusões precisas, o que pode variar de acordo com a forma como as informações são apresentadas.

Dado que a transparência pode ser avaliada a partir de várias perspectivas ou dimensões (Zuccolotto *et al.*, 2015) e que a literatura existente sobre transparência do governo local tem se concentrado principalmente na área fiscal e orçamentária (Sol, 2013), sendo escassa a presença de estudos comparativos entre municípios com base em características de transparência, esta pesquisa tem como objetivo responder à seguinte questão: **Como os municípios do estado do Espírito Santo se comparam em uma análise multidimensional da transparência, que incorpora tanto o nível de divulgação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCPs) quanto as dimensões do Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) da Transparência Internacional Brasil (TI-Brasil)?**

A avaliação da transparência nos municípios do Espírito Santo é um passo fundamental para identificar discrepâncias, entender o desempenho e implementar estratégias de aprimoramento. Esta pesquisa se concentra em conduzir uma análise multidimensional que considera tanto a dimensão contábil, representada pelo nível de divulgação dos PCPs, quanto as dimensões do ITGP.

Com o intuito de responder à questão de pesquisa, foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) identificar o nível de divulgação dos PCPs dos municípios para apurar a dimensão contábil da transparência; b) classificar os municípios em *clusters* com base nas semelhanças nas múltiplas dimensões analíticas da transparência, incluindo a dimensão contábil e as dimensões do ITGP; c) identificar os municípios que apresentam maior divergência no nível de transparência alcançado, considerando as características socioeconômicas do grupo, e compreender as causas dessa divergência.

Este estudo foi inspirado nos trabalhos de Mata (2022) e Piccini *et al.* (2022) que buscaram identificar o Índice de Divulgação dos PCPs em municípios. Entretanto, esta proposta tem como objetivo analisar o nível de divulgação dos PCPs como uma dimensão da transparência e, em conjunto com outras dimensões analíticas da transparência, compreender

a formação de arranjos de municípios com base nessas características. Ademais, este estudo aprofunda a análise das políticas contábeis apresentadas no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), considerando todas as políticas que atingiram o prazo de implantação no cronograma.

As demais dimensões analíticas da transparência são baseadas no Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) da TI-Brasil, que engloba os seguintes aspectos: Legal (LEG), Plataformas (PLAT), Transparência Administrativa e Governança (TAG), Transparência Financeira e Orçamentária (TFO) e Comunicação, Engajamento e Participação (CEP). O ITGP foi desenvolvido com o objetivo de avaliar o nível de transparência e governança pública em municípios de pequeno e médio porte no Brasil, analisando aspectos como a existência de leis, práticas de transparência, dados abertos, participação cidadã, transformação digital, integridade e combate à corrupção nos governos municipais em diversas dimensões.

No primeiro semestre de 2022, a Transparência Capixaba em parceria com a TI-Brasil realizou uma avaliação do nível de transparência pública de todos os municípios do Espírito Santo através do *Ranking* Capixaba de Transparência e Governança Pública. Utilizando a metodologia fornecida pela TI-Brasil, a avaliação revelou que dos 78 municípios avaliados, 11 alcançaram o nível mais elevado de transparência ("ótimo"), enquanto 13 prefeituras foram classificadas como "bom". A maioria das cidades (30) recebeu a classificação de "regular" em termos de transparência. Além dessas, outros 24 municípios foram categorizados como "ruim" no *Ranking* Capixaba.

No que diz respeito ao escopo da análise, o estudo é notável, pois os municípios do estado do Espírito Santo estão sujeitos a uma regulamentação específica sobre o PIPCP, ao contrário de outras unidades da Federação. O Tribunal de Contas local (TCE-ES) editou a Instrução Normativa n.º 36/2016, que regulamenta o PIPCP, sem estabelecer diferenciação entre municípios com mais ou menos de 50.000 habitantes e antecipando alguns dos termos definidos na Portaria n.º 548/2015 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, o Espírito Santo foi o único estado da Federação a ter todos os seus municípios avaliados pelo ITGP, o que torna o uso do índice nesta pesquisa conveniente.

Além do mais, um estudo que inclui municípios ganha em relevância, já que esses entes federativos estão mais próximos dos cidadãos e são responsáveis por suprir as principais demandas sociais. De acordo com Cruz *et al.* (2012), isso desperta ou aumenta o interesse da população em ter dados sobre a administração dos recursos públicos que são responsabilidade dos gestores municipais.

Diante desse contexto, a análise multidimensional da transparência nos municípios do Espírito Santo busca proporcionar uma compreensão ampla e aprofundada da transparência e da governança pública. Através da utilização das perspectivas analíticas apresentadas por Zuccolotto *et al.* (2015) e das dimensões do ITGP da TI-Brasil, pretende-se avaliar a transparência em variadas áreas, tais como legalidade, plataformas de divulgação, transparência administrativa e governança, transparência financeira e orçamentária, além de comunicação, engajamento e participação.

Os resultados obtidos por esta pesquisa têm o potencial de oferecer subsídios para aprimorar as políticas de transparência e governança pública nos municípios do Espírito Santo, identificando tanto boas práticas quanto áreas que demandam aprimoramentos. Além disso, podem contribuir para fortalecer a participação cidadã, combater a corrupção e ampliar a eficiência e eficácia na gestão pública local. Adicionalmente, o enfoque multidimensional proposto pode servir como um modelo para avaliações comparativas de transparência em outras regiões da federação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta revisão teórica tem como objetivo aprofundar o entendimento da relação entre transparência e democracia, assim como explorar as diversas facetas da transparência. Na primeira seção deste referencial teórico, são abordadas as ligações conceituais entre transparência e democracia. Analisa-se como a transparência pode fortalecer os princípios democráticos, garantindo a prestação de contas, a participação cidadã e a confiança nas instituições.

Na segunda seção, são examinadas as classificações, perspectivas e dimensões da transparência. Investiga-se as diferentes abordagens teóricas e conceituais que buscam categorizar e compreender a transparência em suas múltiplas formas, desde a transparência informacional até a transparência processual e institucional. Essa análise proporciona uma compreensão mais ampla dos conceitos-chave relacionados à transparência e estabelece uma base sólida para a revisão da literatura subsequente.

Na terceira seção, conduz-se uma revisão detalhada da literatura sobre transparência pública. Analisam-se os principais estudos e pesquisas que investigam a transparência em diversos contextos, examinando suas implicações, desafios e benefícios para a governança democrática. São destacadas as abordagens teóricas e metodológicas utilizadas nesses estudos, indicando tendências e a lacuna a ser tratada na presente pesquisa.

Por fim, na quarta seção, concentra-se a atenção no panorama da transparência pública no Brasil. Investiga-se os avanços e desafios enfrentados pelo país neste campo, considerando as iniciativas e políticas implementadas para promover a abertura e a prestação de contas governamentais. Analisam-se também as limitações e obstáculos que ainda dificultam a plena efetivação da transparência no contexto brasileiro.

2.1. Ligações conceituais entre transparência e democracia

Embora a transparência seja um conceito cada vez mais discutido no meio acadêmico, seu significado ainda carece de precisão (Zuccolotto *et al.*, 2015). De acordo com Cucciniello *et al.* (2017), a atenção acadêmica voltada para os possíveis efeitos do aumento da transparência pública derivou de diversas disciplinas e análises que abordam diferentes formas e resultados da transparência, resultando em uma falta de articulação entre as abordagens.

Segundo Zuccolotto *et al.* (2015), existem várias definições para o termo transparência, variando de acordo com a área de estudo, especialmente nos campos de conflitos internacionais, regimes internacionais, corrupção, Ciência Política, Administração Pública e Direito. Dada a complexidade dos estudos nessa área, este trabalho adota a definição de transparência pública, desenvolvida a partir de uma revisão sistemática da literatura por Cucciniello *et al.* (2017), que concluíram que a transparência pública ocorre quando atores externos têm acesso a informações sobre o funcionamento das organizações públicas.

Cucciniello *et al.* (2017) combinaram duas categorias para chegar à definição de transparência pública: aquela que considera a transparência como a disponibilização de dados e a que a define a partir do fluxo de informações. De acordo com esses autores, as pesquisas que se concentram na disponibilização de dados geralmente destacam as divulgações relacionadas aos processos de tomada de decisão em assuntos financeiros, políticos e procedimentos administrativos gerais, bem como informações detalhadas sobre o funcionamento de uma organização e o desempenho do governo.

Já as definições que se concentram nos fluxos de informação são essencialmente relacionais, uma vez que consideram o acesso das partes interessadas a diversos tipos de dados governamentais, nos quais as avaliações sobre transparência podem ocorrer com base em diferentes perspectivas: transparência interna, transparência externa, transparência ascendente e transparência descendente (Cucciniello *et al.*, 2017).

No entanto, a transparência pública não pode ser considerada completa se não estiver integrada aos processos democráticos. De acordo com Bobbio (1997), para que o povo possa interagir com seus representantes, monitorá-los e, ao final do período de representação, exercer o poder negativo, um princípio histórico é indispensável: a transparência. O autor argumenta que a transparência é um dos princípios fundamentais dos regimes democráticos, pois o povo deve ter acesso a todas as decisões e ações dos governantes.

De acordo com Bobbio (1997), um regime democrático é definido, sobretudo, como um conjunto de normas para a tomada de decisões coletivas, que permite a máxima participação das partes interessadas. Somente em regimes democráticos é possível que os cidadãos questionem as informações fornecidas pelo Estado. Esse exercício crítico e participativo é fundamental para que o povo possa cobrar dos governantes responsabilidade pelas demandas da sociedade.

Com a democratização do Estado, é comum associar o termo *accountability* à transparência, embora esses conceitos não sejam sinônimos (Filgueiras, 2011). A transparência é uma das etapas da *accountability*, que abrange também a prestação de contas e a responsabilização dos governantes, além da existência de mecanismos institucionais de controle da gestão pública (Vaz *et al.*, 2011; Zuccolotto *et al.*, 2015). Nesse sentido, a *accountability* é um conceito mais amplo que a transparência, já que envolve a possibilidade de incentivos ou sanções para os agentes públicos que cumprem ou não suas obrigações.

Diversas pesquisas têm comprovado uma relação entre o nível de transparência e a democracia. De acordo com Zuccolotto e Teixeira (2014a), que avaliaram a eficácia dos organismos de controle e fiscalização na melhoria da transparência, a independência na atuação dessas instituições é uma condição necessária para essa melhoria, e à medida que o nível de transparência cresce, a democracia também progride. Em um estudo comparativo transnacional, Harrison e Sayogo (2014) investigaram o efeito de diversas condições sobre a transparência fiscal e concluíram que o nível de democracia de uma nação é o fator mais relevante para a transparência, participação e *accountability*. O estudo de Leroy *et al.* (2021) reforça esse argumento, pois demonstrou que os países mais democráticos tendem a ser mais transparentes, e o oposto também é verdadeiro.

Portanto, esta pesquisa reconhece que a democracia é fundamental para uma melhor compreensão do conceito de transparência na esfera pública. Embora não haja uma definição única de transparência, há uma quase unanimidade nas pesquisas de que a transparência floresce em ambientes democráticos. Para alcançar isso, os governos em regimes democráticos devem se comprometer em tornar as informações públicas mais transparentes,

proporcionando maior oportunidade de participação da sociedade e garantindo a autonomia e independência das instituições formais de supervisão, incluindo o Poder Legislativo e as Instituições Supremas de Auditoria (Leroy *et al.*, 2021).

2.2. Classificações e perspectivas/dimensões da transparência

Cucciniello *et al.* (2017) propõem uma definição de transparência pública que é composta por duas perspectivas complementares. A perspectiva da disponibilidade se concentra na quantidade de informação governamental que está disponível, enquanto a perspectiva do fluxo de informação considera quem tem acesso a essa informação. Juntas, essas perspectivas formam uma definição mais abrangente de transparência, que está relacionada à acessibilidade da informação para as pessoas. O conceito discutido na seção anterior destaca essa definição.

No entanto, segundo Zuccolotto *et al.* (2015), a maioria dos estudos acadêmicos que avaliam a transparência dos governos é genérica e não define claramente o tipo ou classificação de transparência que está sendo pesquisado. Os autores destacam que, em geral, os estudos combinam avaliações de transparência ativa e passiva, transparência nominal e efetiva, visibilidade de informação e capacidade de inferência, e principalmente, mesclam perspectivas analíticas da transparência, avaliando ao mesmo tempo a transparência contábil, orçamentária, de processos de compras, midiática, entre outras. Para trazer maior clareza conceitual, os autores elaboraram uma revisão da literatura internacional e identificaram diferentes classificações de transparência, que estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificações da Transparência

Quanto à direção	Transparência para cima (vertical)	A transparência de baixo para cima significa que o principal pode monitorar o comportamento e/ou os resultados dos agentes subordinados hierárquicos. Nesse sentido, os agentes fornecem dados relevantes para que o principal possa acompanhar.
	Transparência para baixo (vertical)	Acontece quando os cidadãos podem avaliar as ações e/ou os resultados de seus líderes.
	Transparência para fora (horizontal)	Ocorre quando os subordinados hierárquicos conseguem observar o que está acontecendo fora da organização. É importante observar mais do que a organização para compreender o ambiente. Também é essencial entender o comportamento de seus pares.

	Transparência para dentro (horizontal)	Acontece quando os indivíduos que estão fora da organização conseguem perceber o que está se passando dentro dela. A transparência para dentro é importante para a legislação de liberdade de informação e para facilitar os mecanismos de controle social.
Quanto à variedade	Transparência de eventos <i>versus</i> Transparência de processos	A transparência do evento é demonstrada pelos objetos: entrada, saída e resultado. A transparência do processo engloba aspectos processuais e operacionais. Analisando os eventos, temos: a entrada de dados pode ser representada pelos sistemas de gastos públicos tradicionais, enquanto as saídas podem ser mensuradas pelo nível de atividade do setor (por exemplo, o número de cirurgias realizadas).
	Transparência retroativa <i>versus</i> Transparência tempestiva	A transparência retroativa diz respeito à disponibilidade de dados de gestão de recursos públicos ao longo de um determinado período. Enquanto a transparência tempestiva significa acesso constante aos processos administrativos internos e disponibilidade de dados em tempo real.
	Transparência efetiva <i>versus</i> Transparência nominal	Para ter transparência efetiva, as pessoas que recebem as informações do governo devem conseguir processá-las, compreendê-las e utilizá-las. Por outro lado, a transparência nominal é observada apenas quando as informações são divulgadas e não assimiladas pelos cidadãos.
Quanto à iniciativa	Transparência ativa	A transparência decorre de escolhas conscientes de gestores públicos ou de normas impostas a órgãos governamentais. O objetivo é assegurar que as informações relevantes e adequadas sejam divulgadas à sociedade para poder avaliar a atuação do Governo.
	Transparência passiva	É obrigação de o Estado fornecer a todos os cidadãos, que necessitam documentos oficiais no prazo estipulado. A menos que documentos estejam protegidos legalmente por questões de segurança nacional, investigação pública, direitos de terceiros, etc.
Quanto aos aspectos conceituais	Visibilidade	Para que as informações sejam visíveis, elas devem ser razoavelmente completas e prontamente disponíveis. No entanto, só porque algo é público não significa que seja visível, pois a informação deve refletir um alto grau de integridade para ser visível.
	Capacidade de inferência	Refere-se à qualidade das informações ou dados. Quando os dados são imprecisos ou quando informações relevantes são ocultadas, a capacidade de inferir a partir dessas informações é questionada, o que impede determinar o que está sendo comunicado.

Fonte: Zuccolotto *et al.* (2015) adaptado.

O Quadro 1 apresenta diversas classificações de transparência que podem ser utilizadas como referência para a elaboração de estudos sobre o tema. Nesse sentido, é fundamental delimitar claramente o escopo da análise em pesquisas que abordem os efeitos da transparência, como destacado por Zuccolotto *et al.* (2015), a fim de evitar confusões conceituais. Conforme enfatizam os autores, estabelecer o escopo da análise é crucial para evitar a ampliação conceitual e a criação de neologismos imprecisos e incompreensíveis.

Entretanto, os acadêmicos têm utilizado o termo "transparência" de forma ampla, o que leva a um neologismo impreciso e incompreensível (Zuccolotto *et al.*, 2015). Os autores demonstram que essa situação decorre da falta de uma perspectiva teórica que possibilite aos pesquisadores analisarem as diversas classificações, abordagens, variantes e dimensões conceituais da transparência.

Diante dessa preocupação, os referidos autores estabelecem as perspectivas analíticas da transparência, baseando-se nos trabalhos da Transparência Internacional, do *International Budget Partnership* e em estudos que se dedicaram a avaliar os níveis de transparência tanto em âmbito nacional quanto internacional. Essas perspectivas analíticas estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Perspectivas Analíticas da Transparência

Perspectiva	Conceito	O que analisar
Orçamentária	Consiste na divulgação de toda informação orçamentária relevante de forma sistemática e tempestiva, permitindo ao cidadão, para além da sua visualização, tirar dela, conclusões.	Relatórios pré-orçamentários (PPA, LDO), proposta orçamentária do executivo, orçamento cidadão, orçamento aprovado, relatórios de acompanhamento da execução orçamentária, relatórios intermediários (RREO e RGF), relatório de fim de ano (Balanço Orçamentário) e Relatórios de auditoria (Parecer Prévio dos Tribunais de Contas).
Contábil	Consiste em divulgar de forma sistemática e tempestiva toda a informação patrimonial e financeira para que o usuário possa avaliar a capacidade econômica, financeira e patrimonial das entidades.	Ao menos, devem ser examinados: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Este material mínimo também precisa conter o relatório de auditoria, emitido por uma organização independente ou pelo órgão fiscalizador superior. Deve incluir também notas explicativas às Demonstrações Contábeis e tabelas auxiliares (como lista de bens de valor histórico).
Institucional/Organizacional	Além de normas e relatórios, inclui a divulgação de todas as informações sobre a organização estatal, cargos e responsabilidades.	Organograma do Estado (executivo, legislativo e judiciário) com definição de cargos, funções, responsabilidades e formas de contato com os órgãos. É relevante considerar, também, a quantidade de servidores públicos nos órgãos, divididos entre os eleitos, os nomeados e os efetivos. Avalia-se também o acesso à legislação, normas, atas, relatórios governamentais e fluxogramas de processos.
Social/Cívica	Consiste na existência de informações e atenção aos cidadãos, bem como no compromisso com a cidadania. Além de divulgar dados a respeito de eventos culturais e sociais, é importante que as autoridades criem e incentivem canais de	Horários de funcionamento dos estabelecimentos culturais, existência de mecanismos de participação e acompanhamento de audiências públicas, existência de fóruns, existência de espaço para as associações sem finalidade de lucros divulgarem suas informações, existência de informações sobre os conselhos, sua organização, função, responsáveis e responsabilidades, metas, avaliação de desempenho e formas de participação.

	interação com a população e com a sociedade civil organizada, para ouvir sugestões, reclamações e contribuições.	
Processo Licitatório	O objetivo é tornar públicas as aquisições de bens, materiais e serviços pelos governos, além de fornecer dados sobre o progresso desses procedimentos, seus custos, seus competidores e seus resultados.	O conteúdo mínimo a ser avaliado é composto por editais de contratação de obras, materiais ou serviços, bem como mapas e plantas quando se tratar de obras, organograma de execução da obra, órgão e servidor responsável pelo processo de compra, atas com os resultados do processo, recursos impetrados pelos concorrentes, resultados dos recursos, vencedor do processo, lista de vencedores de processos de licitação nos últimos exercícios, lista de recursos impetrados, organograma revisado de execução quando se tratar de obras.
Contratos e Convênios	Consiste na divulgação dos contratos, convênios, termos de parceria e de cooperação estabelecidos por um governo.	O conteúdo mínimo a ser divulgado nessa perspectiva envolve as atribuições de responsabilidades nos contratos, os convênios e termos de parceria, as medidas de avaliação de desempenho, os prazos e valores e as cláusulas de penalidades.
Midiática	Contém, pelo menos, uma das avaliações de transparência descritas acima, disponível para acesso público eletronicamente. Esses meios de comunicação podem incluir a divulgação em <i>sites</i> , aplicativos para celulares, <i>smartphones</i> e <i>tablets</i> .	Os itens a serem avaliados podem ser os mesmos descritos nas perspectivas anteriores, bem como podem incluir aspectos específicos de mídia e tecnologia.

Fonte: Zuccolotto *et al.* (2015) adaptado

Considerando que a transparência pode ser examinada por meio de várias perspectivas, o objetivo desta dissertação foi desenvolver um modelo que abrangesse diferentes características de transparência, a fim de identificar a formação de arranjos de municípios com base nessas características. É importante ressaltar que a presente proposta não contradiz as abordagens de Zuccolotto *et al.* (2015), uma vez que integra diferentes dimensões analíticas da transparência. No entanto, busca compreender a configuração do desempenho nessas dimensões tanto por uma única entidade quanto por entidades distintas.

Para a elaboração do modelo proposto, foi considerado inicialmente um índice já existente, o ITGP da TI-Brasil, devido ao fato de abranger, de modo geral, todas as perspectivas analíticas da transparência descritas no Quadro 2, com exceção da perspectiva contábil. Posteriormente, a perspectiva contábil foi adicionada ao modelo, o que possibilitou a criação de um quadro abrangente da transparência, fundamentado em uma perspectiva analítica múltipla, para os municípios do estado do Espírito Santo.

A próxima seção desta dissertação consiste em uma revisão de literatura, que apresenta uma série de autores que buscaram explorar as causas da transparência pública. É importante observar que esses textos normalmente abrangem uma perspectiva ou dimensão específica da transparência, havendo poucos casos que extrapolam essa regra. Nesse sentido, a presente proposta, que adota uma perspectiva múltipla da transparência pública, tem como objetivo avançar nas discussões em torno deste tema, proporcionando uma abordagem mais abrangente e holística.

2.3. Revisão da literatura sobre transparência pública

Os estudos anteriores destacam a importância da transparência no governo local e examinam os determinantes que influenciam sua ocorrência. Sol (2013) analisou os determinantes econômicos, sociais e institucionais da transparência no governo local da Espanha, revelando que municípios grandes e prefeitos de esquerda tendem a apresentar melhores níveis de transparência. Por outro lado, Bolívar *et al.* (2013) identificaram a condição financeira, os subsídios intergovernamentais, a competição política, o tamanho do governo e o nível de renda dos cidadãos como variáveis significativas na divulgação de informações financeiras públicas.

Além disso, Araujo e Tejedo-Romero (2016) investigaram o índice de transparência nos municípios espanhóis e destacaram que fatores políticos, como poder político, participação eleitoral e ideologia política, afetam a transparência. A participação eleitoral foi considerada um fator positivo para a transparência, pois os políticos locais sentem pressão para divulgar informações e aumentar a confiança do público. A ideologia política também influencia, sendo mais evidente nos municípios governados por partidos de direita. Além disso, o desenvolvimento econômico e social municipal desempenha um papel importante na promoção da transparência.

Em relação ao governo eletrônico, Cuadrado-Ballesteros *et al.* (2022) investigaram a relação entre inovações contábeis e governo eletrônico no setor público. Eles concluíram que a implementação de padrões contábeis internacionais e a adoção da contabilidade de competência estão correlacionadas com o desenvolvimento do governo eletrônico. Segundo os autores, essa abordagem gerencial e política é crucial para lidar com as reformas contábeis e o desenvolvimento do governo eletrônico, combinando tecnologias adequadas com sistemas contábeis para fornecer informações confiáveis e estabelecer um diálogo com as partes interessadas externas.

Vários estudos têm abordado a adoção e implementação das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) e seus impactos na transparência e qualidade da governança no setor público. Por exemplo, Mnif e Gafsi (2020) investigaram a divulgação das demonstrações financeiras do governo central de acordo com as IPSAS e identificaram fatores ambientais que influenciam esse nível. Seus resultados mostraram diferenças significativas nos níveis de adesão às normas IPSAS entre os países, com influência positiva do nível de transparência do governo, qualidade da administração e gestão pública, e experiência prévia com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Kartiko *et al.* (2018) analisaram o nível de adesão às IPSAS baseadas no regime de competência no governo central e sua relação com indicadores de transparência fiscal. Os resultados indicaram que a adesão às IPSAS estava positivamente correlacionada com o índice de transparência fiscal, sugerindo que a adoção das IPSAS baseadas no regime de competência pode melhorar a transparência fiscal.

Brusca e Martínez (2016) examinaram os incentivos e obstáculos para a adoção das IPSAS e seus principais benefícios. A adoção das IPSAS foi considerada uma forma de melhorar a qualidade dos relatórios financeiros, aumentar a transparência e a *accountability* no setor público, além de melhorar a comparabilidade das demonstrações financeiras em todo o mundo. No entanto, algumas barreiras para a adoção das IPSAS foram identificadas, como críticas à semelhança com o modelo contábil empresarial e o custo e a capacidade institucional das organizações públicas.

Bisogno e Cuadrado-Ballesteros (2020) analisaram o impacto das práticas de gestão financeira do setor público, incluindo a implementação das IPSAS, na qualidade da democracia. Eles constataram que a implementação das IPSAS demonstrou melhorias na qualidade da democracia, principalmente devido aos princípios de igualdade e controle. Isso sugere que a harmonização internacional das normas contábeis, incluindo as IPSAS, é crucial para aumentar a transparência e a *accountability* no setor público.

Outro aspecto importante abordado pelos estudos anteriores é a relação entre governo eletrônico, transparência e participação. Manoharan e Ingrams (2018) exploraram a adoção e implementação do governo eletrônico em governos locais, destacando que sua adoção tem o potencial de melhorar os serviços governamentais, envolver as partes interessadas e aumentar a participação dos cidadãos. Fatores como competição política e adoção pelos cidadãos foram identificados como facilitadores externos, enquanto características dos funcionários e organizações desempenham um papel crítico. No entanto, existem barreiras, como falta de recursos tecnológicos, financeiros e de apoio de funcionários eleitos.

Embora os estudos anteriores tenham contribuído significativamente para a compreensão dos determinantes e impactos da transparência no governo em níveis central e local, uma lacuna de pesquisa a ser explorada é a análise do nível de transparência dos municípios do Espírito Santo, sob uma perspectiva analítica multidimensional. Neste contexto, o presente estudo propõe uma abordagem inovadora, utilizando diferentes perspectivas analíticas da transparência, tais como contábil, orçamentária, institucional e midiática, entre outras.

Uma das principais contribuições do presente estudo é a adoção de uma metodologia de estudos mistos, que combina análise de *cluster* e entrevistas semiestruturadas. Essa abordagem permitirá uma compreensão mais abrangente do nível de transparência dos municípios do Espírito Santo, identificando padrões e agrupamentos de municípios com características semelhantes. Além disso, as entrevistas semiestruturadas proporcionarão uma visão qualitativa das percepções e práticas relacionadas à transparência em nível local, enriquecendo a análise quantitativa.

Ao explorar essa lacuna de pesquisa, o estudo busca preencher uma lacuna de conhecimento no contexto específico dos municípios do Espírito Santo, fornecendo *insights* valiosos para aprimorar a governança local e promover a transparência. Além disso, a abordagem multidimensional e a metodologia de estudos mistos adotada oferecem uma perspectiva mais completa e aprofundada da transparência, permitindo uma compreensão mais holística e contextualizada desse fenômeno complexo.

2.4. Panorama da transparência pública no Brasil: avanços e desafios

Com o objetivo de atender ao princípio histórico dos governos democráticos, o Brasil tem buscado ao longo dos anos, especialmente durante períodos de regimes democráticos, avançar nos mecanismos e conteúdos relacionados à transparência (Zuccolotto & Teixeira, 2017). Destacam-se como principais iniciativas a Constituição Federal de 1988, a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Acesso à Informação (LAI) (Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011). Essas legislações têm contribuído para um melhor planejamento e controle da administração pública, resultando em um aumento na fiscalização das informações internas geradas tanto pela administração direta quanto pela indireta (Lopes *et al.*, 2020).

No Brasil, desde a promulgação da CF/1988, as instituições de governo local passaram por transformações significativas. Desde então, tem sido observado um aumento progressivo

da autonomia e das responsabilidades dos governos locais na gestão e execução das políticas públicas (Pinho & Sacramento, 2009). Os mesmos autores argumentam que a descentralização desempenha um papel fundamental na promoção da transparência governamental, uma vez que essa forma de organização político-administrativa do território possibilita o aprofundamento da democracia, aproximando os cidadãos dos processos de tomada de decisão. Segundo os autores, isso resulta em uma maior visibilidade dos representantes no nível municipal.

Além disso, é importante destacar que a CF/1988 estabeleceu a participação da sociedade como um princípio fundamental na gestão das políticas públicas. Com o intuito de viabilizar a efetiva aplicação desses dispositivos constitucionais, foram instituídos mecanismos como conselhos, orçamento participativo e plebiscitos (Pinho & Sacramento, 2009). Esses instrumentos têm como objetivo principal fomentar uma participação democrática mais ampla, assegurando que as decisões governamentais sejam tomadas de maneira transparente e inclusiva. Dessa forma, busca-se fortalecer a relação entre a sociedade e o poder público, promovendo uma gestão mais próxima dos interesses e necessidades da população.

Por seu turno, a implementação da LRF representou um marco significativo para a promoção da transparência fiscal no Brasil. Com a nova Lei, tornou-se possível monitorar e fiscalizar de forma regular a gestão fiscal, tanto por órgãos competentes como pela população em geral (Cruz *et al.*, 2012; Dias *et al.*, 2020). Além disso, a partir do ano 2000, a administração pública passou a ter a obrigação de divulgar seus relatórios fiscais, abrangendo desde o planejamento das ações públicas com o orçamento, até os relatórios de execução orçamentária (Lopes *et al.*, 2020). Destarte, a implementação da LRF e a obrigatoriedade de divulgação dos relatórios fiscais representaram avanços importantes para a transparência fiscal no Brasil, possibilitando um monitoramento mais efetivo da gestão pública e fortalecendo o acesso à informação por parte dos cidadãos.

Assim como a LRF, a LAI trouxe mudanças fundamentais no contexto brasileiro, promovendo um ambiente mais aberto e acessível para os cidadãos. Essa abertura de informações foi particularmente importante considerando o período de opacidade que marcou a ditadura militar no Brasil, estendendo-se de 1964 a 1985 (Alves *et al.*, 2021). A LAI, portanto, emergiu como um dos principais instrumentos para promover a transparência tanto no âmbito federal, quanto nos estados, municípios e no Distrito Federal.

Atualmente, a transparência desempenha um papel fundamental na gestão pública ao ampliar o acesso da sociedade às informações governamentais e fomentar a *accountability*

(Filgueiras, 2011). Vale ressaltar que a transparência no setor público vai além da divulgação dos aspectos legais e fiscais conforme estipulado pela LRF e abrange uma gama mais ampla de informações (Lopes *et al.*, 2020). Isso inclui o desempenho, o quadro de servidores, o sistema de controle interno e outros aspectos, conforme previsto na LAI, permitindo que os cidadãos tenham acesso mais fácil a informações por meio de relatórios públicos e portais eletrônicos.

É imprescindível ressaltar a convergência das mudanças legislativas ao longo dos anos, que visam fomentar a transparência e a responsabilidade fiscal, em consonância com as transformações ocorridas na contabilidade do setor público brasileiro. De acordo com Zuccolotto *et al.* (2017), as iniciativas nesse sentido tiveram início com a publicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Segundo Sasso e Varela (2020), as modificações na regulamentação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) demandam que as organizações públicas brasileiras adotem e apliquem a contabilidade com base no regime de competência, a fim de que a CASP cumpra seu propósito de gerar dados para a prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisões.

Botelho e Lima (2015) ressaltam que a transição do governo brasileiro para o regime de competência está inserida em um contexto mais amplo conhecido como o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. No entanto, eles apontam que uma das grandes dificuldades é superar as práticas contábeis estabelecidas há mais de cinquenta anos pela Lei nº 4.320/1964. Essa lei estabelece que a receita pública no Brasil deve ser registrada apenas no momento da arrecadação, e a despesa pública no momento do empenho.

Nesse contexto, Mata (2022) destaca que a convergência para o novo padrão contábil trouxe à tona a importância dos aspectos patrimoniais, que foram materializados por meio da implementação dos PCPs no setor público. Essa mudança de paradigma representa uma abordagem mais abrangente e integrada, reconhecendo a relevância do patrimônio público e sua correta mensuração e divulgação nas demonstrações contábeis.

Apesar do significativo avanço alcançado, estudos ressaltam os desafios enfrentados pelo Brasil no que diz respeito às políticas de transparência, evidenciando a persistência de características de uma cultura tradicional que se opõem à adoção de uma "arquitetura institucional da democracia" (Pinho & Sacramento, 2009). Os autores destacam que, em comum com outros países da América Latina, o Brasil apresenta traços políticos convencionais, tais como clientelismo, paternalismo, patrimonialismo e personalismo, que coexistem com a implementação de elementos democráticos. Essa cultura política voltada

para o interesse individual cria uma realidade na qual os vencedores das eleições têm poder para governar sem necessariamente cumprir as promessas feitas durante a campanha eleitoral. Essa descrição da democracia latino-americana como "delegativa" ressalta a distância entre o processo eleitoral e a efetiva prestação de contas e transparência no exercício do poder.

Além disso, segundo Zuccolotto e Teixeira (2017), quando observado o contexto subnacional, esses traços arcaicos e modernos se tornam ainda mais expressivos. Em alguns estados brasileiros, as práticas patrimonialistas e, em alguns casos, coronelistas, são prevalentes, o que implica na concentração de poder nas mãos de determinados grupos políticos ou oligarquias locais. Nessas circunstâncias, a imprensa tende a ser controlada por pessoas ligadas a esses grupos políticos, e os mecanismos de participação e deliberação são frequentemente utilizados apenas como instrumentos de legitimidade para os governos.

No cenário atual, constata-se baixos níveis de transparência e uma heterogeneidade de desempenhos nos entes da federação, mesmo estando sujeitos ao mesmo arcabouço legal. Diversos estudos contribuem para essa análise. Por exemplo, Cruz *et al.* (2012) examinaram a transparência das informações sobre gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos de 96 municípios, considerando os 100 mais populosos do Brasil. Os resultados apontaram níveis reduzidos de transparência nessas informações. Além disso, o estudo evidenciou uma correlação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência verificados.

Em outra pesquisa relevante, Zuccolotto e Teixeira (2014b) investigaram a influência de variáveis fiscais, socioeconômicas e políticas no nível de transparência fiscal dos estados brasileiros. Os resultados revelaram que a transparência nos estados é influenciada pelas condições fiscais e socioeconômicas específicas de cada um. Notavelmente, os estados com melhores condições fiscais demonstraram maior capacidade para implementar sistemas de informação eficientes, direcionados aos cidadãos. Ademais, o estudo ressaltou a importância de políticas públicas efetivas nas áreas de educação, saúde, emprego e renda para promover a transparência.

O estudo conduzido por Alves *et al.* (2021) concentrou-se na avaliação do nível de transparência nos portais eletrônicos de uma amostra de municípios do estado de Minas Gerais. Observou-se uma grande disparidade de pontuações, com uma tendência de maior transparência nos municípios mais populosos. Esses resultados corroboram pesquisas anteriores que também identificaram altos níveis de opacidade na gestão municipal, especialmente em municípios de menor porte.

Portanto, as análises realizadas pelos estudos mencionados evidenciam a preocupante situação dos níveis de transparência no Brasil, apontando a necessidade de ações concretas para promover a transparência e a prestação de contas nos diferentes níveis federativos. Medidas de fortalecimento das instituições democráticas, promoção de uma cultura política baseada na ética e na responsabilidade, implementação de políticas de transparência e acesso à informação, além do estímulo à participação cidadã, são algumas das estratégias que podem contribuir para a superação dessas dificuldades.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, serão utilizadas três abordagens principais: estatística descritiva, análise de *cluster* e entrevistas semiestruturadas. Essas técnicas têm como objetivo explorar as dimensões da transparência abordadas na pesquisa, analisar o desempenho dos municípios do Espírito Santo a partir de uma perspectiva multidimensional da transparência, bem como entender as divergências entre os níveis de transparência nos grupos identificados.

A primeira seção abordará o percurso de construção do Índice de Divulgação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, que se concentra na transparência das práticas contábeis dos municípios do Espírito Santo. Serão realizadas análises detalhadas e criteriosas para identificar os PCPs relevantes para o estudo. A segunda seção abordará o percurso da técnica de análise de *cluster*, que buscará agrupar os municípios da amostra com base no desempenho apresentado no Índice de Divulgação dos PCPs, bem como nas dimensões do ITGP da TI-Brasil. Por fim, a terceira seção descreverá o percurso das entrevistas semiestruturadas, que têm como objetivo principal compreender as divergências observadas nos níveis de transparência nos e entre os grupos identificados na análise de *cluster*.

3.1. Percurso de construção do Índice de Divulgação dos PCPs

Nesta etapa, a pesquisa visa à construção de um Índice de Divulgação dos PCPs, procedimento guiado pelas perspectivas dos estudos de Mata (2022) e Piccini *et al.* (2022) bem como pelo PIPCP (Portaria STN n.º 548/2015 e Instrução Normativa TC n.º 36/2016). Por intermédio dos estudos mencionados e das regras que norteiam o assunto, elaborou-se o *checklist* apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Procedimentos PIPCP e Procedimentos Analisados no Estudo

Procedimentos PIPCP	Prazo de adesão para municípios	Procedimentos analisados no estudo
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições.	01/01/2017	1. Créditos tributários a receber
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários.	Imediato	2. Créditos previdenciários a receber
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Imediato	3. Demais créditos a receber
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	4. Dívida ativa tributária 5. Dívida ativa não tributária 6. Ajuste para perdas
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	Imediato	7. Provisões
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Imediato	8. Ativo Contingente 9. Passivo Contingente
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2020	10. Bens móveis 11. Bens imóveis 12. Depreciação, amortização ou exaustão de imobilizado 13. Reavaliação e redução ao valor recuperável de imobilizado
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Imediato	14. Empréstimos tomados 15. Financiamentos tomados
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados.	01/01/2018	16. Pessoal a pagar 17. Benefícios previdenciários a pagar 18. Benefícios assistenciais a pagar 19. Encargos sociais a pagar
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	20. Provisão atuarial
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência	Imediato	21. Fornecedores e contas a pagar
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	Imediato	22. Demais obrigações
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>softwares</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2017	23. <i>Softwares</i> , patentes, marcas, licenças e congêneres 24. Amortização de intangível 25. Reavaliação e redução ao valor recuperável de intangível
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	01/01/2017	26. Outros ativos intangíveis 27. Amortização 28. Reavaliação e redução ao valor recuperável
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2017	29. Participações permanentes 30. Redução ao valor

		recuperável de participações permanentes
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques	01/01/2017	31. Estoques

Fonte: Adaptado de Mata (2022) e Piccini *et al.* (2022)

A população analisada é formada pelos setenta e oito (78) municípios do Estado do Espírito Santo. Coletaram-se as demonstrações contábeis do total da população, referentes às prestações de contas anuais (PCAs) do exercício de 2021, usando para isso o Painel de Controle do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES).

Foram analisadas as demonstrações contábeis consolidadas, especialmente o Balanço Patrimonial e as Notas Explicativas. O período de análise selecionado foi 2021, pois são as demonstrações contábeis mais recentes publicadas pelos municípios analisados, conforme as normas da STN e do TCE-ES.

A determinação do Índice de Divulgação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (ID_PCP) foi efetuada mediante a metodologia utilizada nas pesquisas de Mata (2022) e Piccini *et al.* (2022) (ver Quadro 3). Nestes estudos, os autores usaram um mecanismo de identificação (*proxy*) das contas contábeis elencadas com saldos diferentes de zero para a coleta de dados. Para fins de obter os dados para este estudo, analisaram-se as contas que apresentavam saldos diferentes de zero nos demonstrativos contábeis, com a coleta e tabulação de dados realizadas através do programa *Office Excel*.

Para fins deste estudo, adotam-se os prazos-limites prescritos na Instrução Normativa n.º 36/2016 do TCE-ES, cuja verificação de seu cumprimento resume-se à averiguação da realização e/ou execução de duas ações específicas por parte das entidades públicas: 1) “Preparação do sistema e outras medidas operacionais”, e; 2) “Obrigatoriedade dos registros contábeis”. Neste estudo, o PCP será considerado implementado quando for identificado o registro contábil correspondente.

O *checklist* se baseia em dezesseis (16) dos dezenove (19) procedimentos PIPCP como referência. O Quadro 4 apresenta os procedimentos que não foram considerados neste estudo, bem como as justificativas para isso.

Quadro 4 – Procedimentos PIPCP não considerados e Justificativas

Procedimentos PIPCP	Prazo de adesão para municípios	Justificativas
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2024	Existência de prazo para cumprimento
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2024	Existência de prazo para cumprimento
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico	Prazo indefinido

Fonte: Elaboração própria

A confirmação da adoção dos itens do *checklist* (PCP demonstrado) ocorreu conforme os seguintes critérios: 0 = Procedimento não demonstrado; 1 = Procedimento demonstrado. O grau final de divulgação obtido por esta metodologia foi calculado conforme a equação (1). Este resultado é denominado “Índice de Divulgação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais” (ID_PCP).

$$ID_PCP = \frac{S}{T} \times 100 \quad (1)$$

Em que:

ID_PCP: Índice de Divulgação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

S: soma do número de procedimentos evidenciados pelo ente conforme *checklist*

T: total de procedimentos do *checklist* (nesta pesquisa considera-se 31).

3.2. Percurso de construção do Modelo de Análise de *Cluster*

A pesquisa também analisou o nível de transparência dos municípios do estado do Espírito Santo, tomando em conta múltiplas dimensões. O objetivo desta etapa é, através do comportamento das variáveis selecionadas, identificar a formação de arranjos de municípios conforme as suas características de transparência.

Para que esta análise pudesse ser realizada, utilizou-se como referência inicial o ITGP da TI-Brasil, selecionado por ser um índice que, em sua formação, considera diferentes dimensões da transparência. Posteriormente, adicionou-se às dimensões do ITGP, quais sejam Legal (LEG), Plataformas (PLAT), Transparência Administrativa e Governança (TAG), Transparência Financeira e Orçamentária (TFO) e Comunicação, Engajamento e Participação (CEP), a dimensão contábil. Neste estudo, a dimensão contábil é denominada de Índice

Divulgação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (ID_PCP). A seguir, o Quadro 5 apresenta a caracterização das variáveis examinadas.

Quadro 5 - Variáveis examinadas

Variável	Descrição	Fonte	Ano	Escala de medida
ID_PCP	Índice usado para determinar o nível de divulgação dos procedimentos contábeis patrimoniais dos municípios, consoante às IPSAS e às NBC TSP – do Setor Público.	<i>Checklist</i>	2022	Nota atribuída em uma escala de 0 a 100.
LEG	Dimensão Legal. O objetivo da dimensão legal é assegurar que o órgão municipal atue conforme as normas que regulam o acesso à informação, a proteção do denunciante, dados abertos, proteção de dados pessoais e defesa de interesses.	Transparência Internacional Brasil	2022	Nota atribuída em uma escala de 0 a 100.
PLAT	Dimensão Plataformas. Neste ponto, é analisado a existência de portais, ferramentas e mecanismos que permitam solicitar acesso à informação, acesso a dados abertos, manifestações e denúncias de casos de corrupção nas prefeituras, sobretudo em meios digitais, priorizando os canais que permitam o anonimato.	Transparência Internacional Brasil	2022	Nota atribuída em uma escala de 0 a 100.
TAG	Dimensão Transparência Administrativa e Governança. Objetiva avaliar a existência e a publicidade conferida aos mecanismos de governança como código de ética, organograma, instrumentos de planejamento, relatórios de auditoria, entre outros documentos que viabilizam a governança da administração pública municipal.	Transparência Internacional Brasil	2022	Nota atribuída em uma escala de 0 a 100.
TFO	Dimensão Transparência Financeira e Orçamentária. Essa dimensão tem como objetivo mensurar a transparência do município quanto às questões administrativas, financeiras e orçamentárias, incluindo pontos abordados pela LRF, pela LAI e aspectos relacionados aos recursos humanos, como servidores e verbas indenizatórias.	Transparência Internacional Brasil	2022	Nota atribuída em uma escala de 0 a 100.
CEP	Dimensão Comunicação, Engajamento e Participação. Essa dimensão visa analisar a existência de espaços voltados para informar a sociedade, prestar contas do trabalho realizado pela administração pública e fortalecer o debate e o interesse público. Neste sentido, é verificada a existência/uso pela Administração de diferentes canais de comunicação, tais como redes sociais, rádio, televisão e internet. Além disso, é verificado o cumprimento de aspectos da LAI a qual determina ainda que o acesso a informações públicas seja garantido por meio de audiências ou consultas públicas e pelo incentivo à participação popular.	Transparência Internacional Brasil	2022	Nota atribuída em uma escala de 0 a 100.

Fonte: Elaborado pelo autor

Considerando que os resultados apresentados no ITGP identificou diferentes perfis de transparência, qualificando os municípios nos níveis (ótimo, bom, regular e ruim), a partir da adição do ID_PCP (dimensão contábil), que passou a compor uma nova dimensão do ITGP,

considerou-se pertinente o uso do método de análise de *cluster*. Por sua parte, este método consiste em uma técnica estatística de interdependência que agrupa casos ou variáveis em grupos homogêneos com base nas semelhanças entre os indivíduos, a partir de variáveis predeterminadas (Fávero *et al.*, 2009).

A princípio, adotou-se o método hierárquico de formação de *clusters*. Este método considera que cada sujeito começa com seu próprio agrupamento e, a partir deste ponto, novos agrupamentos são realizados por similaridade, ou seja, no início cada indivíduo representa um grupo (Fávero *et al.*, 2009). Portanto, levando-se em consideração as características relacionadas ao nível de transparência, infere-se que cada município pertencente a um determinado *cluster* seja similar a todos os outros pertencentes a esse *cluster*, e diferente dos pertencentes aos outros *clusters*.

Como critério de agrupamento dos municípios, foi utilizada a Distância Quadrática Euclidiana. Essa medida calcula a distância que une dois valores de cada indicador de transparência abordado nessa pesquisa. Assim, ao considerar um espaço amostral contendo p -valores, a Distância Quadrática Euclidiana corresponde à soma dos quadrados das diferenças entre i e j para todas as p variáveis (Fávero *et al.*, 2009).

Em seguida, utilizou-se o método da Maior Distância ou Ligação Completa para medir a distância entre *clusters*. Considerado como uma técnica hierárquica de agrupamento de *clusters*, o método busca agrupar elementos cuja distância entre os mais afastados seja a menor. Segundo Fávero *et al.* (2009), este método tende a formar grupos mais compactos e composto de indivíduos muito semelhantes entre si.

Para determinar qual o número de *clusters* que melhor se adéqua aos dados, seguiu-se o critério de Maroco (2007). Segundo esse autor, existem métodos mais ou menos heurísticos que permitem analisar a solução de *clusters* escolhida e o número de *clusters* a serem retidos. Este trabalho utilizou o critério do R quadrado (R^2), o qual é um indicador de quão diferentes cada um dos grupos ou *clusters* são em cada etapa do algoritmo. O R^2 é a razão da soma dos quadrados entre os *clusters* e a soma dos quadrados totais para cada uma das variáveis usadas na análise.

Sendo assim, o R^2 é uma medida da percentagem da variabilidade total retida em cada uma das soluções dos *clusters*. Maroco (2007) salienta que é importante encontrar um número mínimo de *clusters* que retenha uma percentagem significativa da variabilidade total, que pode ser considerado algum valor superior a 80%. No entanto, considerando que outros trabalhos utilizaram taxas de 75,9% (Diniz & Sequeira, 2008) e 65% (Gomes & Nunes, 2011), nesse estudo admite-se um R^2 superior a 70%.

Neste trabalho, tais resultados foram estimados com o auxílio da ANOVA *one-way*, onde se calculou os valores do R^2 . Após, avaliou-se quais os ganhos de variabilidade retido a cada inclusão de um novo *cluster*, selecionando-se o número de *clusters* que acrescentaram o maior ganho.

Com fins de identificar o pressuposto de normalidade dos dados, foram aplicados o teste de *Levene* para todas as variáveis e o teste de *Kruskal-Wallis* (não paramétrico), exclusivo para variável PLAT. Por sua vez, a confirmação do pressuposto de normalidade dos dados permitiu as análises subsequentes do teste de *Bonferroni*, utilizado para comparar múltiplas médias, teve por objetivo determinar quais pares de médias são significativamente diferentes.

Para tabulação dos dados, foi utilizado o programa *Office Excel*, e para elaboração das estatísticas descritivas e aplicação da técnica de Análise de *Cluster*, foi utilizado o *software IBM SPSS 29.0*.

3.3. Percorso de realização das entrevistas

As entrevistas tiveram como objetivo compreender, considerando as características socioeconômicas dos municípios que integram os grupos, os fatores que determinam o nível de transparência do ente. Por sua parte, as características socioeconômicas, usadas como critérios para as entrevistas, foram determinadas conforme a população e a receita arrecadada pelo município.

Para a realização das entrevistas, foram escolhidos representantes dos grupos com os níveis mais altos e mais baixos de transparência. Os critérios adotados para o grupo de alta transparência levaram em consideração as características que definem o tamanho do município, selecionando aqueles com menor população e receita arrecadada. Em contrapartida, para o grupo de baixa transparência, adotou-se o critério oposto. Esses critérios foram estabelecidos com o objetivo de confrontar os resultados encontrados em estudos anteriores, tanto nacionais como internacionais, que indicam uma maior tendência das entidades governamentais em serem transparentes em ambientes com maior população e em melhores condições financeiras (Alves *et al.*, 2021; Bolívar *et al.*, 2013; Cruz *et al.*, 2012; Sol, 2013; Zuccolotto & Teixeira, 2014b).

As entrevistas conduzidas seguiram o formato semiestruturado, no qual foram utilizados tópicos orientadores que não limitavam as argumentações dos entrevistados. Essa abordagem proporcionou aos entrevistados a liberdade de explorar diversas direções de

diálogo, permitindo assim a identificação de variáveis que pudessem explicar o nível de transparência em seus respectivos municípios.

Os entrevistados seriam, obrigatoriamente, servidores que desempenham funções no órgão de controle interno municipal, com preferência para o ocupante do cargo de controlador geral ou equivalente. Por sua vez, a escolha desse órgão para a realização das entrevistas se deu em virtude de suas atribuições relacionadas à promoção da transparência no âmbito municipal.

É relevante ressaltar que as entrevistas ocorreram no período compreendido entre os meses de abril e junho de 2023, sendo conduzidas de maneira remota por meio da plataforma *Google Meet* e devidamente autorizadas pelos participantes, em consonância com os princípios éticos de pesquisa. Para a análise dos resultados, foi adotada uma abordagem sistemática. Primeiramente, todas as entrevistas foram integralmente transcritas, assegurando-se a fidelidade ao conteúdo original. Em seguida, procedeu-se à leitura das transcrições, com o propósito de identificar e categorizar os principais temas e subtemas abordados pelos entrevistados. Esse processo de análise seguiu uma abordagem qualitativa, levando-se em consideração a riqueza de detalhes e nuances expressas pelos participantes. Ademais, foram empregadas técnicas de análise de conteúdo para identificar padrões, tendências e relações entre os dados coletados. A partir dessa análise aprofundada, foram obtidos *insights* e conclusões relevantes, que contribuíram para o objetivo geral do estudo.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo principal deste capítulo é analisar e interpretar os dados coletados durante o estudo sobre a transparência dos municípios do Espírito Santo, utilizando a técnica estatística de análise de *cluster*. Dessa forma, as amostras foram agrupadas em seis grupos distintos, tendo em vista as características de transparência abordadas no estudo.

Inicialmente, serão apresentados os resultados alcançados na formação dos seis grupos (*clusters*) identificados, os quais serão devidamente caracterizados em relação às diferentes características de transparência avaliadas. Em seguida, será realizada uma análise individualizada dos resultados alcançados em cada grupo, com uma análise aprofundada das características e padrões observados em cada *cluster*, visando identificar as razões para os níveis de transparência apresentados. A próxima etapa é a análise comparativa entre os grupos (*clusters*), para identificar diferenças estatisticamente relevantes que apoiem os níveis de

transparência observados. Por fim, o capítulo apresenta as análises decorrentes das entrevistas realizadas.

4.1. Composição dos *Clusters*

Os resultados da análise de *cluster* permitiram a divisão dos municípios do Espírito Santo em seis grupos distintos, conforme o desempenho alcançado nas dimensões de transparência abordadas no estudo. Esses grupos representam diferentes níveis e características de transparência encontradas nos municípios analisados. A seguir, é apresentado um Quadro detalhado dos municípios e suas respectivas classificações nos *clusters* formados.

Quadro 6 - Relação de municípios agregados em cada *Cluster*

<i>Cluster</i>	Municípios	N
1	Afonso Cláudio, Anchieta, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Domingos Martins, Guaçuí, João Neiva, Serra, Vila Velha, Vitória	12
2	Água Doce do Norte, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Ibatiba, Itapemirim, Laranja da Terra, Mantenópolis, Marilândia, Mucurici, Muniz Freire, Pinheiros, São Roque do Canaã, Vila Pavão	13
3	Águia Branca, Alfredo Chaves, Boa Esperança, Bom Jesus do Norte, Conceição do Castelo, Fundão, Guarapari, Ibirapu, Iconha, Itaguaçu, Itarana, Iúna, Jaguaré, Jerônimo Monteiro, Linhares, Marataízes, Marechal Floriano, Mimoso do Sul, Nova Venécia, Pedro Canário, Piúma, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Sooretama, Vargem Alta, Viana	26
4	Alegre, Atilio Vivacqua, Barra de São Francisco, Brejetuba, Castelo, Conceição da Barra, Divino de São Lourenço, Ecoporanga, Ibitirama, Pancas, Ponto Belo, Presidente Kennedy, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha	14
5	Apiaçá, Governador Lindenberg, Irupí, Montanha, Muqui, Rio Bananal, Rio Novo do Sul, São José do Calçado, Vila Valério	9
6	Dores do Rio Preto, Santa Maria de Jetibá, São Mateus, Venda Nova do Imigrante	4

Fonte: Dados da pesquisa

A configuração dos *clusters* identificados a partir da análise de transparência nos municípios do Espírito Santo revela uma distribuição variada dos municípios nas diferentes categorias. Essa distribuição indica que os municípios estão alocados de forma heterogênea nos diferentes *clusters*, demonstrando uma variedade nos níveis de transparência encontrados no estado. É importante observar que os *clusters* não possuem um número igual de municípios, o que sugere que certas características de transparência são mais prevalentes em determinadas regiões ou grupos de municípios.

Essa configuração dos *clusters* fornece uma base para análises mais aprofundadas e comparações entre os grupos. A partir dessas diferenças, é possível investigar as razões subjacentes para os níveis de transparência observados em cada grupo, identificar as boas

práticas dos municípios com melhor desempenho e propor recomendações específicas para melhorar a transparência nos *clusters* com menor pontuação.

No geral, a configuração dos *clusters* nos oferece um panorama inicial sobre a distribuição dos municípios do Espírito Santo em termos de transparência, fornecendo uma base sólida para as próximas etapas de análise e compreensão dos fatores que influenciam a transparência em cada grupo.

4.2. Análise dos Clusters

Nesta parte do estudo é realizada uma análise detalhada dos seis *clusters* compostos pelos municípios do Espírito Santo, agrupados de acordo com as características das diferentes dimensões de transparência abordadas na pesquisa. Para essa etapa específica do estudo, a análise será baseada nas estatísticas descritivas apresentadas na Tabela 1.

Por meio das estatísticas descritivas fornecidas na Tabela 1, serão examinadas medidas como a média, o desvio padrão, o mínimo e máximo para as dimensão de transparência em cada *cluster*. Essas medidas fornecerão uma visão geral das características e variações presentes em cada agrupamento.

Tabela 1 - Estatística Descritiva das Variáveis de Transparência

<i>Cluster</i>	Variáveis	N	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
1	ID_PCP	12	72,31	5,91	58,06	80,65
	LEG		79,17	15,15	62,50	100
	PLAT		93,20	6,78	76,32	100
	TAG		91,18	7,31	76,47	100
	TFO		87,94	9,56	63,83	100
	CEP		87,12	12,04	63,64	100
2	ID_PCP	13	52,85	7,40	38,71	67,74
	LEG		14,42	14,29	0	37,50
	PLAT		70,24	14,35	52,63	94,74
	TAG		30,32	13,55	5,88	47,06
	TFO		46,48	8,77	31,91	60,64
	CEP		25,70	16,63	0	50
3	ID_PCP	26	62,53	6,33	48,39	77,42
	LEG		31,97	11,77	6,25	50
	PLAT		74,60	12,50	50	94,74
	TAG		56,45	14,02	29,41	88,24
	TFO		67,06	9,92	48,94	84,04
	CEP		52,95	17,47	22,73	86,36
4	ID_PCP	14	55,53	9,48	35,48	67,74
	LEG		30,36	10,65	25	50
	PLAT		56,02	11,28	34,21	73,68
	TAG		44,12	12,79	23,53	70,59
	TFO		50,84	6,77	38,30	63,83
	CEP		23,54	14	9,09	56,82

5	ID_PCP	9	54,48	9,19	41,94	70,97
	LEG		9,72	15,02	0	37,50
	PLAT		43,27	11,92	26,32	63,16
	TAG		22,55	13,80	5,88	41,18
	TFO		57,92	10,61	38,30	72,34
	CEP		20,20	13,98	0	40,91
6	ID_PCP	4	66,13	5,59	61,29	70,97
	LEG		84,38	11,97	75	100
	PLAT		76,32	16,78	60,53	92,11
	TAG		77,94	11,14	70,59	94,12
	TFO		78,99	10,14	68,09	92,55
	CEP		51,70	13,56	31,82	61,36
TOTAL	ID_PCP	78	60,42	9,75	35,48	80,65
	LEG		36,14	27,21	0	100
	PLAT		69,87	18,67	26,32	100
	TAG		52,41	25	5,88	100
	TFO		63,49	16,49	31,91	100
	CEP		44,55	27,24	0	100

Fonte: Dados da pesquisa

Com base nessas informações, nas próximas seções serão apresentadas as análises para cada *cluster*, fornecendo uma visão específica e detalhada do nível de transparência em cada agrupamento de municípios.

4.2.1. Cluster 1

A análise das médias das variáveis revela um desempenho diversificado nas várias dimensões de transparência nos municípios do *Cluster 1*. Especificamente, é importante destacar a transparência nas plataformas digitais e na governança administrativa. Esses resultados fornecem *insights* significativos sobre a atual situação da transparência nos municípios investigados, estabelecendo bases sólidas para melhorar as práticas de transparência e governança no setor público municipal.

Durante a análise das variáveis do *Cluster 1*, observa-se que a variável ID_PCP apresenta um desvio-padrão mínimo, com um valor de 5,91. Isso indica que os municípios pertencentes a esse *cluster* possuem uma menor variação na divulgação dos PCPs, sugerindo uma consistência maior na transparência contábil entre eles. Em contrapartida, a variável LEG revela o maior desvio-padrão dentro do *cluster*, com um valor de 15,15. Esse desvio-padrão evidencia uma significativa variação entre os municípios em relação à conformidade com as normas legais relacionadas à transparência. Nesse contexto, é possível que alguns municípios do *cluster* apresentem um desempenho ótimo nessa dimensão, enquanto outros apresentem um desempenho consideravelmente inferior.

Ao analisar o desempenho dos municípios na variável ID_PCP, verifica-se que todos eles divulgaram os seguintes indicadores: Demais Créditos a Receber (PCP-3), Dívida Ativa Tributária e Não Tributária (PCP-4), Provisões (PCP-5), Bens Móveis e Imóveis, incluindo Depreciação, Amortização e Exaustão (PCP-7), Benefícios a Empregados, como 13º Salário e Férias (PCP-11), Provisão Atuarial (PCP-12), Fornecedores e Contas a Pagar (PCP-13), Demais Obrigações (PCP-14) e Estoques (PCP-18). No entanto, verificou-se que nenhum dos municípios divulgou os indicadores Ativo Contingente (PCP-6), Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável de Intangível (PCP-15) e Outros Ativos Intangíveis, incluindo Amortização e Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável (PCP-16). Essa omissão na divulgação dos indicadores mencionados pode indicar uma lacuna na transparência contábil em relação a esses aspectos específicos. Portanto, é recomendável que esses municípios aprimorem suas práticas de transparência contábil, incluindo a divulgação desses indicadores ausentes, a fim de garantir uma prestação de contas mais completa e abrangente.

A análise do desempenho dos municípios do *Cluster 1* na variável LEG revela resultados significativos. Primeiramente, foi constatado que todos os municípios apresentaram regulamentação da LAI. Isso indica um compromisso com a transparência e o acesso à informação por parte dessas administrações municipais, respeitando as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente. Além disso, foi observado que 91,67% dos municípios possuem regulamentação de conflitos de interesses. Essa medida é essencial para garantir a imparcialidade e a ética na atuação dos servidores públicos, evitando situações de favorecimento pessoal e garantindo a integridade dos processos decisórios. No entanto, é preocupante observar que metade dos municípios do *Cluster 1* não possui regulamentação ou Plano de Dados Abertos (PDA), o que representa a principal deficiência identificada na Dimensão Legal da transparência. A ausência de normas e planos específicos para a disponibilização de dados de forma aberta compromete a transparência, acessibilidade e controle social das informações públicas, dificultando o acesso da população aos dados e limitando a capacidade de monitoramento (Franke, 2021).

Durante a análise do desempenho dos municípios na variável PLAT, observa-se que todos eles obtiveram um bom desempenho no atendimento aos seguintes indicadores: possui Portal da Transparência, canal de acesso à informação e canal de ouvidoria; além de promover a visualização dos dados por meio de painéis, *dashboards*, gráficos e infográficos. Esses indicadores evidenciam que os municípios do *cluster* possuem mecanismos e ferramentas disponíveis para facilitar o acesso e a consulta de informações de maneira clara e acessível. No entanto, foi constatado que 33% dos municípios não disponibilizam, em seu portal

principal, ferramentas de acessibilidade em conformidade com as normas de acesso para pessoas com deficiência. A ausência de ferramentas de acessibilidade adequadas pode dificultar o acesso e a compreensão das informações por parte das pessoas com deficiência, prejudicando a inclusão e a igualdade de acesso à transparência pública.

Em relação ao desempenho dos municípios na variável TAG, é possível constatar que todos eles apresentaram um bom desempenho no atendimento aos seguintes indicadores: possui órgão de controle interno, o controle interno está situado no primeiro ou segundo escalão de governo, possui servidores efetivos e realiza o planejamento anual de auditorias. Esses indicadores sugerem que os municípios do *cluster* possuem estruturas de controle interno estabelecidas, com atribuições bem definidas e servidores capacitados para desempenhar as funções de fiscalização e controle. No entanto, foi observado que 25% dos municípios não divulgam anualmente informações sobre o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual. A falta de divulgação dessas informações compromete a transparência e a prestação de contas à sociedade sobre a direção e a execução dos recursos públicos, dificultando que a população acompanhe e avalie o uso dos recursos públicos de acordo com os objetivos e as metas estabelecidas.

Ao analisar a variável TFO, fica evidente que todos os municípios obtiveram um bom desempenho na divulgação dos seguintes indicadores: publicação mensal de dados com os salários nominais de servidores, dados sobre despesas públicas, transferências intergovernamentais voluntárias, contratos públicos (incluindo aditivos), divulgação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e divulgação de relatórios da dívida pública. No entanto, foi constatado que 50% dos municípios não publicam bases de dados sobre vantagens e benefícios recebidos por servidores públicos e custeados por terceiros, como viagens e diárias pagas por empresas. A ausência dessa divulgação compromete a clareza e a transparência em relação aos recursos utilizados para custear tais benefícios, bem como a identificação de possíveis conflitos de interesse. É fundamental que esses municípios adotem medidas para garantir a divulgação adequada dessas informações, permitindo que a sociedade acompanhe e avalie de forma transparente os recursos públicos utilizados para custear vantagens e benefícios concedidos aos servidores.

Ao analisar a variável CEP, constata-se que todos os municípios apresentaram um bom desempenho no atendimento aos seguintes indicadores: possuem, pelo menos, duas redes sociais ativas e atualizadas, possuem uma seção destinada a notícias/informações em seus portais para disseminar atualizações relevantes aos cidadãos e oferecem oportunidades de participação da população na discussão do orçamento. Esses indicadores evidenciam uma

preocupação com a comunicação transparente e a promoção do engajamento cívico nos municípios analisados. No entanto, constatou-se que 33% dos municípios não possuem Conselho de Transparência ou Combate à Corrupção, o que compromete a capacidade dessas localidades em promover a participação efetiva da sociedade civil no monitoramento, controle das ações governamentais e no combate à corrupção. Ademais, é importante ressaltar que a existência de um órgão específico é fundamental para estabelecer canais de representação que canalizem interesses divergentes, resultando em uma maior transparência e consolidação das instituições democráticas (Zuccolotto & Teixeira, 2015).

4.2.2. Cluster 2

Os resultados revelam que nos municípios do *Cluster 2* há um nível de transparência que varia de baixo a moderado, dependendo da dimensão considerada. Observou-se a necessidade de aprimorar a divulgação dos PCPs (média de 52,85%) e o cumprimento das obrigações legais (média de 14,42%). Por outro lado, constatou-se que a existência de plataformas para acesso à informação é adequada (média de 70,24%). No entanto, é necessário aprimorar a disponibilização de documentos de governança (média de 30,32%) e a transparência financeira e orçamentária (média de 46,48%). Além disso, a comunicação e participação pública precisam ser fortalecidas (média de 25,70%). Esses resultados destacam a importância de medidas para promover maior transparência e participação cidadã nos municípios, visando a uma gestão mais eficiente e o exercício pleno da cidadania.

No *Cluster 2*, foi observado o menor desvio-padrão na variável ID_PCP, com o valor de 7,40. Isso indica que os municípios desse grupo apresentam uma relativa homogeneidade nos níveis de divulgação dos PCPs. Por outro lado, a variável CEP apresentou o maior desvio-padrão, com o valor de 16,63, revelando uma maior variabilidade nos níveis de transparência nessa área entre os municípios analisados. Esses resultados sugerem que, apesar de pertencerem ao mesmo grupo, os municípios apresentam diferenças significativas em termos de transparência nas dimensões analisadas. Enquanto a dimensão contábil mostra uma maior consistência nos níveis de divulgação, a dimensão relacionada à comunicação e participação pública apresenta uma maior variabilidade, indicando uma heterogeneidade nas práticas adotadas pelos municípios nesse aspecto específico.

No que diz respeito à variável ID_PCP, observou-se um desempenho de 100% dos municípios na divulgação dos indicadores relacionados aos Demais Créditos a Receber (PCP-3), Dívida Ativa Tributária (PCP-4), Bens Móveis e Imóveis com suas variações de

Depreciação, Amortização e Exaustão (PCP-7), Benefícios a Empregados, especificamente, Pessoal a Pagar e Encargos Sociais a Pagar (PCP-11), Fornecedores e Contas a Pagar (PCP-13), Demais Obrigações (PCP-14), Participações Permanentes (PCP-17) e Estoques (PCP-18). Por outro lado, foi constatado que nenhum dos municípios do *cluster* apresentou os indicadores: Ativo Contingente e Passivo Contingente (PCP-6), Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável de Intangível (PCP-15) e Outros Ativos Intangíveis e suas variações com Amortização e Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável (PCP-16).

No que se refere à variável LEG, foi observado que 53,85% dos municípios regulamentaram a LAI, sendo este o indicador de maior atendimento entre os municípios desse *cluster*. Por outro lado, constatou-se que 100% dos municípios não atendem aos seguintes indicadores: possuir norma sobre dados abertos ou PDA, possuir regulamentação de conflitos de interesses e possuir norma de regulamentação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Esses dados apontam a necessidade de uma maior atenção e ação por parte dos gestores públicos para fortalecer a regulamentação e a implementação de políticas voltadas aos dados abertos, ao gerenciamento de conflitos de interesses e à proteção de dados pessoais.

No que diz respeito à variável PLAT, verificou-se que 100% dos municípios apresentaram desempenho satisfatório na disponibilização de recursos relacionados à transparência. Todos os municípios desse *cluster* possuem Portal da Transparência, Portal de Dados Abertos, canal de acesso à informação e canal de ouvidoria, além de promoverem a visualização dos dados por meio de painéis, *dashboards*, gráficos e infográficos. Por outro lado, constatou-se que 61,54% dos municípios não atendem aos indicadores de publicação de relatórios estatísticos de ouvidoria e de possuir Diário Oficial em plataforma *online*. Esses resultados indicam a necessidade de aprimoramento por parte desses municípios na divulgação regular dos relatórios estatísticos de ouvidoria, bem como na disponibilização do Diário Oficial em uma plataforma *online*, garantindo assim uma maior transparência e acesso à informação.

Na variável TAG, constatou-se que 76,92% dos municípios apresentaram um desempenho satisfatório ao possuir órgão de controle interno. Esse é o indicador de maior atendimento entre os municípios desse *cluster*, evidenciando a importância atribuída à governança interna e ao controle das atividades administrativas. Por outro lado, todos os municípios do *cluster* não atendem aos indicadores de divulgação da agenda do chefe do executivo e de divulgação do Código de Ética ou de Conduta dos servidores públicos em sua página oficial. A falta de divulgação da agenda do chefe do executivo e do Código de Ética ou

de Conduta dos servidores públicos representa uma oportunidade de melhoria para promover a transparência, a ética e a *accountability* nos municípios do *Cluster 2*.

Na variável TFO, verificou-se que 76,92% dos municípios apresentaram um bom desempenho em alguns aspectos da transparência financeira e orçamentária. Esses municípios divulgaram o RREO, indicando comprometimento com a prestação de contas. Além disso, eles disponibilizaram informações detalhadas sobre as despesas públicas, bem como publicaram bases de dados sobre licitações. Outro indicador atendido por esses municípios foi a publicação de bases de dados com os salários nominais de servidores. No entanto, todos os municípios do *cluster* não atendem a indicadores importantes nessa dimensão. Esses indicadores incluem a publicação de bases de dados sobre vantagens e benefícios recebidos por servidores públicos e custeados por terceiros, como viagens e diárias pagas por empresas. Além disso, não divulgam bases de dados sobre doações recebidas pelo ente, incentivos fiscais concedidos e emendas parlamentares. A divulgação de relatórios da dívida pública também não é cumprida pelos municípios do *cluster*.

Finalmente, em relação à variável CEP, verificou-se que 69,23% dos municípios têm um bom desempenho na disponibilização de notícias/informações em seus portais para informar os cidadãos sobre atualizações relevantes. No entanto, é importante ressaltar que nenhum dos municípios desse *cluster* possui um Conselho de Transparência ou Combate à Corrupção. A presença de um conselho desempenha um papel crucial no fortalecimento da participação da sociedade civil e no combate à corrupção, fornecendo um espaço para influenciar e monitorar as ações do governo.

4.2.3. *Cluster 3*

Os resultados da Tabela 1 revelam que, de forma geral, o *Cluster 3* apresenta um nível moderado de transparência. Dentre as variáveis analisadas, destaca-se que PLAT e TFO apresentaram médias satisfatórias, o que indica a existência de mecanismos eficazes de divulgação e acesso à informação. No entanto, as variáveis LEG e CEP revelaram médias mais baixas, evidenciando a necessidade de aprimoramento das práticas municipais em termos de conformidade com normas legais, bem como fortalecimento da comunicação e participação da sociedade.

Além das médias, a análise dos desvios-padrão no *Cluster 3* proporcionou informações relevantes sobre a variabilidade dos dados. O ID_PCP foi identificado como a variável com o menor desvio-padrão, registrando um valor de 6,33. Esses resultados indicam que os valores

observados estão mais próximos da média, o que reflete uma menor dispersão dos dados em relação à divulgação dos PCPs pelos municípios, em conformidade com as IPSAS e as NBC TSP do Setor Público. Por outro lado, a variável CEP apresentou o maior desvio-padrão, com um valor de 17,47. Tal fato sugere que os dados relacionados à existência de espaços de comunicação, prestação de contas e participação pública possuem uma maior dispersão, evidenciando uma maior variabilidade nas práticas adotadas pelos municípios nesse aspecto.

Durante a análise da variável ID_PCP, foi constatado que todos os municípios divulgaram determinados indicadores contábeis. Esses indicadores abrangem Demais Créditos a Receber (PCP-3), Dívida Ativa Tributária (PCP-4), Bens Móveis e Imóveis e suas variações com Depreciação, Amortização e Exaustão (PCP-7), Benefícios a Empregados em relação a Pessoal a Pagar, Benefícios Sociais a Pagar e Encargos Sociais a Pagar (PCP-11), Fornecedores e Contas a Pagar (PCP-13), Demais Obrigações (PCP-14), Participações Permanentes (PCP-17) e Estoques (PCP-18). No entanto, constatou-se que nenhum dos municípios realizou a divulgação dos indicadores Ativo Contingente (PCP-6), Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável de Intangível (PCP-15) e Outros Ativos Intangíveis, assim como suas variações com Amortização e Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável (PCP-16).

Em relação à variável LEG, foi constatado que 96,15% dos municípios pertencentes a esse *cluster* conseguiram regulamentar a LAI, representando um indicador significativo de cumprimento. No entanto, é fundamental destacar que todos os municípios do *cluster* carecem de regulamentação para lidar com conflitos de interesses, o que pode comprometer a integridade e imparcialidade das ações da administração pública. Além disso, constatou-se que a maioria dos municípios desse *cluster*, cerca de 96,15%, não possui normas específicas sobre dados abertos nem um PDA. Essa ausência de regulamentação prejudica a disponibilização de informações de interesse público de forma aberta, acessível e passível de reutilização, constituindo uma barreira para a implementação do governo eletrônico nos municípios, como destacado anteriormente por Manoharan e Ingrams (2018) em estudos prévios.

Em relação à variável PLAT, verificou-se que todos os municípios possuem um Portal da Transparência e canal de acesso à informação. Essa alta adesão indica um compromisso dos municípios em disponibilizar informações relevantes de forma transparente e acessível aos cidadãos. Além disso, constatou-se que 96,15% dos municípios possuem um canal de ouvidoria. A existência desse canal possibilita que os cidadãos possam registrar reclamações, sugestões, denúncias e solicitar informações adicionais, fortalecendo o diálogo entre a

administração pública e a população. No entanto, foi observado que 42,31% dos municípios não possuem um Diário Oficial em plataforma *online*. Outro aspecto identificado é que 30,77% dos municípios não disponibilizam, em seus portais principais, ferramentas de acessibilidade em conformidade com as normas de acesso para pessoas com deficiência.

Em relação à variável TAG, verificou-se que 92,31% dos municípios possuem um órgão de controle interno. A existência desse órgão é fundamental para o monitoramento e a fiscalização das ações administrativas, contribuindo para a transparência e a eficiência na gestão pública (Coutinho e Silva *et al.*, 2017). Além disso, constatou-se que em 88,46% dos municípios, o órgão de controle interno está posicionado no primeiro ou segundo escalão de governo. No entanto, foi observado que 88,46% dos municípios não divulgam a agenda do chefe do executivo em seus canais oficiais. A divulgação da agenda do chefe do executivo é uma prática que contribui para a transparência e a *accountability*, permitindo que os cidadãos tenham conhecimento das atividades e compromissos do gestor público. Outro aspecto identificado é que 96,15% dos municípios não divulgam em sua página oficial o Código de Ética ou de Conduta dos servidores públicos. A disponibilização do Código de Ética ou de Conduta é fundamental para estabelecer padrões de conduta ética e orientar o comportamento dos servidores públicos, promovendo a transparência e a integridade na administração pública.

Em relação à variável TFO, foi observado que 92,31% dos municípios divulgam o RREO, uma importante ferramenta de transparência que permite aos cidadãos acompanharem a execução do orçamento público. Além disso, constatou-se que a mesma proporção de municípios divulga bases de dados com as verbas indenizatórias nominais dos servidores, incluindo diárias, auxílios, viagens e outros valores que não fazem parte do salário. Outro aspecto relevante é que 92,31% dos municípios publicam bases de dados com os salários nominais dos servidores, bem como informações sobre as receitas públicas. Porém, foi identificado que 92,31% dos municípios do *cluster* não publicam bases de dados sobre incentivos fiscais, o que limita a compreensão e o monitoramento dessas políticas de incentivo adotadas pelos municípios. Adicionalmente, constatou-se que 84,62% dos municípios não divulgam informações sobre os repasses de emendas parlamentares, o que dificulta o acompanhamento dos recursos destinados pelos parlamentares para investimentos nos municípios. Por fim, observou-se que 76,92% dos municípios do *cluster* não publicam bases de dados sobre vantagens e benefícios recebidos por servidores públicos e custeados por terceiros, como viagens e diárias pagas por empresas.

No que diz respeito à variável CEP, os dados revelam que todos os municípios do *cluster* 3 apresentam um bom desempenho em certos aspectos. Primeiramente, foi constatado que os municípios possuem uma área destinada a notícias e informações em seus portais, onde divulgam atualizações relevantes para os cidadãos. Além disso, verificou-se que 84,62% dos municípios possuem pelo menos duas redes sociais ativas e atualizadas. Por outro lado, foi observado que nenhum dos municípios do *cluster* possui um Conselho de Transparência ou Combate à Corrupção. Essa ausência de órgãos específicos para tratar dessas questões pode ser considerada uma lacuna na estrutura de governança e transparência desses municípios, sugerindo o desprendimento de esforços adicionais para a construção desse espaço de diálogo com a sociedade civil organizada.

4.2.4. Cluster 4

No *Cluster* 4, constatou-se que os municípios apresentaram um desempenho variado nas dimensões de transparência analisadas. A variável ID_PCP obteve uma média de 55,53%, indicando um nível moderado de divulgação dos PCPs conforme estabelecido pelas IPSAS e NBC TSP do Setor Público. No entanto, esse resultado revela a necessidade de esforços adicionais para garantir uma divulgação mais abrangente e adequada dos PCPs, visando aprimorar a transparência e a governança nas práticas contábeis do setor público. Além disso, ressalta-se que a variável LEG apresentou uma média de apenas 30,36%, revelando a necessidade de maior conformidade com as normas que regulam o acesso à informação, a proteção do denunciante, dados abertos, proteção de dados pessoais e defesa de interesses.

Em relação à variável PLAT, foi observada uma média de 56,02%, sugerindo a existência de portais, ferramentas e mecanismos que permitem o acesso à informação nas prefeituras. No entanto, é necessário destacar que ainda há espaço para melhorias nessa dimensão, visando a ampliação e o aprimoramento dos canais de transparência digital disponíveis. Já em relação à variável TAG, a média alcançada foi de 44,12%, demonstrando a necessidade de aprimorar a existência e a visibilidade dos mecanismos de governança, como código de ética, organograma, instrumentos de planejamento e relatórios de auditoria, entre outros documentos que são essenciais para a governança adequada da administração pública municipal.

No que se refere à variável TFO, constatou-se uma média de 50,84%, revelando um nível moderado de transparência nas questões administrativas, financeiras e orçamentárias dos municípios. Entretanto, é importante ressaltar que essa média aponta para a existência de

oportunidades significativas de melhoria. Além disso, a variável CEP registrou uma média de apenas 23,54%, evidenciando a necessidade de investimentos adicionais na criação de espaços dedicados à informação da sociedade, prestação de contas das atividades realizadas pela administração pública e promoção do debate e interesse público.

Em relação aos desvios-padrão, foi observado que o *Cluster 4* apresentou um menor desvio-padrão na variável TFO, com o valor de 6,77. Isso indica uma menor dispersão dos dados em relação à transparência nas questões administrativas, financeiras e orçamentárias dos municípios estudados dentro desse *cluster*. Por outro lado, a variável CEP apresentou o maior desvio-padrão, com o valor de 14, apontando para uma maior variabilidade nos níveis de transparência relacionados aos espaços de informação, prestação de contas e promoção do debate público. Essa maior dispersão dos dados sugere diferenças significativas entre os municípios do *Cluster 4* no que diz respeito à existência e utilização desses espaços de comunicação com a sociedade.

Na análise do desempenho na variável ID_PCP, verificou-se que todos os municípios apresentaram divulgação dos indicadores relacionados a Demais Créditos a Receber (PCP-3), Dívida Ativa Tributária (PCP-4), Bens Móveis e Imóveis e suas variações com Depreciação, Amortização e Exaustão (PCP-7), Benefícios a Empregados em relação a Pessoal a Pagar e Encargos Sociais a Pagar (PCP-11), Fornecedores e Contas a Pagar (PCP-13), Demais Obrigações (PCP-14) e Estoques (PCP-18). Por outro lado, nenhum dos municípios divulgou informações relacionadas aos indicadores de Ativo Contingente e Passivo Contingente (PCP-6), Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável de Intangível (PCP-15), Outros Ativos Intangíveis e suas variações com Amortização e Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável (PCP-16) e Redução ao Valor Recuperável de Participações Permanentes. Essa falta de divulgação dos indicadores mencionados revela uma lacuna na prestação de informações contábeis nessas áreas específicas, o que pode comprometer a transparência e a compreensão da situação patrimonial dos municípios.

Na análise da variável LEG, observou-se que todos os municípios apresentaram um desempenho positivo ao terem regulamentado a LAI. Por outro lado, todos os municípios não atendem aos seguintes indicadores: possuir norma sobre dados abertos ou PDA, ter regulamentação de conflitos de interesses e possuir norma de proteção ao denunciante. Essa lacuna na regulamentação de normas sobre dados abertos, conflitos de interesses e proteção ao denunciante pode comprometer a transparência e a integridade na gestão pública municipal. A ausência de um PDA limita o acesso dos cidadãos às informações públicas, dificultando a participação e o controle social. A falta de regulamentação de conflitos de

interesses pode abrir margem para práticas indevidas ou desvios éticos na administração pública. Além disso, a ausência de normas de proteção ao denunciante pode inibir a denúncia de irregularidades e atos ilícitos, prejudicando o combate à corrupção e a garantia da probidade administrativa.

Na análise da variável PLAT, foi observado que todos os municípios apresentaram um desempenho positivo ao possuírem Portal da Transparência. Porém, metade dos municípios do *cluster* não atendem aos seguintes indicadores: disponibilização de ferramentas de acessibilidade em conformidade com as normas de acesso para pessoas com deficiência, promoção de visualizações dos dados por meio de painéis, *dashboards*, gráficos e infográficos, disponibilização de Diário Oficial em plataforma *online*, publicação de relatórios estatísticos de acesso à informação atualizados e publicação de relatórios estatísticos da ouvidoria.

Na variável TAG, verificou-se que 85,71% dos municípios apresentaram um desempenho positivo ao atenderem aos seguintes indicadores: possuir órgão de controle interno e ter o órgão de controle interno no primeiro ou segundo escalão de governo. Esses indicadores são essenciais para fortalecer a governança e a fiscalização interna, garantindo a transparência e o controle adequado das atividades governamentais. Por outro lado, constatou-se que todos os municípios não divulgam em sua página oficial o Código de Ética ou de Conduta dos servidores públicos. Além disso, verificou-se que 92,86% dos municípios não atendem aos seguintes indicadores: divulgação da agenda do chefe do executivo e divulgação de informações sobre o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual.

No que diz respeito à variável TFO, constatou-se que 92,86% dos municípios do *Cluster 4* apresentam um desempenho positivo ao divulgar o RREO. Além disso, observou-se que 85,71% dos municípios do *cluster* divulgam bases de dados com os salários nominais de servidores. Por outro lado, verificou-se que todos os municípios do *cluster* não publicam bases de dados sobre incentivos fiscais e não realizam a divulgação de repasses de emendas parlamentares. Adicionalmente, constatou-se que 92,86% dos municípios não cumprem os seguintes indicadores: publicar bases de dados sobre vantagens e benefícios recebidos por servidores públicos e custeados por terceiros, como viagens e diárias pagas por empresas; publicar bases de dados sobre doações recebidas pelo ente; divulgar relatórios da dívida pública. Essa falta de divulgação compromete a transparência e o controle social sobre os gastos públicos. É fundamental que os municípios adotem práticas mais transparentes e fortaleçam a divulgação de informações relevantes para garantir a transparência e a *accountability* na gestão pública.

Na variável CEP, constatou-se que 71,43% dos municípios apresentam um desempenho positivo ao possuir uma área destinada a notícias/informações em seu portal. Por outro lado, constatou-se que todos os municípios do *cluster* não possuem Conselho de Transparência ou Combate à Corrupção, e 92,86% não disponibilizam informações sobre as consultas públicas. A ausência de um Conselho de Transparência ou Combate à Corrupção pode fragilizar a estrutura de governança e controle dos municípios, prejudicando a efetividade das medidas de combate à corrupção e garantia da transparência. Além disso, a falta de informações sobre as consultas públicas limita a participação cidadã e dificulta o acompanhamento das decisões tomadas pelo poder público.

4.2.5. *Cluster 5*

A análise dos resultados revelou que, em relação à transparência nos municípios, as médias obtidas nas diferentes dimensões foram as seguintes: a variável ID_PCP apresentou uma média de 54,48%, indicando um nível razoável de divulgação dos PCPs; a variável LEG obteve uma média de 9,72%, revelando a necessidade de aprimoramento no cumprimento das normas relacionadas ao acesso à informação e proteção dos dados; a variável PLAT registrou uma média de 43,27%, indicando um nível intermediário de disponibilidade de portais e ferramentas para acesso à informação; a variável TAG obteve uma média de 22,55%, revelando a necessidade de aprimoramento na divulgação dos mecanismos de governança; a variável TFO apresentou uma média de 57,92%, indicando um nível um pouco melhor entre os indicadores, mas ainda sugerindo melhorias importantes nessas áreas; e a variável CEP registrou uma média de 20,20%, apontando a necessidade de melhorias na disponibilidade de canais de comunicação e cumprimento dos aspectos estabelecidos pela LAI.

Ao analisar os desvios-padrão das variáveis no *Cluster 5*, constatou-se que a variável ID-PCP apresentou o menor desvio-padrão, indicando uma menor variação nos níveis de divulgação dos PCPs nos municípios desse *cluster*. Por outro lado, a variável LEG registrou o maior desvio-padrão, evidenciando uma maior variação no cumprimento das normas legais relacionadas à transparência nesses municípios. Essa heterogeneidade nos resultados ressalta a necessidade de promover políticas e mecanismos de governança mais efetivos, visando a uma maior uniformidade nos níveis de transparência entre os municípios analisados no *Cluster 5*.

Na análise do desempenho dos municípios em relação à divulgação dos indicadores da variável ID_PCP, constatou-se que todos os municípios apresentaram um bom desempenho na divulgação de indicadores como Demais Créditos a Receber (PCP-3), Dívida Ativa

Tributária (PCP-4), Bens Móveis e Imóveis, incluindo suas variações com Depreciação, Amortização e Exaustão (PCP-7), Benefícios a Empregados em relação a Pessoal a Pagar e Encargos Sociais a Pagar (PCP-11), Fornecedores e Contas a Pagar (PCP-13), Demais Obrigações (PCP-14), Participações Permanentes (PCP-17) e Estoques (PCP-18). No entanto, nenhum dos municípios do *cluster* teve um desempenho satisfatório na divulgação de indicadores como Ativo Contingente e Passivo Contingente (PCP-6), *Softwares*, patentes, marcas, licenças e congêneres, incluindo suas variações com Amortização e Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável (PCP-15), Outros Ativos Intangíveis e suas variações com Amortização e Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável (PCP-16) e Redução ao Valor Recuperável de Participações Permanentes (PCP-17). Esses resultados destacam a necessidade de melhorias na divulgação desses indicadores específicos para garantir maior transparência e prestação de contas nos municípios do *Cluster 5*.

Ao analisar o desempenho dos municípios na variável LEG, verificou-se que 33% dos municípios regulamentaram a LAI. No entanto, todos os municípios apresentaram deficiências em indicadores importantes, como a falta de regulamentação de conflitos de interesses, normas de proteção ao denunciante e normas de regulamentação da LGPD e conclusão do processo de adequação. Adicionalmente, a maioria (88,89%) dos municípios do *cluster* não possui normas específicas sobre dados abertos ou PDA. Esses resultados evidenciam a necessidade de fortalecer a regulamentação da LAI, implementar normas relacionadas a conflitos de interesses e proteção de dados, bem como promover a adoção de normas e planos relacionados a dados abertos nos municípios do *Cluster 5*.

Ao analisar o desempenho dos municípios na variável PLAT, verificou-se que todos os municípios possuem Portal da Transparência. Constatou-se, ainda, que 88,89% apresentam Portal de Dados Abertos e canal de ouvidoria. No entanto, a totalidade dos municípios do *cluster* não publicam relatórios estatísticos de ouvidoria, bem como 88,89% desses municípios não possuem Diário Oficial em plataforma *online* e não publicam relatórios estatísticos de acesso à informação atualizados. Outro ponto preocupante indica que 77,78% dos municípios não disponibilizam ferramentas de acessibilidade em conformidade com as normas para pessoas com deficiência nos portais principais.

Ao analisar a variável TAG, observou-se que a grande maioria dos municípios (88,89%) possui órgão de controle interno, indicando a presença de mecanismos de fiscalização interna. No entanto, nenhum município atendeu aos indicadores de divulgação da agenda do chefe do executivo, do órgão de controle interno possuir servidores efetivos e da divulgação do Código de Ética ou de Conduta dos servidores públicos em sua página oficial.

Além disso, a maioria dos municípios (88,89%) não cumpriu indicadores importantes, como realizar o planejamento anual de auditorias, divulgar informações sobre o cumprimento das metas do Plano Plurianual e publicar pareceres e relatórios dos órgãos de controle externo.

Ao analisar a variável TFO, observou-se que todos os municípios do *cluster* cumpriram os indicadores relacionados à publicação de bases de dados sobre receitas públicas, despesas públicas e transferências intergovernamentais voluntárias. Isso indica um bom desempenho na divulgação dessas informações relevantes para a transparência financeira e orçamentária. No entanto, todos os municípios do *cluster* não cumpriram os indicadores relacionados à publicação de bases de dados sobre vantagens e benefícios recebidos por servidores públicos e custeados por terceiros, doações recebidas pelo ente e incentivos fiscais.

Ao analisar a variável CEP, verificou-se que 77,78% dos municípios possuem uma área destinada a notícias/informações em seus portais, com o objetivo de difundir atualizações pertinentes aos cidadãos. No entanto, é importante destacar que nenhum dos municípios do *cluster* cumpre os indicadores relacionados à presença de um Conselho de Transparência ou Combate a Corrupção, bem como à oferta de oportunidades de participação da população na discussão do orçamento.

4.2.6. Cluster 6

A análise dos resultados revelou médias variadas para as dimensões de transparência nos municípios estudados. A variável ID_PCP obteve uma média de 66,13%, indicando um nível satisfatório de divulgação dos PCPs. A variável LEG alcançou uma média de 84,38%, demonstrando conformidade com as normas de acesso à informação, proteção de dados e defesa de interesses. Na variável PLAT, a média foi de 76,32%, sugerindo a existência de mecanismos digitais para solicitar acesso à informação e denunciar corrupção. A TAG obteve uma média de 77,94%, indicando a presença e publicidade de mecanismos de governança nos municípios. A variável TFO apresentou uma média de 78,99%, evidenciando a transparência em aspectos administrativos, financeiros e orçamentários. Por fim, a variável CEP registrou uma média de 51,70%, apontando a necessidade de melhorias na prestação de contas à sociedade e no incentivo à participação popular. Esses resultados proporcionam subsídios para aprimorar a transparência nas administrações municipais, destacando áreas específicas que requerem atenção e intervenção dos gestores públicos.

Ao analisar os desvios-padrão das variáveis do *Cluster 6*, foi observado que a variável ID_PCP apresentou um desvio-padrão menor, indicando uma menor variabilidade nos níveis

de divulgação dos PCPs entre os municípios estudados. Por outro lado, a variável PLAT registrou um desvio-padrão maior, sugerindo uma maior variação nos mecanismos e ferramentas utilizados pelos municípios para promover a transparência. Esses desvios-padrão oferecem uma compreensão mais detalhada das diferenças nas práticas de transparência e podem auxiliar na identificação de áreas que precisam de melhorias e padronização nas administrações municipais.

No que se refere ao desempenho dos municípios na divulgação dos indicadores relacionados à variável ID_PCP, observou-se que todos divulgaram os seguintes indicadores: Demais Créditos a Receber (PCP-3), Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa não Tributária (PCP-4), Provisões (PCP-5), Bens Móveis e Imóveis bem como suas variações com Depreciação, Amortização e Exaustão (PCP-7), Benefícios a Empregados (PCP-11), Provisão Atuarial (PCP-12), Fornecedores e Contas a Pagar (PCP-13), Demais Obrigações (PCP-14), Participações Permanentes (PCP-17) e Estoques (PCP-18). Por outro lado, constatou-se que nenhum dos municípios do *cluster* divulgou os seguintes indicadores: Ativo Contingente (PCP-6), Amortização de Intangível e Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável de Intangível (PCP-15), Outros Ativos Intangíveis e suas variações com Amortização e Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável (PCP-16) e Redução ao Valor Recuperável de Participações Permanentes (PCP-17).

Esses resultados indicam um alto nível de divulgação e transparência dos municípios do *Cluster* 6 em relação a uma série de indicadores contábeis, abrangendo aspectos como créditos, dívidas, provisões, bens, benefícios, fornecedores e obrigações. No entanto, também revelam lacunas na divulgação de indicadores específicos, como ativos contingentes, amortização de intangíveis, reavaliação e redução ao valor recuperável. Essas áreas de menor desempenho na divulgação podem ser alvo de melhorias para fortalecer a transparência contábil dos municípios e promover a conformidade com as normas estabelecidas para o setor público.

Ao analisar o desempenho dos municípios em relação à variável LEG, constatou-se que todos cumprem os indicadores legais de transparência, incluindo a existência de normas regulamentadoras da LAI, regulamentação de conflitos de interesses e da LGPD. No entanto, foi observado que 75% dos municípios não possuem normas de proteção ao denunciante, enquanto 50% não possuem normas sobre dados abertos ou PDA. Esses resultados indicam um alto nível de conformidade com as exigências legais em muitos aspectos da transparência, mas também destacam áreas que requerem atenção, como a proteção ao denunciante e a divulgação de dados abertos.

Em relação à variável PLAT, constatou-se que todos os municípios possuem Portal da Transparência, Portal de Dados Abertos, canal de acesso à informação e canal de ouvidoria. No entanto, metade dos municípios do *cluster* não cumprem alguns indicadores específicos. Esses municípios não publicam relatórios estatísticos de ouvidoria, não oferecem ferramentas de acessibilidade em conformidade com as normas para pessoas com deficiência em seus portais principais e não promovem visualizações dos dados por meio de painéis, *dashboards*, gráficos e infográficos. Esses resultados ressaltam o bom desempenho geral dos municípios na presença de plataformas de transparência, mas também indicam áreas que necessitam de melhorias, como a disponibilidade de relatórios estatísticos, acessibilidade e visualizações dinâmicas de dados.

No que se refere ao desempenho da variável TAG, constatou-se que todos possuem órgão de controle interno, localizado no primeiro ou segundo escalão de governo, com servidores efetivos e realização de planejamento anual de auditorias. No entanto, 75% dos municípios não divulgam a agenda do chefe do executivo, o que representa uma lacuna na transparência e prestação de contas das atividades do gestor municipal. Esses resultados indicam uma estrutura sólida de governança nos municípios do *Cluster 6*, mas destacam a necessidade de aprimorar a divulgação da agenda do chefe do executivo para fortalecer a transparência e promover a participação cidadã.

Ao analisar o desempenho dos municípios na variável TFO, verificou-se que todos publicam bases de dados com os salários nominais de servidores efetivos e comissionados, além de divulgar informações detalhadas sobre as despesas públicas. Também disponibilizam bases de dados sobre transferências intergovernamentais obrigatórias, contratos públicos e aditivos, parcerias celebradas, patrimônio público (bens imóveis) e divulgam relatórios resumidos de execução orçamentária, bem como relatórios da dívida pública. No entanto, foi observado que 75% dos municípios não atendem aos seguintes indicadores: publicação de bases de dados sobre doações recebidas pelo ente, bases de dados sobre incentivos fiscais e divulgação de informações detalhadas sobre repasses de emendas parlamentares. A falta de atendimento a esses indicadores demonstra uma lacuna na transparência dos recursos recebidos por meio de doações, incentivos fiscais e repasses de emendas parlamentares.

Quanto ao desempenho alcançado na variável CEP, verificou-se que todos os municípios do *cluster* possuem pelo menos duas redes sociais ativas, com postagens atualizadas, demonstrando um esforço em utilizar essas plataformas como meio de comunicação com os cidadãos. Além disso, todos os municípios possuem uma área em seus portais destinada a notícias e informações, com o objetivo de difundir atualizações pertinentes

aos cidadãos. No entanto, é importante ressaltar que nenhum dos municípios cumpre os indicadores relacionados à existência de um Conselho de Transparência ou Combate à Corrupção, bem como a disponibilização de informações sobre as consultas públicas. Esses resultados mostram que há uma lacuna na estrutura de participação popular e na governança da administração pública municipal, o que pode impactar a transparência e a tomada de decisões coletivas.

4.3. Análise comparativa dos *Clusters*

Após realizar uma minuciosa análise individualizada dos 6 *clusters*, passa-se agora para uma etapa de análise comparativa dos agrupamentos. Nessa fase, busca-se identificar não apenas padrões gerais, mas também características específicas que possam explicar os diferentes níveis de transparência observados em cada agrupamento formado. Ao explorar essas diferenças, pretende-se obter uma compreensão mais aprofundada das peculiaridades de cada *cluster* e das razões subjacentes aos seus respectivos níveis de transparência.

A partir da análise da Tabela 1, constata-se que os *Clusters* 1 e 6 se destacam dos demais, uma vez que possuem valores médios das variáveis de transparência acima dos valores médios observados no âmbito estadual. Isso evidencia um desempenho superior desses dois agrupamentos em relação às demais categorias. Em seguida, nota-se que o *Cluster* 3 apresenta valores médios que superam os níveis estaduais em todas as variáveis de transparência, exceto pela variável LEG. Essa constatação sugere um bom nível geral de transparência, embora seja necessário aprimorar algumas áreas específicas. Por outro lado, o *Cluster* 2, com exceção da variável PLAT, apresenta valores médios inferiores aos do nível estadual, indicando a necessidade de melhorias em diversos aspectos de transparência. Quanto aos *Clusters* 4 e 5, verifica-se que todos os valores médios de suas variáveis estão abaixo dos identificados no nível estadual, o que indica uma baixa transparência em comparação com as demais categorias.

Ao analisar as médias das variáveis de transparência a nível estadual, verifica-se que, de modo geral, os municípios do Espírito Santo apresentam valores médios superiores para a variável PLAT. Essa constatação é respaldada pela presença de portais de transparência em todos os municípios do estado, evidenciando um ambiente propício à transparência governamental. Essa evidência sugere a influência de fatores externos, como a competição política e a aceitação por parte dos cidadãos, além de fatores internos críticos, como as habilidades técnicas dos funcionários e a profissionalização da gestão. Esses aspectos podem

estar contribuindo para a maior adoção de práticas de governo eletrônico entre os municípios capixabas (Manoharan & Ingrams, 2018). Dessa forma, o estudo atual encontra respaldo na literatura anterior, que também destaca a importância desses fatores para a promoção da transparência nas administrações municipais.

Ao realizar a análise dos *clusters*, os dados revelam que somente os *Clusters* 1, 2, 3 e 6 apresentam um desempenho em transparência de plataformas superior ao nível estadual, indicando que esses agrupamentos estão inseridos em ambientes que fornecem as condições propostas por (Manoharan & Ingrams, 2018). No entanto, o resultado obtido pelo *Cluster* 2 desperta interesse, uma vez que ele se destaca na dimensão de transparência das plataformas digitais (PLAT = 70,24%), superando a média estadual (PLAT = 69,87%), porém, com as demais dimensões de transparência abaixo da média. Diante desse cenário, é sugerida a realização de estudos mais aprofundados para compreender o ambiente específico do *Cluster* 2, que aparentemente favorece uma maior transparência nas plataformas em detrimento das outras dimensões de transparência. Essa investigação adicional possibilitaria uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciam o desempenho desse *cluster* e poderia fornecer *insights* valiosos para o aprimoramento das estratégias de transparência.

Por outro lado, ao analisar o índice mínimo das variáveis de transparência a nível estadual, os dados revelam que a variável LEG apresenta o menor desempenho, com um valor médio de 36,14%. Essa dimensão aborda o cumprimento das regulamentações relacionadas a várias normas de transparência, especialmente a LAI. O desempenho médio obtido nessa dimensão de transparência sugere que, de maneira geral, os municípios do Espírito Santo estão inseridos em um contexto de baixa competição política, conforme abordado por Berliner (2014). Segundo esse autor, em ambientes com alta competição política e incertezas em relação ao controle futuro do poder, a institucionalização da transparência por meio de leis de acesso à informação pode trazer benefícios significativos. Isso ocorre porque os atuais detentores do poder têm incentivos para se comprometerem com a transparência e evitarem ser excluídos do acesso às informações governamentais e ferramentas de monitoramento no futuro. Portanto, considerando o baixo nível de competição política em geral, sugere-se que os atores políticos nos municípios do Espírito Santo não percebem os benefícios decorrentes da regulamentação da LAI em nível local. Essa constatação destaca a importância de investigações adicionais para compreender os fatores específicos que influenciam a adesão às normas de transparência nos municípios capixabas.

No entanto, ao analisar essas características no nível dos *clusters*, é possível constatar que os *Clusters* 1 e 6 apresentam os maiores níveis para a variável LEG, com valores de

79,17% e 84,38%, respectivamente. Em contraste com a média estadual, sugere-se que os municípios pertencentes a esses *clusters* estão respondendo ao ambiente competitivo no qual estão inseridos, adotando medidas de transparência como uma estratégia para se destacar politicamente e conquistar o apoio dos eleitores (Berliner, 2014). Essa correlação fortalece a importância do contexto político na promoção da transparência e evidencia a influência dos fatores políticos nas práticas de governança e transparência dos municípios dos *Clusters* 1 e 6. Esses resultados destacam a necessidade de considerar as dinâmicas políticas locais ao desenvolver políticas e estratégias para aprimorar a transparência governamental em diferentes contextos municipais.

Ao analisar os desvios-padrão a nível estadual, observa-se que a variável ID_PCP apresenta o menor desvio, o que indica que a dimensão da transparência contábil, que envolve a divulgação dos PCPs de acordo com as normas IPSAS e as NBC TSP do Setor Público, possui menor variabilidade entre os municípios do Espírito Santo. Isso sugere que há uma maior uniformidade na adoção e implementação das práticas de transparência contábil pelos municípios capixabas. Essa uniformidade pode ser atribuída à existência de uma norma específica sobre os PCPs, a IN n.º 36/2016, que é exigida pelo TCE-ES na análise das prestações de contas anuais dos municípios.

Além disso, esse efeito já foi observado no estudo de Mata (2022), que analisou o nível de divulgação dos PCPs nos municípios capixabas. O estudo evidenciou que, por meio da IN n.º 36/2016, o TCE-ES igualou os prazos de exigência para a adoção das políticas contábeis constantes do PIPCP para todos os municípios. Isso indica que a coercitividade da norma tem desempenhado um papel preponderante nesse processo, contribuindo para a uniformidade na adoção das práticas contábeis e para o maior nível de transparência contábil observado nos municípios capixabas. Essa evidência fortalece a importância das normas regulatórias e do papel do TCE-ES na promoção da transparência contábil nos municípios do Espírito Santo.

De fato, a IN n.º 36/2016 e a fiscalização do TCE-ES podem ter desempenhado um papel importante na melhoria da transparência contábil entre os municípios do estado. No entanto, ao analisar esse processo no nível dos *clusters*, observa-se que os melhores níveis de ID_PCP, ou seja, os índices que ultrapassam a média estadual, são identificados nos *Clusters* 1, 3 e 6. Conforme destacado por Mata (2022), o nível de divulgação dos PCPs nos municípios do Espírito Santo está relacionado à receita própria arrecadada e ao nível de desenvolvimento municipal. Isso sugere que os municípios pertencentes a esses *clusters* estão em condições favoráveis nesses aspectos, o que pode influenciar positivamente sua

capacidade de adotar e divulgar práticas de transparência contábil. Por outro lado, observa-se níveis mais baixos de transparência contábil, ou seja, níveis abaixo da média estadual, nos *Clusters* 2, 4 e 5. Isso sugere que essas localidades apresentam menor disponibilidade de recursos e níveis mais baixos de desenvolvimento local, o que pode afetar sua capacidade de adotar e implementar práticas de transparência contábil de forma mais abrangente.

Ainda em relação aos desvios-padrão a nível estadual, constata-se que a variável CEP apresenta o maior desvio, indicando uma maior dispersão nos dados relacionados à existência de espaços de comunicação, prestação de contas e participação pública entre os municípios capixabas. Essa variabilidade nas práticas adotadas sugere a necessidade de aprimorar a transparência nesse aspecto. Esse resultado é reforçado pelo estudo de Zuccolotto e Teixeira (2015), que examinou a relação entre a participação da sociedade e a melhoria dos mecanismos de transparência nos estados brasileiros. Os autores identificaram que nos estados onde a participação social ocorre por meio de fóruns definidos institucionalmente, os indicadores de transparência são mais favoráveis. Portanto, considerando a baixa presença de Conselhos de Transparência ou Combate à Corrupção nos municípios capixabas, especialmente nos *clusters* analisados, fortalecer a participação social por meio desses mecanismos institucionais pode contribuir para um aumento significativo da transparência e do desenvolvimento democrático local.

Ao observar os *clusters*, é possível constatar que apenas os *Clusters* 1, 3 e 6 apresentam valores médios da variável CEP superiores à média estadual, com destaque para o *Cluster* 1. Esses resultados sugerem que essas localidades possuem um maior envolvimento entre a administração pública e a sociedade, caracterizando ambientes mais abertos e democráticos. Essa relação entre democracia e transparência é respaldada por diversos estudos, como os de Harrison e Sayogo (2014), Leroy *et al.* (2021) e Zuccolotto e Teixeira (2014a). Essas pesquisas indicam uma associação positiva entre os dois conceitos, destacando a importância da transparência para o fortalecimento democrático.

Com base nas análises realizadas até o momento, é possível observar diferenças entre os *clusters*. Para verificar a magnitude dessas diferenças de forma estatisticamente significativa, foram realizados testes de diferença de médias, mais precisamente o teste *Bonferroni*. Com o intuito de assegurar a validade dessas diferenças entre os grupos, a Tabela 2 a seguir compara o *Cluster* 1 com os *Clusters* 2, 3, 4, 5 e 6. Ressalta-se que, a partir de agora, quando se referir a desempenho superior ou inferior, entende-se ser estatisticamente significativo.

Tabela 2 - Teste *Bonferroni* - *Cluster 1 versus Clusters (2, 3, 4, 5, 6)*

Variável	Comparação	Diferença de Médias	Erro Padrão	Significância
ID_PCP	<i>Cluster 1 versus Cluster 2</i>	19,458*	2,976	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 3</i>	9,781*	2,594	0,005
	<i>Cluster 1 versus Cluster 4</i>	16,782*	2,925	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 5</i>	17,832*	3,278	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 6</i>	6,183	4,292	1,000
LEG	<i>Cluster 1 versus Cluster 2</i>	64,744*	5,200	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 3</i>	47,196*	4,533	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 4</i>	48,810*	5,110	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 5</i>	69,444*	5,728	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 6</i>	-5,208	7,500	1,000
PLAT	<i>Cluster 1 versus Cluster 2</i>	22,959*	4,838	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 3</i>	18,607*	4,218	0,001
	<i>Cluster 1 versus Cluster 4</i>	37,187*	4,755	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 5</i>	49,927*	5,329	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 6</i>	16,886	6,978	0,271
TAG	<i>Cluster 1 versus Cluster 2</i>	60,860*	5,109	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 3</i>	34,729*	4,454	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 4</i>	47,059*	5,021	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 5</i>	68,627*	5,628	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 6</i>	13,235	7,369	1,000
TFO	<i>Cluster 1 versus Cluster 2</i>	41,462*	3,713	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 3</i>	20,881*	3,237	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 4</i>	37,107*	3,649	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 5</i>	30,024*	4,090	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 6</i>	8,954	5,355	1,000
CEP	<i>Cluster 1 versus Cluster 2</i>	61,422*	6,189	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 3</i>	34,168*	5,396	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 4</i>	63,582*	6,082	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 5</i>	66,919*	6,817	0,000
	<i>Cluster 1 versus Cluster 6</i>	35,417*	8,926	0,003

* Diferença de média significativa ao nível de 5%

Fonte: Dados da pesquisa

A partir da análise da Tabela 2, é possível inferir que o *Cluster 1* se destaca com um desempenho superior em relação a todas as variáveis de transparência, exceto quando comparado ao *Cluster 6*, nas variáveis ID_PCP, LEG, PLAT, TAG e TFO. Esses resultados indicam que o *Cluster 1* apresenta um nível mais elevado de transparência em relação aos demais *clusters*, evidenciando diferenças estatisticamente relevantes. A Tabela 3 a seguir compara o *Cluster 2* com os *Clusters 1, 3, 4, 5 e 6*.

Tabela 3 - Teste *Bonferroni* - *Cluster 2 versus Clusters (1, 3, 4, 5, 6)*

Variável	Comparação	Diferença de Médias	Erro Padrão	Significância
ID_PCP	<i>Cluster 2 versus Cluster 1</i>	-19,458*	2,976	0,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 3</i>	-9,677*	2,525	0,004
	<i>Cluster 2 versus Cluster 4</i>	-2,676	2,863	1,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 5</i>	-1,627	3,224	1,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 6</i>	-13,275*	4,251	0,039
LEG	<i>Cluster 2 versus Cluster 1</i>	-64,744*	5,200	0,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 3</i>	-17,548*	4,413	0,002
	<i>Cluster 2 versus Cluster 4</i>	-15,934*	5,003	0,032
	<i>Cluster 2 versus Cluster 5</i>	4,701	5,633	1,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 6</i>	-69,952*	7,427	0,000
PLAT	<i>Cluster 2 versus Cluster 1</i>	-22,959*	4,838	0,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 3</i>	-4,352	4,105	1,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 4</i>	14,228*	4,655	0,047
	<i>Cluster 2 versus Cluster 5</i>	26,968*	5,241	0,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 6</i>	-6,073	6,910	1,000
TAG	<i>Cluster 2 versus Cluster 1</i>	-60,860*	5,109	0,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 3</i>	-26,131*	4,335	0,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 4</i>	-13,801	4,916	0,096
	<i>Cluster 2 versus Cluster 5</i>	7,768	5,534	1,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 6</i>	-47,624*	7,298	0,000
TFO	<i>Cluster 2 versus Cluster 1</i>	-41,462*	3,713	0,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 3</i>	-20,581*	3,151	0,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 4</i>	-4,355	3,573	1,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 5</i>	-11,438	4,022	0,087
	<i>Cluster 2 versus Cluster 6</i>	-32,508*	5,304	0,000
CEP	<i>Cluster 2 versus Cluster 1</i>	-61,422*	6,189	0,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 3</i>	-27,254*	5,252	0,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 4</i>	2,161	5,955	1,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 5</i>	5,497	6,704	1,000
	<i>Cluster 2 versus Cluster 6</i>	-26,005	8,840	0,066

* Diferença de média significativa ao nível de 5%

Fonte: Dados da pesquisa

Com base na Tabela 3, pode-se observar que o *Cluster 2* apresenta um desempenho inferior em relação à variável ID_PCP quando comparado aos *Clusters 1, 3 e 6*. Em relação à variável LEG, o desempenho do *Cluster 2* é inferior aos *Clusters 1, 3, 4 e 6*. Quanto à variável PLAT, o desempenho do *Cluster 2* é inferior ao *Cluster 1* e superior aos *Clusters 4 e 5*. No que diz respeito à variável TAG, o *Cluster 2* tem um desempenho inferior em relação aos *Clusters 1, 3 e 6*. Em relação à variável TFO, o *Cluster 2* apresenta um desempenho inferior aos *Clusters 1, 3 e 6*. Por fim, em relação à variável CEP, o desempenho do *Cluster 2* é inferior aos *Clusters 1 e 3*. A Tabela 4 a seguir compara o *Cluster 3* com os *Clusters 1, 2, 4, 5 e 6*.

Tabela 4 - Teste *Bonferroni* - *Cluster 3 versus Clusters (1, 2, 4, 5, 6)*

Variável	Comparação	Diferença de Médias	Erro Padrão	Significância
ID-PCP	<i>Cluster 3 versus Cluster 1</i>	-9,781*	2,594	0,005
	<i>Cluster 3 versus Cluster 2</i>	9,677*	2,525	0,004
	<i>Cluster 3 versus Cluster 4</i>	7,001	2,464	0,088
	<i>Cluster 3 versus Cluster 5</i>	8,051	2,875	0,098
	<i>Cluster 3 versus Cluster 6</i>	-3,598	3,993	1,000
LEG	<i>Cluster 3 versus Cluster 1</i>	-47,196*	4,533	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 2</i>	17,548	4,413	0,002
	<i>Cluster 3 versus Cluster 4</i>	1,614	4,306	1,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 5</i>	22,249*	5,024	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 6</i>	-52,404*	6,977	0,000
PLAT	<i>Cluster 3 versus Cluster 1</i>	-18,607*	4,218	0,001
	<i>Cluster 3 versus Cluster 2</i>	4,352	4,105	1,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 4</i>	18,580*	4,006	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 5</i>	31,320*	4,674	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 6</i>	-1,721	6,491	1,000
TAG	<i>Cluster 3 versus Cluster 1</i>	-34,729*	4,454	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 2</i>	26,131*	4,335	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 4</i>	12,330	4,231	0,071
	<i>Cluster 3 versus Cluster 5</i>	33,899*	4,936	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 6</i>	-21,493*	6,855	0,037
TFO	<i>Cluster 3 versus Cluster 1</i>	-20,881*	3,237	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 2</i>	20,581*	3,151	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 4</i>	16,226*	3,075	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 5</i>	9,143	3,587	0,194
	<i>Cluster 3 versus Cluster 6</i>	-11,927	4,982	0,289
CEP	<i>Cluster 3 versus Cluster 1</i>	-34,168*	5,396	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 2</i>	27,254*	5,252	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 4</i>	29,415*	5,125	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 5</i>	32,752*	5,979	0,000
	<i>Cluster 3 versus Cluster 6</i>	1,249	8,304	1,000

* Diferença de média significativa ao nível de 5%

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando a Tabela 4, constata-se que o *Cluster 3* possui um desempenho inferior em relação à variável ID_PCP se comparado ao *Cluster 1*, porém superior ao *Cluster 2*. Em relação à variável LEG, o *Cluster 3* demonstra um desempenho inferior em comparação aos *Clusters 1* e *6*, mas superior ao *Cluster 5*. Quanto à variável PLAT, o desempenho do *Cluster 3* é inferior ao *Cluster 1*, porém superior aos *Clusters 4* e *5*. No caso da variável TAG, o *Cluster 3* apresenta um desempenho inferior em relação aos *Clusters 1* e *6*, mas superior aos *Clusters 2* e *5*. Em relação à variável TFO, o *Cluster 3* exibe um desempenho inferior ao *Cluster 1*, mas superior aos *Clusters 2* e *4*. Por fim, em relação à variável CEP, o *Cluster 3* possui um desempenho inferior ao *Cluster 1*, mas superior aos *Clusters 2, 4* e *5*. A Tabela 5 a seguir compara o *Cluster 4* com os *Clusters 1, 2, 3, 5* e *6*.

Tabela 5 - Teste *Bonferroni* - *Cluster 4 versus Clusters (1, 2, 3, 5, 6)*

Variável	Comparação	Diferença de Médias	Erro Padrão	Significância
ID-PCP	<i>Cluster 4 versus Cluster 1</i>	-16,782*	2,925	0,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 2</i>	2,676	2,863	1,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 3</i>	-7,001	2,464	0,088
	<i>Cluster 4 versus Cluster 5</i>	1,050	3,176	1,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 6</i>	-10,599	4,215	0,212
LEG	<i>Cluster 4 versus Cluster 1</i>	-48,810*	5,110	0,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 2</i>	15,934*	5,003	0,032
	<i>Cluster 4 versus Cluster 3</i>	-1,614	4,306	1,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 5</i>	20,635*	5,550	0,006
	<i>Cluster 4 versus Cluster 6</i>	-54,018*	7,365	0,000
PLAT	<i>Cluster 4 versus Cluster 1</i>	-37,187*	4,755	0,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 2</i>	-14,228*	4,655	0,047
	<i>Cluster 4 versus Cluster 3</i>	-18,580*	4,006	0,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 5</i>	12,740	5,164	0,240
	<i>Cluster 4 versus Cluster 6</i>	-20,301	6,852	0,062
TAG	<i>Cluster 4 versus Cluster 1</i>	-47,059*	5,021	0,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 2</i>	13,801	4,916	0,096
	<i>Cluster 4 versus Cluster 3</i>	-12,330	4,231	0,071
	<i>Cluster 4 versus Cluster 5</i>	21,569*	5,453	0,003
	<i>Cluster 4 versus Cluster 6</i>	-33,824*	7,236	0,000
TFO	<i>Cluster 4 versus Cluster 1</i>	-37,107*	3,649	0,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 2</i>	4,355	3,573	1,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 3</i>	-16,226*	3,075	0,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 5</i>	-7,084	3,963	1,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 6</i>	-28,153*	5,259	0,000
CEP	<i>Cluster 4 versus Cluster 1</i>	-63,582*	6,082	0,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 2</i>	-2,161	5,955	1,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 3</i>	-29,415*	5,125	0,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 5</i>	3,337	6,605	1,000
	<i>Cluster 4 versus Cluster 6</i>	-28,166*	8,765	0,029

* Diferença de média significativa ao nível de 5%

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar a Tabela 5, constata-se que o *Cluster 4* apresenta um desempenho inferior em relação à variável ID_PCP somente quando comparado ao *Cluster 1*. No que diz respeito à variável LEG, observa-se que o *Cluster 4* possui um desempenho inferior em comparação com os *Clusters 1* e *6*, porém superior aos *Clusters 2* e *5*. Já em relação à variável PLAT, nota-se que o desempenho do *Cluster 4* é inferior em comparação com os *Clusters 1, 2* e *3*. Quanto à variável TAG, o *Cluster 4* apresenta um desempenho inferior em relação aos *Clusters 1* e *6*, mas superior ao *Cluster 5*. No caso da variável TFO, o *Cluster 4* demonstra um desempenho inferior quando comparado aos *Clusters 1, 3* e *6*. Por fim, em relação à variável CEP, verifica-se que o *Cluster 4* possui um desempenho inferior em comparação com os *Clusters 1, 3* e *6*. A próxima tabela, a Tabela 6, irá comparar o *Cluster 5* com os *Clusters 1, 2, 3, 4* e *6*.

Tabela 6 - Teste *Bonferroni* - *Cluster 5 versus Clusters (1, 2, 3, 4, 6)*

Variável	Comparação	Diferença de Médias	Erro Padrão	Significância
ID-PCP	<i>Cluster 5 versus Cluster 1</i>	-17,832*	3,278	0,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 2</i>	1,627	3,224	1,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 3</i>	-8,051	2,875	0,098
	<i>Cluster 5 versus Cluster 4</i>	-1,050	3,176	1,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 6</i>	-11,649	4,467	0,166
LEG	<i>Cluster 5 versus Cluster 1</i>	-69,444*	5,728	0,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 2</i>	-4,701	5,633	1,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 3</i>	-22,249*	5,024	0,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 4</i>	-20,635*	5,550	0,006
	<i>Cluster 5 versus Cluster 6</i>	-74,653*	7,806	0,000
PLAT	<i>Cluster 5 versus Cluster 1</i>	-49,927*	5,329	0,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 2</i>	-26,968*	5,241	0,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 3</i>	-31,320*	4,674	0,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 4</i>	-12,740	5,164	0,240
	<i>Cluster 5 versus Cluster 6</i>	-33,041*	7,263	0,000
TAG	<i>Cluster 5 versus Cluster 1</i>	-68,627*	5,628	0,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 2</i>	-7,768	5,534	1,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 3</i>	-33,899*	4,936	0,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 4</i>	-21,569*	5,453	0,003
	<i>Cluster 5 versus Cluster 6</i>	-55,392*	7,670	0,000
TFO	<i>Cluster 5 versus Cluster 1</i>	-30,024*	4,090	0,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 2</i>	11,438	4,022	0,087
	<i>Cluster 5 versus Cluster 3</i>	-9,143	3,587	0,194
	<i>Cluster 5 versus Cluster 4</i>	7,084	3,963	1,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 6</i>	-21,070*	5,574	0,005
CEP	<i>Cluster 5 versus Cluster 1</i>	-66,919*	6,817	0,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 2</i>	-5,497	6,704	1,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 3</i>	-32,752*	5,979	0,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 4</i>	-3,337	6,605	1,000
	<i>Cluster 5 versus Cluster 6</i>	-31,503*	9,291	0,017

* Diferença de média significativa ao nível de 5%

Fonte: Dados da pesquisa

A partir da Tabela 6, verifica-se que o *Cluster 5* apresenta um desempenho inferior em relação à variável *ID_PCP* apenas quando comparado ao *Cluster 1*. No que diz respeito à variável *LEG*, observa-se que o *Cluster 5* possui um desempenho inferior em comparação com os *Clusters 1, 3, 4 e 6*. Quanto à variável *PLAT*, nota-se que o desempenho do *Cluster 5* é inferior em comparação com os *Clusters 1, 2, 3 e 6*. Em relação à variável *TAG*, o *Cluster 5* demonstra um desempenho inferior em relação aos *Clusters 1, 3, 4 e 6*. No caso da variável *TFO*, o *Cluster 5* apresenta um desempenho inferior quando comparado aos *Clusters 1 e 6*. Por fim, em relação à variável *CEP*, verifica-se que o *Cluster 5* possui um desempenho inferior em comparação com os *Clusters 1, 3 e 6*. A próxima tabela, a Tabela 7, irá comparar o *Cluster 6* com os *Clusters 1, 2, 3, 4 e 5*.

Tabela 7 - Teste *Bonferroni* - *Cluster 6 versus Clusters (1, 2, 3, 4, 5)*

Variável	Comparação	Diferença de Médias	Erro Padrão	Significância
ID-PCP	<i>Cluster 6 versus Cluster 1</i>	-6,183	4,292	1,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 2</i>	13,275*	4,251	0,039
	<i>Cluster 6 versus Cluster 3</i>	3,598	3,993	1,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 4</i>	10,599	4,215	0,212
	<i>Cluster 6 versus Cluster 5</i>	11,649	4,467	0,166
LEG	<i>Cluster 6 versus Cluster 1</i>	5,208	7,500	1,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 2</i>	69,952*	7,427	0,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 3</i>	52,404*	6,977	0,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 4</i>	54,018*	7,365	0,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 5</i>	74,653*	7,806	0,000
PLAT	<i>Cluster 6 versus Cluster 1</i>	-16,886	6,978	0,271
	<i>Cluster 6 versus Cluster 2</i>	6,073	6,910	1,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 3</i>	1,721	6,491	1,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 4</i>	20,301	6,852	0,062
	<i>Cluster 6 versus Cluster 5</i>	33,041*	7,263	0,000
TAG	<i>Cluster 6 versus Cluster 1</i>	-13,235	7,369	1,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 2</i>	47,624*	7,298	0,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 3</i>	21,493*	6,855	0,037
	<i>Cluster 6 versus Cluster 4</i>	33,824*	7,236	0,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 5</i>	55,392*	7,670	0,000
TFO	<i>Cluster 6 versus Cluster 1</i>	-8,954	5,355	1,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 2</i>	32,508*	5,304	0,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 3</i>	11,927	4,982	0,289
	<i>Cluster 6 versus Cluster 4</i>	28,153*	5,259	0,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 5</i>	21,070*	5,574	0,005
CEP	<i>Cluster 6 versus Cluster 1</i>	-35,417*	8,926	0,003
	<i>Cluster 6 versus Cluster 2</i>	26,005	8,840	0,066
	<i>Cluster 6 versus Cluster 3</i>	-1,249	8,304	1,000
	<i>Cluster 6 versus Cluster 4</i>	28,166*	8,765	0,029
	<i>Cluster 6 versus Cluster 5</i>	31,503*	9,291	0,017

* Diferença de média significativa ao nível de 5%

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar a Tabela 7, constata-se que o *Cluster 6* apresenta um desempenho superior em relação à variável ID_PCP somente quando comparado ao *Cluster 2*. No que diz respeito à variável LEG, observa-se que o *Cluster 6* possui um desempenho superior em comparação com os *Clusters 2, 3, 4 e 5*. Quanto à variável PLAT, nota-se que o desempenho do *Cluster 6* é superior apenas quando comparado ao *Cluster 5*. Em relação à variável TAG, o *Cluster 6* demonstra um desempenho superior em relação aos *Clusters 2, 3, 4 e 5*. No caso da variável TFO, o *Cluster 6* apresenta um desempenho superior quando comparado aos *Clusters 2, 4 e 5*. Por fim, em relação à variável CEP, verifica-se que o *Cluster 6* possui um desempenho inferior em comparação com o *Cluster 1*, no entanto superior aos *Clusters 4 e 5*.

Após realizar as análises das diferenças de média, é possível estabelecer os níveis de transparência, permitindo classificar os *clusters* em termos de transparência, considerando os melhores, piores e intermediários. Os testes realizados com esse propósito revelam que os *Clusters 1 e 6* podem ser classificados como os melhores em termos de transparência, enquanto os *Clusters 2 e 5* são os piores, e os *Clusters 3 e 4* se encontram em um nível

intermediário de transparência. Com base nessas observações, a Tabela 8 a seguir apresenta um *ranking* dos *clusters*, elaborado a partir de um índice de transparência geral (IT-Geral), calculado com base na média dos valores médios de cada variável. Além disso, é feita uma comparação entre o nível de transparência identificado em cada *cluster* e as médias das variáveis socioeconômicas, como população e receita própria arrecadada.

Tabela 8 – IT-Geral e Média das Variáveis Socioeconômicas por Cluster

<i>Cluster</i>	IT-Geral	Posição	POP	REC
1	85,15	1º	198.810,25	268.432.219,33
6	72,58	2º	52.303,50	33.675.897,25
3	57,59	3º	33.442,27	28.673.267,19
4	43,40	4º	21.153	14.728.858,71
2	40	5º	17.191,08	10.458.200,46
5	34,69	6º	13.827,33	7.037.214,33

Fonte: Dados da pesquisa

Legenda: POP = População, REC = Receita Própria

A Tabela 8 apresenta o IT-Geral para cada *cluster*, sendo apresentado em ordem decrescente de classificação. Além disso, são fornecidas as informações sobre as variáveis socioeconômicas relacionadas a cada agrupamento, incluindo a população média (POP), calculada com base na população estimada do ano de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a receita própria arrecadada média (REC), obtida a partir da receita própria arrecadada pelos municípios do Espírito Santo no ano de 2021 e coletada no Painel de Controle do TCE-ES.

A partir da análise da Tabela 8, é possível confirmar as observações feitas nas análises das diferenças de média realizadas anteriormente, onde os *Clusters* 1 e 6 são classificados como tendo o melhor nível de transparência, enquanto os *Clusters* 2 e 5 são considerados os de pior transparência. Além disso, os *Clusters* 3 e 4 estão em um nível intermediário de transparência. Adicionalmente, ao comparar o IT-Geral com as variáveis socioeconômicas, pode-se notar que os *clusters* com melhor transparência apresentam valores médios mais altos de POP e REC, enquanto o oposto é observado nos *clusters* com pior transparência. Essa evidência é consistente com diversos estudos nacionais e internacionais que apontam uma relação positiva entre o nível de transparência e o tamanho da população e a condição financeira das entidades governamentais (Alves *et al.*, 2021; Bolívar *et al.*, 2013; Cruz *et al.*, 2012; Sol, 2013; Zuccolotto & Teixeira, 2014b).

No entanto, há situações peculiares que despertam o interesse por uma investigação mais aprofundada. Primeiramente, é importante mencionar que, apesar das médias mais elevadas das variáveis POP e REC nos *Clusters* 1 e 6 em comparação aos demais

agrupamentos, foi constatada a presença de pequenos municípios, como João Neiva e Afonso Cláudio no *Cluster 1*, e Dores do Rio Preto no *Cluster 6*. Essa constatação indica que esses municípios possuem fatores distintos, além do tamanho e da condição financeira, que contribuem para sua maior transparência.

Por outro lado, ao considerar os *Clusters 2 e 5*, que são compostos exclusivamente por pequenos municípios, surgem observações relevantes. No *Cluster 2*, destaca-se o município de Itapemirim, cuja receita é significativamente impulsionada pelos *royalties* do petróleo. No entanto, é importante ressaltar que esse município apresenta um baixo nível de transparência, apesar da alta receita. Já no *Cluster 5*, chama a atenção a presença de dois municípios, Rio Bananal e São José do Calçado, que possuem índices de transparência contábil superiores à média estadual. No entanto, esses municípios revelam indicadores inferiores em relação às demais dimensões da transparência. Outro ponto a ser destacado é que os municípios mencionados nos *Clusters 2 e 5* são os que possuem as maiores médias de POP e REC dentro de seus respectivos grupos. Essa observação reforça a necessidade de investigar as particularidades desses municípios e suas implicações na transparência governamental.

Considerando as questões levantadas, optou-se por conduzir entrevistas semiestruturadas como uma estratégia para aprofundar a compreensão dessas peculiaridades. Na próxima seção, serão apresentados os resultados dessas entrevistas, visando identificar possíveis variáveis ainda não exploradas pela literatura, em linha com a abordagem proposta por Zuccolotto e Teixeira (2017).

4.4. Análise das entrevistas

Esta seção, reservada à análise das entrevistas, tem como objetivo esclarecer o desempenho alcançado pelos municípios em relação à transparência. Ao comparar com a literatura preliminar, que estabelece uma associação positiva entre o nível de transparência e o tamanho e a condição financeira das entidades governamentais (Alves *et al.*, 2021; Bolívar *et al.*, 2013; Cruz *et al.*, 2012; Sol, 2013; Zuccolotto & Teixeira, 2014b), busca-se compreender por que pequenos municípios e aqueles em condições financeiras menos favoráveis alcançaram um excelente desempenho em termos de transparência, enquanto municípios maiores e em melhores condições financeiras seguiram o caminho oposto.

Conforme definido anteriormente no percurso metodológico e devidamente esclarecido na análise dos dados quantitativos desta dissertação, optou-se por selecionar para as entrevistas no *Cluster 1*, identificado como o grupo de maior nível de transparência, os

municípios de Afonso Cláudio e João Neiva. Já no *Cluster 6*, que obteve o segundo lugar em termos de transparência, foi selecionado o município de Dores do Rio Preto. Por outro lado, nos grupos com o pior nível de transparência, foram escolhidos o município de Itapemirim, no *Cluster 2*, e os municípios de Rio Bananal e São José do Calçado, no *Cluster 5*.

Nas etapas subsequentes, serão apresentados os resultados de quatro entrevistas das seis possibilidades inicialmente consideradas. É importante ressaltar que, os municípios Itapemirim e São José do Calçado, classificados nos *clusters* de pior transparência, mesmo depois de várias tentativas, até a presente data, nunca responderam.

4.4.1. Entrevista com o município de Afonso Cláudio

No município de Afonso Cláudio a entrevista ocorreu no dia 25 de abril de 2023, tendo uma duração de aproximadamente 30 minutos. Como previamente definido na seção de procedimentos metodológicos, o entrevistado necessariamente obedece ao critério de ser servidor que desempenha funções no órgão de controle interno municipal, que por motivos éticos será apenas identificado como “entrevistado”.

Ressalta-se que o município em questão se destacou por apresentar um alto nível de transparência, sendo classificado no *Cluster 1*, considerado o grupo com o melhor nível de transparência. É válido ressaltar que o *Cluster 1* possui uma média populacional de 198.810,25 habitantes e uma receita própria arrecadada média anual de R\$ 268.432.219,33. No entanto, o município de Afonso Cláudio possui uma população de apenas 30.320 habitantes e uma receita própria arrecadada anual de R\$ 9.286.483,00. Essas características despertaram interesse para o propósito deste estudo, uma vez que o município se diferencia em termos de porte e condição financeira, apresentando indicadores abaixo da média do grupo, mas com um notável nível de transparência.

A estruturação da entrevista em categorias e subcategorias, conforme definido pelo método de análise de conteúdo (Bardin, 2011), é apresentada no Quadro 7 a seguir. Essa estrutura serve como base para a apresentação das inferências subsequentes.

Quadro 7 – Categorização da entrevista – Município de Afonso Cláudio

Categoria principal	Subcategoria 1	Subcategoria 2
Visão geral sobre a transparência na administração pública	Importância da transparência	<ul style="list-style-type: none"> • Integridade, responsabilidade e boa governança; • Construção de confiança entre governo e sociedade; • Oportunidade de participação cidadã; • Uso justo e eficaz dos recursos públicos.
	Abrangência da transparência	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade para todos, sem discriminação; • Informações financeiras e orçamentárias; • Informações sobre políticas, programas e processos.
	Medidas para a transparência	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação clara, completa e acessível; • Monitoramento constante no portal de transparência; • Investimentos em tecnologia e inovação; • Cultura da transparência e formação dos servidores; • Promoção da participação cidadã.
Estrutura do Controle Interno no município	Base legal e independência	<ul style="list-style-type: none"> • Leis municipais garantindo autonomia e imparcialidade; • Unidade administrativa autônoma vinculada ao Executivo.
	Composição e qualificação	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoal qualificado em áreas relacionadas; • Auditoras efetivas com formações jurídica e contábil.
	Utilização de tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> • Auditorias e análises de dados mais rápidas e precisas; • Necessidade de investimento em novas tecnologias.
Atores que exercem pressão sobre a transparência	Atores institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Poder Legislativo • Ministério Público • Tribunal de Contas • Conselhos Municipais
	Controle Social	<ul style="list-style-type: none"> • Participação da sociedade como pressão para transparência
Tipos de Informações exigidas com maior frequência	Informações contábeis e orçamentárias	-
	Informações regulatórias	-
	Informações sobre quadro de pessoal	-
	Níveis de prioridade no atendimento	-
Comparação do nível de transparência com outros municípios do Estado	Nível de transparência melhor	<ul style="list-style-type: none"> • Esforços para demonstrar responsabilidade e transparência; • Reconhecimento em fiscalizações e satisfação dos cidadãos.
	Nível de transparência igual ou pior	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da dedicação de outros municípios; • Necessidade de trabalho conjunto para aperfeiçoamento.
Comparação do nível de transparência com um grupo específico de municípios	Nível de transparência melhor	<ul style="list-style-type: none"> • Superando limitações com empenho e dedicação; • Disponibilização de informações de forma clara, acessível e inovadora; • Fomento à participação cidadã e controle social
	Nível de transparência	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento do esforço de outros

	igual ou pior	municípios; • Destaque para o trabalho conjunto e troca de ideias
Considerações adicionais sobre a transparência no município	Pilares da transparência	• Acesso à informação • Participação cidadã • Valorização da transparência ativa e passiva • Controle social e tecnologia
	Fator humano	• Colaboração e comprometimento dos servidores • Melhor atendimento e informações de qualidade

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à importância da transparência na administração pública, tanto as evidências da entrevista quanto os estudos anteriores destacam sua relevância para promover a integridade, responsabilidade e boa governança (Bolívar *et al.*, 2013; Sol, 2013). Ambos concordam que a divulgação de informações relevantes e acessíveis é essencial para construir a confiança entre o governo e a sociedade.

Na minha visão a transparência é fundamental para a promoção da integridade, responsabilidade e da boa governança na administração pública. Além disso, é importante para a construção da confiança entre o ente público e a sociedade (Entrevistado, Abril 25, 2023).

Nesse contexto, a disponibilização de informações relevantes se torna essencial. As exigências vão além de dados financeiros e orçamentários, englobando também informações sobre políticas, programas e processos, destaca o entrevistado. Para ele, a transparência abrange um espectro amplo de aspectos relacionados à administração pública, refletindo a necessidade de uma divulgação clara, completa e acessível, visão que converge com o propósito desta dissertação, que visa analisar a transparência pública sob uma perspectiva multidimensional.

[...] todas as informações relevantes devem ser disponibilizadas ao público em geral, sem discriminação. Isso inclui não apenas informações financeiras e orçamentárias, mas também informações sobre políticas, programas e processos. [...] Para ser transparente, a administração pública deve implementar medidas que permitam a divulgação de informações de forma clara, completa e acessível (Entrevistado, Abril 25, 2023).

No entanto, para alcançar a transparência desejada, é necessário mais do que simplesmente tornar as informações disponíveis. Nesse aspecto, o entrevistado ressalta a necessidade de investimentos em tecnologia e inovação, permitindo auditorias e análises de dados rápidas e precisas. Outro ponto destacado pelo entrevistado é a importância da criação de uma cultura organizacional voltada para a transparência. Na visão dele, isso envolve a

educação e formação dos servidores, bem como a promoção da participação cidadã como um mecanismo de controle social.

[...] é necessário monitoramento constante no portal de transparência, investimentos em tecnologia e inovação. Além disso, é importante que a administração pública crie uma cultura da transparência, em que a divulgação de informações seja vista como uma norma e um valor fundamental. Isso pode ser alcançado por meio da educação e da formação dos servidores, bem como pela promoção da participação cidadã (Entrevistado, Abril 25, 2023).

Destaca-se que a cultura da transparência, a capacitação dos servidores públicos e a participação cidadã foram aspectos enfatizados na entrevista, que se apresentam como possíveis lacunas para estudos futuros sobre transparência pública no governo local. Esses pontos destacam as particularidades e abordagens específicas adotadas pelo município de Afonso Cláudio em sua busca pela transparência. Enquanto os estudos anteriores focam em determinantes econômicos, sociais e políticos (Araujo & Tejedo-Romero, 2016; Bolívar *et al.*, 2013; Sol, 2013), a entrevista trouxe à tona a importância da cultura organizacional, da formação dos servidores e do engajamento cidadão como elementos fundamentais para promover a divulgação de informações e a transparência. Essa abordagem alinha-se com a pesquisa de Manoharan e Ingrams (2018), que explorou a adoção e implementação do governo eletrônico em governos locais, destacando que sua adoção tem o potencial de melhorar os serviços governamentais, envolver as partes interessadas e aumentar a participação dos cidadãos.

A entrevista revela que diversos atores institucionais exercem pressão sobre o nível de transparência do município de Afonso Cláudio, como o Poder Legislativo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e os Conselhos Municipais. No entanto, um destaque especial é dado ao controle social e à participação cidadã como forças impulsionadoras para a transparência.

Diversos atores sociais exercem pressão sobre o nível de transparência no nosso município: O Poder Legislativo, o Ministério Público, Tribunal de Contas, Conselhos Municipais; mas o que consideramos mais importante é através do Controle Social, com a participação da sociedade (Entrevistado, Abril 25, 2023).

Ao analisar as demandas por informações, fica evidente que as áreas regulatórias como leis, regulamentações, instruções normativas; de orientações institucionais sobre operação, como funcionamento de determinado serviço; e informações sobre quadro de pessoal, são as mais frequentemente exigidas. O entrevistado também menciona a existência de níveis de prioridade no atendimento às solicitações, com ênfase nas demandas relacionadas à saúde pública.

As informações contábeis e orçamentárias são disponibilizadas ativamente pelo município de forma acessível e divulgada, motivo pelo qual justifica a ausência de solicitações frequentes sobre os assuntos. As demandas mais exigidas da Administração, mesmo que também divulgadas de forma ativa, são regulatórias como leis, regulamentações, instruções normativas; orientações institucionais de operação, como funcionamento de determinado serviço; e informações sobre quadro de pessoal. Em relação aos níveis de prioridade no atendimento às solicitações de informação, nossa demanda não é tão volumosa, sendo possível atender todas as demandas nos prazos para o atendimento das solicitações, independentemente da sua prioridade. Entretanto, eventualmente, quando necessário, classificamos as solicitações com base na urgência e na relevância, por exemplo, prioridade para solicitações relacionadas a temas de saúde pública (Entrevistado, Abril 25, 2023).

O entrevistado tem convicção de que o nível de transparência em seu município é melhor do que nos demais municípios do estado. Essa afirmação é baseada no esforço contínuo em promover a transparência, investindo em recursos tecnológicos, atualizando constantemente as práticas e buscando o envolvimento dos cidadãos. A equipe destaca sua dedicação e inovação como fatores diferenciadores, tendo sua abordagem como referência para outros municípios.

Sempre somos bem avaliados nas fiscalizações sobre a transparência, com o reconhecimento da dedicação e esforço em garantir cada vez mais a transparência de qualidade aos cidadãos, mesmo com uma pequena estrutura, sempre buscamos adequar às recomendações. Nosso diferencial é que sempre produzimos novidades e inovações, utilizadas como parâmetros por outros municípios (Entrevistado, Abril 25, 2023).

Ao comparar-se com os demais municípios do *Cluster 1*, o entrevistado acredita que o nível de transparência de seu município é superior. Mesmo diante de limitações estruturais, eles se destacam por seu comprometimento, monitoramento constante, disponibilização de informações claras e acessíveis, e promoção da participação cidadã e controle social.

[...] considero o nosso nível de transparência melhor, pois mesmo mediante nossas limitações, com uma estrutura menor, trabalhamos incansavelmente, monitorando de perto, realizando profissionalização com os servidores, fomentando a cultura da transparência, investindo na sua divulgação como uma norma e um valor fundamental, disponibilizando informações concisas, íntegras, de forma mais clara, acessível e inovadora, e promovendo a participação cidadã e incentivando o controle social (Entrevistado, Abril 25, 2023).

Em conclusão, a transparência na administração pública é um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais justa e participativa. A partir das inferências extraídas da entrevista, evidencia-se que a transparência não se restringe apenas à divulgação de informações, mas requer investimentos em tecnologia, cultura organizacional e participação cidadã. Quando a administração pública abraça a transparência como um valor fundamental,

fortalece a confiança dos cidadãos e impulsiona o desenvolvimento de uma governança mais responsável.

4.4.2. Entrevista com o município de João Neiva

Na entrevista realizada em 14 de junho de 2023, com o município de João Neiva, o encontro teve uma duração de aproximadamente 39 minutos. Conforme definido anteriormente nos procedimentos metodológicos, o critério para seleção do entrevistado é ser um servidor que desempenha funções no órgão de controle interno municipal, sendo identificado apenas como "entrevistado" por questões éticas.

Vale ressaltar que, assim como Afonso Cláudio, o município em questão se destacou por apresentar um alto nível de transparência, sendo classificado no *Cluster 1*, o grupo com o melhor índice nesse aspecto. João Neiva possui uma população de apenas 16.774 habitantes e arrecada anualmente uma receita própria de R\$ 26.450.713,00. Essas características despertaram interesse para o propósito deste estudo, uma vez que o município se diferencia em termos de porte e condição financeira, apresentando indicadores abaixo da média do grupo, porém com um notável nível de transparência.

A estruturação da entrevista em categorias e subcategorias, conforme definida pelo método de análise de conteúdo (Bardin, 2011), é apresentada no Quadro 8 a seguir. Essa estrutura serve como base para a apresentação das inferências subseqüentes.

Quadro 8 – Categorização da entrevista – Município de João Neiva

Categoria principal	Subcategoria
Visão geral sobre transparência na administração pública	<ul style="list-style-type: none"> • Papel da ouvidoria e mediação com o gestor; • Monitoramento do portal de transparência; • Consciência da gestão e equipe em relação à transparência.
Estrutura do Controle Interno no município	<ul style="list-style-type: none"> • Vinculação do controle interno ao gabinete; • Membros e funções do controle interno; • Possíveis melhorias na estrutura.
Atores que exercem pressão sobre a transparência	<ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Contas; • Transparência Capixaba; • Legislativo municipal.
Tipos de informações exigidas com maior frequência	<ul style="list-style-type: none"> • Processos administrativos e seu andamento.
Comparação do nível de transparência com outros municípios do estado	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de transparência melhor do que a média; • Resultado positivo no <i>ranking</i> de transparência.
Comparação do nível de transparência com um grupo específico de municípios	<ul style="list-style-type: none"> • Destaque em relação aos outros municípios; • Consideração do tamanho e estrutura do município.
Considerações adicionais sobre a transparência no município	<ul style="list-style-type: none"> • Consciência da gestão e vontade do prefeito em relação à transparência; • Referência no portal de transparência de Afonso Cláudio.

Fonte: Dados da pesquisa

A entrevista evidencia a importância da consciência da gestão e do compromisso do prefeito como fatores-chave para promover a transparência. Essa constatação está alinhada com os estudos anteriores de Sol (2013) e Araujo e Tejedo-Romero (2016), que destacam a influência de fatores políticos, como a ideologia dos prefeitos e a participação eleitoral, na transparência do governo local. A vontade do prefeito em seguir o exemplo do governo estadual e posicionar o município entre os mais transparentes reflete a importância dos líderes locais no estabelecimento de uma cultura de transparência.

[...] a consciência da gestão hoje em dia é muito boa. Porque foi um dos planos de gestão também do prefeito estar entre os topos de transparência. Então, logo no começo da gestão, ele entrou em contato comigo, nós montamos a reunião, né? E ele falou assim, eu quero seguir o governo do Estado e quero estar entre os topos da transparência. Eu falei, não, tudo bem. Mas, para isso, a gente vai ter que ter uma consciência. A gente vai ter que ter uma consciência em geral da equipe, da gestão, né? A gente precisa propagar essa conscientização. Então, ele falou, não, essa parte pode deixar comigo. Só que você nunca vê esse trabalho. E aí deu muito certo. Está dando muito certo, né? Quando dessa época, ainda mais com os resultados que João Neiva alcançou, sendo um município pequenininho ali entre os grandes, com esse resultado alcançado, o pessoal se esforçou ainda mais. Os servidores se esforçaram ainda mais, porque não querem perder *ranking* (Entrevistado, Junho 14, 2023).

Além disso, a entrevista ressalta a relevância da ouvidoria como um canal de comunicação entre a sociedade e o governo, contribuindo para a transparência e o monitoramento do portal de transparência. Essa abordagem está alinhada com o estudo de Manoharan e Ingrams (2018), que destaca o potencial do governo eletrônico para melhorar os serviços governamentais e aumentar a participação dos cidadãos. A ouvidoria atua como um mecanismo de interação direta entre os cidadãos e o governo, fortalecendo a transparência e promovendo a *accountability*.

Aqui em João Neiva, eu assumi o cargo de ouvidor, né? Eu assumi, mais ou menos, novembro de 2020. Eu sou efetivo aqui na função. [...] Então, a ouvidoria acaba sendo o ouvido da sociedade, a fala da sociedade, né? Em mediação com o gestor. Então, eu faço essa mediação aqui, eu cuido dessa mediação. E acaba sendo a fala e a voz, a voz e os ouvidos da sociedade. Aqui em João Neiva também, na lei da ouvidoria, ela fala que a ouvidoria é responsável pelo monitoramento do portal de transparência. E eu atribuo um pouco isso a alguém cuidando do portal de transparência. Não tinha ninguém cuidando. Não tinha ninguém monitorando. Então, a gente tem a ouvidoria monitorando (Entrevistado, Junho 14, 2023).

A estrutura de controle interno mencionada na entrevista, que inclui membros efetivos e auditores, evidencia a importância de uma governança sólida e de mecanismos de fiscalização para promover a transparência no setor público. Essa abordagem está em consonância com os estudos de Cuadrado-Ballesteros *et al.* (2022) e Bisogno e Cuadrado-Ballesteros (2020), que destacam a relação entre a adoção de medidas de controle

provenientes de inovações contábeis, como as IPSAS, e o fortalecimento da governança e da transparência. A presença de auditores e controladores efetivos desempenha um papel fundamental na garantia da integridade dos processos administrativos e no fornecimento de informações confiáveis. Essa conexão entre a estrutura do controle interno e os estudos mencionados ressalta a importância de práticas sólidas de controle e governança para promover a transparência e a prestação de contas no setor público.

Controle interno hoje em dia aqui, ele fica vinculado diretamente ao gabinete. Mas ele tem estrutura própria. E hoje ele funciona com a maioria dos seus membros efetivos do concurso de 2019, que teve aqui em João Neiva. [...] A estrutura, eu acredito que ela melhorou bastante, principalmente pela parte do controle ser, mais que maioria, ser formado por servidores efetivos. A parte da auditoria também ser formada por servidores efetivos (Entrevistado, Junho 14, 2023).

Outro aspecto ressaltado na entrevista é a pressão exercida pelo Tribunal de Contas e a atuação da Transparência Capixaba. Essas instâncias cobram transparência e prestação de contas, impulsionando os municípios a melhorarem seus níveis de transparência. Por sua vez, essa pressão externa contribui para aprimorar os processos e práticas de transparência e responsabilidade na administração pública.

Então, hoje em dia, é o Tribunal de Contas, né? É, o Tribunal de Contas, ele cobra bastante... Seguindo o exemplo da Transparência Capixaba, também [...] (Entrevistado, Junho 14, 2023).

A demanda por informações é evidenciada na entrevista, com os cidadãos buscando principalmente o acesso aos processos administrativos e o acompanhamento de seu andamento. Embora haja espaço para aprimorar a cultura de solicitação de informações, a conscientização e o interesse da população são fatores promissores para o fortalecimento da transparência.

Então, a informação que costuma chegar aqui é mais sobre processo administrativo mesmo. Essa cultura de informação aqui em João Neiva ainda é pequena, né? Do que se tem, do que se pode pedir. Então, na maioria das vezes é isso. Processo administrativo, que a pessoa quer ter acesso. É mais isso mesmo, saber como está o andamento. Eu não tenho muita informação referente a outras situações, não (Entrevistado, Junho 14, 2023).

Comparativamente, o município em análise obteve um resultado satisfatório em termos de transparência, mesmo considerando seu tamanho e estrutura limitados. Essa conquista é digna de destaque, pois posicionou o município entre os mais transparentes do estado. Isso demonstra que é possível alcançar um alto nível de transparência, independentemente das limitações, por meio do compromisso e da consciência da gestão.

O município de João Neiva tem feito um bom trabalho, né? Para ser reconhecido. A gente até ficou surpreso pelo *ranking* que a gente alcançou, né? De ficar em quinto lugar no Estado. Sabendo que na nossa frente tinha municípios que têm um porte muito maior, né? A gente ficou feliz com o resultado. Foi de trabalho duro, né? A gente ficou bem feliz com o resultado (Entrevistado, Junho 14, 2023).

No entanto, ao analisar as evidências da entrevista, identificam-se novos aspectos em destaque que fornecem *insights* adicionais sobre a transparência no governo local, que se apresentam como possíveis lacunas para pesquisas futuras. Esses aspectos se sobressaem como contribuições significativas para uma compreensão mais abrangente desse tema.

Um dos aspectos ressaltados é a conscientização da equipe e a disseminação dessa conscientização sobre a transparência. A entrevista destaca que o comprometimento com a transparência não se restringe apenas ao prefeito, mas envolve todo o corpo administrativo. A conscientização e a difusão desse compromisso são mencionadas como fatores essenciais para alcançar níveis elevados de transparência. Essa ênfase na conscientização e na cultura organizacional é um aspecto que realça a importância de envolver e engajar toda a equipe de governo no processo de promoção da transparência.

Outro aspecto em destaque é o impacto da competição e da classificação na transparência do governo local. A entrevista menciona que a gestão do município tem como objetivo figurar entre os municípios mais transparentes, sendo impulsionada pela competição e pelo desejo de manter uma boa colocação nos *rankings* de transparência. Essa ênfase no impacto da competição e da classificação como incentivadores para a transparência é um aspecto em destaque que traz uma perspectiva adicional sobre os estímulos externos que podem impulsionar os municípios a aprimorarem seus níveis de transparência.

A estrutura do controle interno também se sobressai como um aspecto em destaque na promoção da transparência. A entrevista ressalta a existência de uma estrutura própria de controle interno no município, composta por membros e auditores efetivos. Essa estrutura é mencionada como um fator que contribui para a transparência, fortalecendo a integridade dos processos administrativos e fornecendo informações confiáveis. Esse aspecto em destaque realça a importância de uma estrutura adequada de controle interno como um elemento-chave para garantir a transparência e a responsabilidade na administração pública local.

Além disso, a participação e o esforço dos servidores são evidenciados como aspectos em destaque na promoção da transparência. A entrevista menciona o empenho dos servidores em manter altos níveis de transparência, impulsionados pelo desejo de manter o município bem posicionado entre os mais transparentes. Esse aspecto em destaque realça a importância

da participação ativa dos servidores na promoção da transparência, uma vez que são eles que alimentam, cobram e solicitam a publicação de informações no portal de transparência.

Portanto, a partir das inferências da entrevista, surgem novos aspectos em destaque relacionados à conscientização da equipe, competição e classificação, estrutura do controle interno e participação dos servidores, que trazem contribuições importantes para a compreensão da transparência no governo local. Esses aspectos adicionais ressaltam a complexidade e a multifacetada natureza da transparência, proporcionando *insights* valiosos para futuras pesquisas e práticas de governança transparente.

4.4.3. Entrevista com o município de Dores do Rio Preto

A entrevista realizada em 28 de abril de 2023 com o município de Dores do Rio Preto teve uma duração de aproximadamente 36 minutos. Conforme definido anteriormente nos procedimentos metodológicos, o critério para a seleção do entrevistado é ser um servidor que desempenha funções no órgão de controle interno municipal, sendo identificado apenas como "entrevistado" por questões éticas.

O município de Dores do Rio Preto foi classificado no *Cluster 6*, que teve o segundo melhor nível de transparência entre todos os *clusters*. Nesse aspecto, o referido município, seguindo os exemplos dos municípios de Afonso Cláudio e João Neiva, apesar de possuir uma população de 6.793 habitantes e uma receita própria arrecadada anual de R\$ 4.725.684,00, abaixo da média do grupo (52.303,50 habitantes e R\$ 33.675.897,25 de receita própria arrecadada anual), ainda assim, foi qualificado em um nível notável de transparência. Essas características foram decisivas para a realização da entrevista, buscando entender a dinâmica deste município com suas políticas de transparência.

A estruturação da entrevista em categorias e subcategorias, conforme definida pelo método de análise de conteúdo (Bardin, 2011), é apresentada no Quadro 9 a seguir. Essa estrutura serve como base para a apresentação das inferências subseqüentes.

Quadro 9 – Categorização da entrevista – Município de Dores do Rio Preto

Categoria principal	Subcategoria
Visão geral sobre transparência na administração pública	<ul style="list-style-type: none"> • Credibilidade e visibilidade dos atos da administração pública; • Acesso à informação relevante para a população; • Envolvimento da população nas questões ligadas ao orçamento público.
Estrutura do Controle Interno no município	<ul style="list-style-type: none"> • Independência e liberdade de atuação do Controle Interno; • Composição da equipe do Controle Interno; • Tecnologia disponível para o Controle Interno.
Atores que exercem pressão sobre a transparência	<ul style="list-style-type: none"> • Alta administração; • Tribunal de Contas; • Ministério Público.
Tipos de informações exigidas com maior frequência	<ul style="list-style-type: none"> • Uso da Ouvidoria; • Atendimento às solicitações de informação; • Variedade de pedidos relacionados à transparência.
Comparação do nível de transparência com outros municípios do estado	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção de ser um nível bom, mas não 100%; • Apoio da alta administração e dificuldade de apoio das secretarias.
Comparação do nível de transparência com um grupo específico de municípios	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento limitado sobre os outros municípios; • Percepção de nível igual, com São Mateus adiantado em algumas áreas.
Considerações adicionais sobre a transparência no município	<ul style="list-style-type: none"> • Esforço da equipe para aumentar o nível de transparência; • Ausência de barreiras vindas do prefeito.

Fonte: Dados da pesquisa

Inicialmente, é fundamental ressaltar a importância destacada pelo entrevistado em relação à transparência como elemento essencial para estabelecer credibilidade e visibilidade dos atos da administração pública. Essa visão está em consonância com o entendimento mais amplo da transparência como um elemento crucial para promover a prestação de contas e a confiança pública no governo, conforme evidenciado por estudos anteriores (Araujo & Tejedro-Romero, 2016; Sol, 2013). O entrevistado enfatizou a relevância de disponibilizar informações relevantes para a população, reconhecendo o papel da transparência em capacitar os cidadãos. Isso demonstra o comprometimento do município de Dores do Rio Preto em promover a transparência como meio de aprimorar a governança democrática.

A transparência é de suma importância para dar credibilidade e visibilidade aos atos da administração pública e talvez principalmente para possibilitar que os cidadãos acessem as informações relevantes à população (Entrevistado, Abril 28, 2023).

No que diz respeito aos mecanismos internos do município, o entrevistado forneceu informações sobre a estrutura do departamento de Controle Interno. Ficou evidente que o Controle Interno possui legislação própria e atua de forma independente. A existência de uma unidade de Controle Interno independente é fundamental para garantir a integridade e a eficácia dos processos de fiscalização interna, o que, por sua vez, contribui para a transparência (Brusca & Martínez, 2016). Esse resultado sugere que o município de Dores do

Rio Preto estabeleceu um arcabouço sólido de controle interno, demonstrando seu compromisso em promover a transparência e a prestação de contas em suas operações.

O controle aqui tem lei própria, é independente, não é uma secretaria somos 04 integrantes tem 01 servidor efetivo e 03 comissionados, sendo 01 contador, e 03 bacharéis em direito (Entrevistado, Abril 28, 2023).

No que se refere aos atores que exercem pressão sobre os níveis de transparência no município, o entrevistado identificou a alta administração, o Tribunal de Contas e o Ministério Público como os principais envolvidos. Essa constatação está em consonância com as conclusões de estudos anteriores (Araujo & Tejedo-Romero, 2016; Sol, 2013), que destacam o papel das autoridades administrativas e dos órgãos de controle na promoção da transparência.

Quem exerce mais pressão sem dúvidas é a alta administração, sempre bate na tecla de que quanto mais transparência melhor, e que não há nada para ser escondido nesta administração. Buscamos sempre atender ao Tribunal de Contas também e ao Ministério Público (Entrevistado, Abril 28, 2023).

Quanto aos tipos de informações exigidas com maior frequência, os pedidos de acesso à informação são atendidos por meio da Ouvidoria. Embora haja variedade nos pedidos, não se observa uma demanda expressiva por informações específicas relacionadas à transparência. Essa constatação pode indicar que a população ainda não tem plena consciência dos benefícios e da importância de buscar informações transparentes.

Utilizamos a Ouvidoria e os pedidos de acesso à informação são sempre atendidos, e são variáveis, tem de tudo. Não tem muitos pedidos relacionados à transparência. (Entrevistado, Abril 28, 2023).

Ao comparar o nível de transparência do município com outros municípios do estado, o entrevistado considera que o nível é bom, embora ainda não tenha atingido a plenitude desejada. Enquanto a alta administração apoia e valoriza a transparência, há desafios na cooperação das secretarias para alimentar o portal da transparência, o que acaba demandando mais da Controladoria.

Consideramos bom, não é pior, mas também não é ainda 100%. O apoio que vem de cima é bom, a dificuldade é de apoio das secretarias em alimentar o portal da transparência, acaba ficando mais a cargo da Controladoria (Entrevistado, Abril 28, 2023).

Além disso, em relação a outros municípios específicos mencionados, o entrevistado destaca que São Mateus se destaca em algumas áreas, como legislação e pessoal. No entanto,

é importante ressaltar que o conhecimento sobre esses outros municípios é limitado, o que impossibilita uma análise mais aprofundada.

São Mateus é bom, os outros não temos tanto conhecimento. Mas consideramos um nível igual. Tem algumas coisas que eles (São Mateus) estão mais adiantados que nós, como algumas Instruções Normativas, legislação, pessoal, etc. (Entrevistado, Abril 28, 2023).

Por fim, é evidente o esforço da equipe do município em aumentar o nível de transparência, bem como a ausência de barreiras vindas do prefeito. Essa disposição em promover a transparência é essencial para fortalecer a confiança dos cidadãos na administração pública e estimular a participação da sociedade nas questões que impactam a comunidade como um todo.

O esforço da nossa pequena equipe, para tornar o nível de transparência maior e não ter barreiras vindas do Prefeito (Entrevistado, Abril 28, 2023).

Em suma, a análise dos resultados da entrevista com o município de Dores do Rio Preto revelou uma visão geral positiva em relação à transparência na administração pública. O município demonstrou compromisso com a transparência, estabelecendo um departamento de Controle Interno independente e respondendo às pressões exercidas pela alta administração, Tribunal de Contas e Ministério Público. No entanto, há desafios a serem superados, como a colaboração entre os departamentos e o papel do Legislativo na promoção da transparência. Essas conclusões fornecem um ponto de partida para pesquisas futuras e para o desenvolvimento de estratégias específicas que visem aprimorar a transparência no município de Dores do Rio Preto, contribuindo para fortalecer a governança democrática e a confiança dos cidadãos.

4.4.4. Entrevista com o município de Rio Bananal

A entrevista realizada em 27 de abril de 2023 com o município de Rio Bananal teve uma duração de aproximadamente 35 minutos. Conforme definido anteriormente nos procedimentos metodológicos, o critério para a seleção do entrevistado é ser um servidor que desempenha funções no órgão de controle interno municipal, sendo identificado apenas como "entrevistado" por questões éticas.

O município de Rio Bananal foi classificado no *Cluster 5*, que teve o pior desempenho de transparência entre todos os *clusters*. Nesse aspecto, diferente do critério utilizado para selecionar os municípios dos *clusters* de melhor desempenho de transparência para serem

entrevistados, no *cluster* de pior desempenho de transparência foi escolhido o município de população e receita própria arrecadada superior à média do grupo. O município de Rio Bananal possui uma população de 19.398 habitantes e uma receita própria arrecadada anual de R\$ 20.387.370,00, superando a média do grupo (13.827,33 habitantes e R\$ 7.037.214,33 de receita própria arrecadada anual); ainda assim, foi qualificado no nível mais baixo de transparência. Essas características foram decisivas para a realização da entrevista, buscando entender a dinâmica deste município com suas políticas de transparência.

Ressalta-se que, devido a um problema com a gravação do áudio do entrevistado, a estruturação desta entrevista em categorias e subcategorias baseou-se nas questões do roteiro e nas anotações do pesquisador, não sendo possível a transcrição de falas do entrevistado. Essa estrutura, que serve como base para a apresentação das inferências subsequentes, está demonstrada no Quadro 10 a seguir.

Quadro 10 – Categorização da entrevista – Município de Rio Bananal

Categoria principal	Subcategoria
Visão geral sobre transparência na administração pública	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios da Administração Pública; • Foco no cidadão; • Lidar com recursos públicos.
Estrutura do Controle Interno no município	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de estrutura de Secretaria; • Vinculação ao Gabinete do Prefeito (alto escalão); • Papel do controlador; • Falta de pessoal qualificado; • Apoio do Executivo; • Falta de apoio e entendimento do Legislativo; • Sistema e tecnologia adequados, mas falta de pessoal.
Atores que exercem pressão sobre a transparência	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo interesse da sociedade; • Interesses políticos da Câmara de Vereadores; • Exigências do Tribunal de Contas do Estado.
Tipos de informações exigidas com maior frequência	<ul style="list-style-type: none"> • Pedidos de informação (normalmente contábeis) • Reclamações de toda natureza; • Baixa demanda de pedidos (5/mês).
Comparação do nível de transparência com outros municípios do estado	<ul style="list-style-type: none"> • Considerado pior; • Falta de estrutura de pessoal; • Falta de vontade política do Legislativo.
Comparação do nível de transparência com um grupo específico de municípios	<ul style="list-style-type: none"> • Rio Novo do Sul: Melhores condições de transparência devido à estrutura de pessoal; • Demais municípios do grupo: Equiparados em nível de transparência.
Considerações adicionais sobre a transparência no município	<ul style="list-style-type: none"> • Empenho em melhorar a transparência; • Resultados do ITGP como referência; • Apoio do chefe do Executivo.

Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere ao compromisso com a transparência, constatou-se, na visão geral do entrevistado, a compreensão dos princípios da administração pública, como também um enfoque no cidadão e na gestão adequada dos recursos públicos. Essa visão alinhada à

transparência indica uma consciência sobre a importância de tornar acessíveis informações relevantes para a sociedade (Bolívar *et al.*, 2013; Sol, 2013).

Entretanto, a estrutura do Controle Interno do município de Rio Bananal apresenta desafios significativos. A falta de pessoal qualificado e a sobrecarga de trabalho do controlador comprometem a eficiência das atividades de controle interno. Nesse sentido, torna-se fundamental o investimento na estruturação adequada do Controle Interno, provendo recursos humanos qualificados e autonomia necessária para o desempenho de suas atribuições. Essas medidas estão em consonância com os estudos de Bisogno e Cuadrado-Ballesteros (2020) e Cuadrado-Ballesteros *et al.* (2022).

Outro desafio mencionado é a pressão exercida por atores sociais, políticos e econômicos sobre o nível de transparência. O desinteresse da sociedade e os interesses políticos da Câmara de Vereadores são fatores que influenciam negativamente a atenção dada às finanças públicas. É necessário promover a conscientização da população sobre a importância da transparência e garantir que os interesses políticos não comprometam a integridade dos processos de prestação de contas e divulgação de informações. Nesse aspecto, o estudo de Araujo e Tejedo-Romero (2016) ressalta a importância do engajamento cidadão e da participação política para impulsionar a transparência, o que pode ser colocado em prática no município de Rio Bananal.

No que diz respeito às informações mais solicitadas, observa-se uma demanda relativamente baixa, com predominância de pedidos contábeis. Essa situação indica a necessidade de ampliar a divulgação e o acesso a informações financeiras, de forma a estimular a participação da população e aprimorar a fiscalização dos recursos públicos. A implementação de políticas de transparência proativa, por meio de portais de transparência e iniciativas de governo aberto, pode contribuir para elevar o interesse e a participação dos cidadãos (Manoharan & Ingrams, 2018).

Ao comparar o nível de transparência do município de Rio Bananal com outros municípios do Estado, o entrevistado percebe uma situação pior, atribuindo esse cenário à falta de estrutura de pessoal e à ausência de vontade política por parte do Legislativo. Essa percepção indica a necessidade de aprimorar os esforços na implementação de políticas e mecanismos de transparência, bem como de estabelecer parcerias entre os poderes Executivo e Legislativo para fortalecer a cultura de transparência e prestação de contas.

Além disso, durante a entrevista, foram mencionados outros municípios específicos para efeito de comparação. O entrevistado acredita que o município Rio Novo do Sul apresenta melhores condições de transparência devido à existência de uma estrutura de

peçoal adequada para realizar o trabalho. No entanto, os demais municípios mencionados foram considerados equiparados em termos de transparência. Essa comparação sugere que é possível aprender com as boas práticas de outros municípios e buscar soluções conjuntas para melhorar a transparência em todo o estado.

Considerações adicionais feitas pelo entrevistado destacam seu empenho em melhorar a transparência, utilizando como referência os resultados do ITGP. O apoio do chefe do Executivo é mencionado como um fator positivo nesse sentido. Essas considerações enfatizam a importância do comprometimento da alta administração e da liderança política para promover uma cultura de transparência e fortalecer os mecanismos de controle interno. Essa constatação está alinhada com os estudos anteriores de Araujo e Tejedro-Romero (2016) e Sol (2013), que destacam a influência de fatores políticos, como a ideologia dos prefeitos e a participação eleitoral, na transparência do governo local.

Diante dos desafios e perspectivas apresentados, é necessário um esforço conjunto para fortalecer a transparência na administração pública do município de Rio Bananal. Medidas como a estruturação adequada do Controle Interno, o incentivo à participação cidadã, o estabelecimento de parcerias entre os poderes e a implementação de políticas de transparência proativa podem contribuir significativamente para melhorar o nível de transparência e fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, foi adotada uma abordagem analítica multidimensional da transparência, com o objetivo de fornecer um panorama abrangente da transparência nos municípios do Espírito Santo. Para alcançar esse propósito, a pesquisa baseou-se nas perspectivas analíticas da transparência descritas por Zuccolotto *et al.* (2015), bem como nas dimensões analíticas do ITGP da TI-Brasil.

Além disso, para compor o quadro analítico, foi desenvolvido um indicador para a transparência contábil (ID_PCP), fundamentado nos estudos de Mata (2022) e Piccini *et al.* (2022). Essa dimensão da transparência, em conjunto com as dimensões do ITGP, permitiu a aplicação da técnica estatística de análise de *cluster*, utilizada para agrupar os municípios de acordo com o desempenho alcançado nessas dimensões.

Com base nos resultados apresentados no capítulo anterior, pode-se concluir que a análise de *cluster* permitiu identificar diferentes grupos de municípios no Espírito Santo com relação ao seu desempenho em termos de transparência. Esses *clusters* representam uma

distribuição heterogênea dos municípios nas diferentes categorias, indicando a existência de níveis variados de transparência no estado.

Entre os *clusters* identificados, os *Clusters* 1, 3 e 6 se destacaram por apresentarem valores médios das variáveis de transparência acima da média estadual. Isso sugere um desempenho superior desses agrupamentos em relação às demais categorias. Por outro lado, os *Clusters* 2, 4 e 5 mostraram valores médios inferiores aos do nível estadual, indicando a necessidade de melhorias em várias dimensões de transparência.

É interessante notar que o *Cluster* 2 se destacou na dimensão de transparência das plataformas digitais, superando a média estadual. No entanto, suas outras dimensões de transparência ficaram abaixo da média, o que sugere a necessidade de investigar mais a fundo o ambiente específico desse *cluster*. Estudos adicionais podem fornecer *insights* valiosos para aprimorar as estratégias de transparência e entender os fatores que influenciam seu desempenho.

No geral, os municípios do Espírito Santo apresentaram valores médios superiores na variável de transparência das plataformas, indicando um ambiente propício à transparência governamental. Isso pode ser atribuído a fatores externos, como a competição política e a aceitação por parte dos cidadãos, bem como a fatores internos, como as habilidades técnicas dos funcionários e a profissionalização da gestão. Esses aspectos contribuem para a adoção de práticas de governo eletrônico entre os municípios capixabas.

No entanto, a dimensão de cumprimento das regulamentações de transparência, especialmente a LAI, apresentou desempenho médio baixo. Isso sugere que os atores políticos nos municípios do Espírito Santo podem não perceber os benefícios da regulamentação da LAI em nível local, devido ao baixo nível de competição política em geral. Essa constatação destaca a importância de investigações adicionais para compreender os fatores que influenciam a adesão às normas de transparência nos municípios capixabas.

Os resultados também evidenciaram a importância do contexto político na promoção da transparência. Os *Clusters* 1 e 6, que apresentaram os maiores níveis de transparência na dimensão de cumprimento das regulamentações, indicam que os municípios desses *clusters* estão respondendo ao ambiente competitivo em que estão inseridos, adotando medidas de transparência como uma estratégia para se destacar politicamente.

No que diz respeito à transparência contábil, os resultados indicaram uma maior uniformidade na adoção e implementação das práticas entre os municípios capixabas. Isso pode ser atribuído à existência de normas específicas, como a IN n.º 36/2016, que estabelece

prazos e exigências para a divulgação dos PCPs pelos municípios. Essa norma, imposta pelo TCE-ES, contribui para a uniformização e coerência na transparência contábil dos municípios.

A análise dos desvios-padrão também apontou para a menor variabilidade na dimensão da transparência contábil, indicando uma maior conformidade e adesão às práticas estabelecidas nas normas IPSAS e nas NBC TSP. Essa uniformidade pode ser explicada pela obrigatoriedade da norma e pelo monitoramento realizado pelo TCE-ES na análise das prestações de contas anuais dos municípios.

Os resultados obtidos nesse estudo estão em concordância com pesquisas anteriores, que destacam a influência de fatores políticos, competição política e aceitação dos cidadãos na promoção da transparência governamental (Berliner, 2014; Manoharan & Ingrams, 2018). Além disso, os resultados ressaltam a importância de investigações adicionais para compreender os fatores específicos que influenciam a adesão às normas de transparência nos municípios capixabas, bem como a necessidade de considerar as dinâmicas políticas locais ao desenvolver estratégias para aprimorar a transparência governamental em diferentes contextos municipais.

Diante disso, sugere-se que futuros estudos sejam realizados com o objetivo de aprofundar a compreensão dos fatores políticos, sociais e institucionais que influenciam a transparência nos municípios do Espírito Santo. Essas pesquisas podem contribuir para o desenvolvimento de políticas e estratégias mais eficazes para promover a transparência e fortalecer a governança em nível municipal.

Adicionalmente, foram conduzidas entrevistas com municípios específicos, a fim de compreender possíveis divergências no desempenho do nível de transparência em relação às características socioeconômicas. A partir da análise das entrevistas realizadas com os municípios de Afonso Cláudio, João Neiva, Dores do Rio Preto e Rio Bananal, foram obtidas importantes inferências sobre o desempenho e os fatores que influenciam a transparência nessas localidades. Essas entrevistas destacaram a relevância da transparência como um pilar fundamental para promover a integridade, a responsabilidade e a boa governança.

No caso de Afonso Cláudio, o estudo destaca o notável nível de transparência alcançado pelo município, mesmo com características de porte e condição financeira abaixo da média do grupo. Isso demonstra que a transparência não está necessariamente vinculada ao tamanho do município ou à sua receita, mas sim ao comprometimento, à cultura organizacional e à participação cidadã. Além disso, a entrevista ressaltou a importância do investimento em tecnologia e inovação, bem como da criação de uma cultura voltada para a transparência.

Já em João Neiva, foi evidenciado o compromisso do chefe do Executivo e da equipe com a transparência, assim como a relevância da ouvidoria como canal de comunicação com a sociedade. Além disso, a estrutura de controle interno do município e a pressão exercida pelo Tribunal de Contas e pela Transparência Capixaba foram destacadas como impulsionadoras da transparência. A conscientização da equipe, a competição e a classificação também foram aspectos ressaltados, fornecendo uma perspectiva adicional sobre os estímulos externos que podem promover a transparência.

No caso de Dores do Rio Preto, a entrevista destacou o compromisso com a transparência e a existência de uma estrutura de controle interno independente. Além disso, a conscientização da equipe, a estrutura do controle interno e a participação dos servidores foram identificadas como aspectos adicionais que contribuem para a promoção da transparência. Esses aspectos fornecem subsídios importantes para uma compreensão mais abrangente da transparência no governo local.

Por fim, no município de Rio Bananal, foram identificados desafios significativos, como a falta de estrutura do controle interno e a pressão exercida por atores sociais, políticos e econômicos. No entanto, a conscientização sobre a importância da transparência e o apoio do chefe do Executivo foram destacados como fatores promissores. A implementação de políticas de transparência proativa e a colaboração entre os poderes Executivo e Legislativo foram apontadas como medidas necessárias para melhorar o nível de transparência no município.

Em suma, as entrevistas revelaram que a transparência na administração pública vai além da simples divulgação de informações, envolvendo investimentos em tecnologia, cultura organizacional e participação cidadã. Quando a transparência é abraçada como um valor fundamental, fortalece-se a confiança dos cidadãos e promove uma governança mais responsável. Os resultados dessas entrevistas fornecem bases para pesquisas futuras e contribuem para o aprimoramento das práticas de governança transparente nos municípios estudados, fortalecendo a governança democrática e a confiança dos cidadãos.

Nesta pesquisa, são admitidas algumas limitações. O critério de seleção das variáveis que tratam das dimensões de transparência pode não abranger completamente todos os aspectos relevantes da transparência governamental. Além disso, reconhece-se que os indicadores e medidas para avaliar a transparência podem não capturar plenamente a complexidade e abrangência do conceito. No que se refere às variáveis socioeconômicas utilizadas neste estudo, considera-se que outras características relevantes dos municípios não foram consideradas. Por fim, em relação às entrevistas, admite-se não ter alcançado o número

desejado de participantes-alvo, o que pode ter prejudicado os resultados da análise qualitativa do estudo.

Adicionalmente, é recomendado que as autoridades públicas e os gestores municipais utilizem os resultados deste estudo como base para identificar áreas de melhoria na transparência e adotar medidas específicas para fortalecer a transparência em seus respectivos municípios. Isso pode incluir a implementação de políticas de governo eletrônico, o reforço do cumprimento das regulamentações de transparência, o estímulo à competição política e o investimento em capacitação e profissionalização da gestão.

REFERÊNCIAS

- Alves, J. F., Miranda, A. R. A., Teixeira, M. A. C., & Souza, P. R. R. de. (2021). Ranking de transparência ativa de municípios do Estado de Minas Gerais: avaliação à luz da Lei de Acesso à Informação. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(3), 564–581. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200135>
- Araujo, J. F. F. E. de, & Tejedero-Romero, F. (2016). Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings. *International Journal of Public Sector Management*, 29(4), 327–347. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-11-2015-0199>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Almedina Brasil, Org.; 1º ed). Edições 70.
- Berliner, D. (2014). The political origins of transparency. *Journal of Politics*, 76(2), 479–491. <https://doi.org/10.1017/S0022381613001412>
- Bisogno, M., & Cuadrado-Ballesteros, B. (2020). Public sector financial management and democracy quality: the role of the accounting systems. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 23(2), 238–248. <https://doi.org/10.6018/rcsar.369631>
- Bobbio, N. (1997). *O futuro da democracia*. Paz e Terra.
- Bolívar, M. P. R., Muñoz, L. A., & Hernández, A. M. L. (2013). Determinants of financial transparency in government. *International Public Management Journal*, 16(4), 557–602. <https://doi.org/10.1080/10967494.2013.849169>
- Botelho, B. C., & Lima, D. V. de. (2015). Experiências internacionais e desafios dos governos dos países na transição da contabilidade pública para o regime de competência. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 3(3), 68–83. <https://doi.org/10.18405/recfin20150305>
- Brusca, I., & Martínez, J. C. (2016). Adopting International Public Sector Accounting Standards: a challenge for modernizing and harmonizing public sector accounting. *International Review of Administrative Sciences*, 82(4), 724–744. <https://doi.org/10.1177/0020852315600232>
- Coutinho e Silva, A. H., Abreu, C. L. de, & Couto, D. C. de F. (2017). Evolução do controle interno no setor público: um estudo dos novos normativos emitidos entre 2003-2016. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 22(2), 20–38.
- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. de S., Silva, L. M. da, & Macedo, M. Á. da S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153–176. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000100008>
- Cuadrado-Ballesteros, B., Santis, S., & Bisogno, M. (2022). Public-sector financial management and e-government: the role played by accounting systems. *International*

- Journal of Public Administration*, 45(8), 605–619.
<https://doi.org/10.1080/01900692.2020.1868506>
- Cucciniello, M., Porumbescu, G. A., & Grimmelikhuijsen, S. (2017). 25 years of transparency research: evidence and future directions. *Public Administration Review*, 77(1), 32–44.
<https://doi.org/10.1111/puar.12685>
- Dias, L. N. da S., Aquino, A. C. B. de, Silva, P. B. da, & Albuquerque, F. dos S. (2020). Terceirização de portais de transparência fiscal em prefeituras municipais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14(e164383), 1–15. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.164383>
- Diniz, F., & Sequeira, T. (2008). Uma possível hierarquização através de um índice de desenvolvimento económico e social dos Concelhos de Portugal Continental. *INTERAÇÕES*, 9(1), 19–28.
- Fávero, L. P., Belfiori, P., Silva, F. L. da, & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Elsevier.
- Filgueiras, F. (2011). Além da transparência: accountability e política da publicidade. *Lua Nova*, 84, 65–94.
- Franke, L. L. M. (2021). *Benefícios e barreiras dos Portais de Dados Abertos Governamentais no fomento da participação social: uma análise sob a ótica dos stakeholders* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, Brasil.
- Gomes, A., & Nunes, C. (2011). O perfil dos estudantes universitários na decisão de terem relações sexuais. *INFAD Revista de Psicologia*, 3(1), 467–478.
- Grimmelikhuijsen, S., Porumbescu, G., Hong, B., & Im, T. (2013). The effect of transparency on trust in government: A cross-national comparative experiment. *Public Administration Review*, 73(4), 575–586. <https://doi.org/10.1111/puar.12047>
- Harrison, T. M., & Sayogo, D. S. (2014). Transparency, participation, and accountability practices in open government: A comparative study. *Government Information Quarterly*, 31(4), 513–525. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2014.08.002>
- Kartiko, S. W., Rossieta, H., Martani, D., & Wahyuni, T. (2018). Measuring accrual-based IPSAS implementation and its relationship to central government fiscal transparency. *BAR - Brazilian Administration Review*, 15(4), 1–28. <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2018170119>
- Leroy, R. S. D., Brunozi Júnior, A. C., & Ávila, L. A. C. de. (2021). Países mais transparentes são mais democráticos? *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 24(1), 130–147. <https://www.revistacgg.org/contabil>

- Lopes, G. B., Valadares, J. L., Azevedo, R. R. de, & Leroy, R. S. D. (2020). Determinantes da transparência municipal em Minas Gerais: análise com base na Lei de Acesso à Informação. *Pensar Contábil*, 22(79), 39–49.
- Manoharan, A. P., & Ingrams, A. (2018). Conceptualizing e-government from local government perspectives. *State and Local Government Review*, 50(1), 56–66. <https://doi.org/10.1177/0160323x18763964>
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística: com utilização do SPSS* (3º ed). Sílabo.
- Mata, R. S. da. (2022). Índice de disclosure dos procedimentos contábeis patrimoniais no setor público: uma análise dos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 21(e3327), 1–17. <https://doi.org/10.16930/2237-766220223327>
- Michener, G., & Bersch, K. (2013). Identifying transparency. *Information Polity*, 18(3), 233–242. <https://doi.org/10.3233/IP-130299>
- Mnif, Y., & Gafsi, Y. (2020). A contingency theory perspective on the analysis of central government accounting disclosure under International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). *Meditari Accountancy Research*, 28(6), 1089–1117. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-04-2019-0480>
- Piccini, A. J., Bezerra Filho, J. E., & Marques, L. R. (2022). Disclosure dos procedimentos contábeis patrimoniais: estágio de adesão dos municípios brasileiros. *SINERGIA*, 26(1), 49–62.
- Pinho, J. A. G. de, & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1343–1368.
- Sasso, M., & Varela, P. S. (2020). Doze anos de convergência das normas brasileiras às IPSAS: avanços e limites das pesquisas. *Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças*, 1(1), 78–102. <http://ojs.fipecafi.org/index.php/RevFipecafiCCF/article/view/10/9>
- Sol, D. A. del. (2013). The institutional, economic and social determinants of local government transparency. *Journal of Economic Policy Reform*, 16(1), 90–107. <https://doi.org/10.1080/17487870.2012.759422>
- Vaz, J. C., Ribeiro, M. M., & Matheus, R. (2011). Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, 9(1), 45–62. <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/5111>
- Zuccolotto, R., Rocha, D. G. da, & Suzart, J. A. da S. (2017). O que o regime contábil de competência revela sobre os patrimônios dos governos? *Revista Brasileira de Contabilidade*, 228, 15–27.

- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2014a). A efetividade dos Institutos Supremos de Auditoria e dos Legislativos na transparência fiscal. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(22), 26–38. <https://doi.org/10.11606/rco.v8i22.55608>
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2014b). As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(66), 242–254. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201410820>
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2015). Gestão social, democracia, representação e transparência: evidências nos estados brasileiros. *Revista de Ciências da Administração*, 79–90. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17nespp79>
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2017). Transparência orçamentária: razões do descompasso entre os estados brasileiros. *Organizações & Sociedade*, 24(82), 390–411. <https://doi.org/10.1590/1984-9240822>
- Zuccolotto, R., Teixeira, M. A. C., & Riccio, E. L. (2015). Transparência: reposicionando o debate. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 137–158. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p137>

APÊNDICE A – DIMENSÕES DE TRANSPARÊNCIA POR CLUSTER

Cluster 1

ID_PCP		
PCP	Indicador	%
3	Demais créditos a receber	100
4	Dívida ativa tributária	100
	Dívida ativa não tributária	100
5	Provisões	100
7	Bens móveis	100
	Bens imóveis	100
	Depreciação, amortização ou exaustão de imobilizado	100
11	Pessoal a pagar	100
	Benefícios previdenciários a pagar	100
	Benefícios assistenciais a pagar	100
	Encargos sociais a pagar	100
12	Provisão atuarial	100
13	Fornecedores e contas a pagar	100
14	Demais obrigações	100
18	Estoques	100
1	Créditos tributários a receber	91,67
10	Empréstimos tomados	91,67
	Financiamentos tomados	91,67
2	Créditos previdenciários a receber	83,33
7	Reavaliação e redução ao valor recuperável de imobilizado	83,33
15	Softwares, patentes, marcas, licenças e congêneres	75
17	Participações permanentes	75
4	Ajuste para perdas	66,67
15	Amortização de intangível	66,67
6	Passivo contingente	8,33
17	Redução ao valor recuperável de participações permanentes	8,33
6	Ativo contingente	0
15	Reavaliação e redução ao valor recuperável de intangível	0
16	Outros ativos intangíveis	0
	Amortização (Outros ativos intangíveis)	0
	Reavaliação e redução ao valor recuperável (Outros ativos intangíveis)	0

Fonte: Dados da pesquisa

LEG

Indicador	%
Possui norma de regulamentação da Lei nº 12.257, a Lei de Acesso à Informação (LAI)?	100
Possui regulamentação de conflitos de interesses?	91,67
Possui norma de proteção ao denunciante?	75
Possui norma de regulamentação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e concluiu o processo de adequação, com definição de encarregado de dados, informações de contato e divulgação das instâncias de governança?	66,67
Possui norma sobre dados abertos ou Plano de Dados Abertos (em vigência)?	33,33

Fonte: Dados da pesquisa

PLAT

Indicador	%
Possui Portal da Transparência, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui canal de acesso à informação, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui canal de ouvidoria, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Promove visualizações dos dados (painéis, dashboards, gráficos, infográficos), nos portais da transparência ou de dados abertos, que facilitem o entendimento dos cidadãos?	100
Possui Portal de Dados Abertos, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	91,67
Publica relatórios estatísticos de acesso à informação atualizados, com periodicidade trimestral?	91,67
Publica relatórios estatísticos de ouvidoria, com periodicidade trimestral?	91,67
Possui canal para a realização de denúncias de corrupção anônimas, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	83,33
Disponibiliza, em seu portal principal, ferramentas de acessibilidade, como símbolo de acessibilidade em destaque, subtítulo por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras e audiodescrição, em conformidade com as normas de acesso para pessoas com deficiência estabelecidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)?	66,67
Possui Diário Oficial em plataforma online, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	66,67
Possui serviço eletrônico de pedidos de acesso à informação que (i) permita acompanhar a tramitação do pedido, (ii) permita protocolar recursos, (iii) forneça número de protocolo e (iv) permita o registro anônimo de pedidos de acesso à informação.	58,33

Fonte: Dados da pesquisa

TAG

Indicador	%
Possui órgão de controle interno criado por norma, com atribuições de transparência, controle interno, auditoria, correição, ouvidoria, prevenção e combate à corrupção?	100
O órgão de controle interno está no primeiro/segundo escalão de governo?	100
O órgão de controle interno possui servidores efetivos?	100
O órgão de controle interno realiza planejamento anual de auditorias?	100
Divulga em sua página oficial e de forma acessível (até dois cliques) o Código de Ética ou de Conduta dos servidores públicos?	91,67
O órgão de controle interno publica pareceres e/ou relatórios de auditoria interna com periodicidade ao menos anual?	91,67
O governo publica pareceres e/ou relatórios dos órgãos de controle externo, como Tribunal de Contas e Ministério Público, com periodicidade ao menos anual?	83,33
Divulga anualmente informações sobre o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual?	75
O governo divulga informações sobre sua estrutura, como (i) organograma, (ii) cargos e (iii) funções?	75
Divulga agenda do chefe do executivo, com periodicidade diária ?	58,33

Fonte: Dados da pesquisa

TFO

Indicador	%
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados com os salários nominais de servidores efetivos e comissionados, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	100
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre despesas públicas, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	100
Divulga, em relação às despesas públicas, as seguintes informações: (i) número do processo, (ii) bem fornecido ou serviço prestado, (iii) nome e CNPJ/CPF do fornecedor, (iv) licitação correspondente, quando aplicável	100
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre transferências intergovernamentais voluntárias, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	100
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre contratos públicos (inclusive aditivos), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	100
Divulga relatório resumido de execução orçamentária, com periodicidade bimestral?	100
Divulga relatórios da dívida pública, com periodicidade anual?	100
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre licitações, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	91,67
Divulga relatório de gestão fiscal, com periodicidade quadrimestral?	91,67
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados com as verbas indenizatórias nominais (diárias, auxílios, viagens e outros valores que não compõem o salário) dos servidores efetivos e comissionados, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	91,67
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre receitas públicas, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	91,67
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre transferências intergovernamentais obrigatórias (por exemplo, repasse de impostos), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	91,67
Divulga, em relação às licitações, as seguintes informações: (i) número da licitação, (ii) modalidade, (iii) situação, (iv) valor, (v) órgão, (vi) tipo, (vii) objeto, (viii) edital, (ix) empresas participantes, (x) empresa selecionada (nome e CNPJ), (xi) total proposto, (xii) total homologado.	91,67
Divulga, em relação aos contratos públicos e aditivos, as seguintes informações: (i) número do processo, (ii) objeto, (iii) tipo de contratação, (iv) nome, (v) CPF/CNPJ, (vi) órgão contratante, (vii) vigência, (viii) valor total, (ix) valores parciais, (x) íntegra dos documentos.	91,67
Possui plataforma para acompanhamento de obras públicas com informações financeiras e orçamentárias, com periodicidade de atualização mensal, que inclui: (i) execução orçamentária (valores empenhados, pagos e liquidados), (ii) valores pagos em cada medição e valores que ainda serão medidos, e (iii) relatório de medição	91,67
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre patrimônio público (bens imóveis), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	83,33
Divulga, em relação às receitas públicas, os lançamentos e recebimentos de receita de cada unidade gestora, inclusive recursos extraordinários?	75
Divulga, em relação aos repasses de emendas parlamentares, as seguintes informações: (i) valor, (ii)	75

nome do parlamentar e partido, (iii) órgão de destino, (iv) data de liberação, (v) objeto, (vi) beneficiário, (vii) estágio do processo e (viii) número do processo	
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre doações recebidas pelo ente, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	66,67
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre incentivos fiscais, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	58,33
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre emendas parlamentares, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	58,33
Divulga, em relação às parcerias celebradas sob a Lei nº 13.019/2014 (MROSC), as seguintes informações: (i) edital, (ii) termos celebrados, (iii) plano de trabalho, (iv) data de assinatura, (v) identificação do instrumento, (vi) órgão da administração pública responsável, (vii) nome da organização da sociedade civil e CNPJ, (viii) objeto, (ix) valor total, (x) valores parciais, (xi) situação da prestação de contas.	50
Possui uma plataforma para acompanhamento de obras públicas com informações de execução física, com periodicidade de atualização mensal, que inclui: (i) localização da obra, (ii) imagens, (iii) nome dos representantes e formas de contato, (iv) data de início e fim da obra, (v) etapas atrasadas, tempo de atraso e eventual indicação de paralisação da obra, (vi) percentual de execução de cada etapa, e (vii) contagem de dias da vigência do contrato	50
Utiliza um Portal e/ou seção de Compras Públicas Eletrônicas, com (i) sistema de registro de preço, (ii) sistema de cadastro dos fornecedores, (iii) lista de fornecedores penalizados e motivo para tal, e (iv) manuais explicativos sobre compras públicas com linguagem cidadã	41,67
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre vantagens e benefícios recebidos por servidores públicos e custeado por terceiros (por exemplo, viagens e diárias pagas por empresas), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	33,33

Fonte: Dados da pesquisa

CEP

Indicador	%
Possui, pelo menos, duas redes sociais ativas, com postagens feitas no último mês?	100
Possui uma área destinada a notícias/informações em seu portal para difundir atualizações pertinentes aos cidadãos, com ao menos dez postagens no último trimestre?	100
Oferece oportunidades de participação da população na discussão do orçamento, com periodicidade anual?	100
Utiliza e disponibiliza módulo público de gestão eletrônica de informações e documentos no município?	83,33
Disponibiliza informações sobre as audiências públicas realizadas no último ano, com (i) divulgação antecipada do calendário, (ii) transmissão online, (iii) possibilidade de participação remota e (iv) publicação dos resultados	75
Possui Conselho de Transparência ou Combate a Corrupção?	66,67
Possui página ou portal com informações sobre todos os conselhos de políticas públicas ativos, incluindo (i) legislação de criação, (ii) lista de membros, (iii) formas para entrar em contato com membros, (iv) atas atualizadas das reuniões e (v) calendário atualizado de encontros, incluindo realizados e programados	58,33
Disponibiliza informações sobre as consultas públicas realizadas no último ano, com (i) divulgação do material relevante, (ii) possibilidade de participação remota e (iii) publicação dos resultados	58,33

Fonte: Dados da pesquisa

Cluster 2

ID_PCP		
PCP	Indicador	%
3	Demais créditos a receber	100
4	Dívida ativa tributária	100
7	Bens móveis	100
	Bens imóveis	100
	Depreciação, amortização ou exaustão de imobilizado	100
11	Pessoal a pagar	100
	Encargos sociais a pagar	100
13	Fornecedores e contas a pagar	100
14	Demais obrigações	100
17	Participações permanentes	100
18	Estoques	100
11	Benefícios assistenciais a pagar	92,31
4	Dívida ativa não tributária	84,62
1	Créditos tributários a receber	61,54
11	Benefícios previdenciários a pagar	61,54
4	Ajuste para perdas	53,85
7	Reavaliação e redução ao valor recuperável de imobilizado	46,15
10	Empréstimos tomados	30,77
	Financiamentos tomados	30,77
15	Softwares, patentes, marcas, licenças e congêneres	23,08
5	Provisões	15,38
12	Provisão atuarial	15,38
2	Créditos previdenciários a receber	7,69
15	Amortização de intangível	7,69
17	Redução ao valor recuperável de participações permanentes	7,69
6	Ativo contingente	0
	Passivo contingente	0
15	Reavaliação e redução ao valor recuperável de intangível	0
16	Outros ativos intangíveis	0
	Amortização (Outros ativos intangíveis)	0
	Reavaliação e redução ao valor recuperável (Outros ativos intangíveis)	0

Fonte: Dados da pesquisa

LEG	
Indicador	%
Possui norma de regulamentação da Lei nº 12.257, a Lei de Acesso à Informação (LAI)?	53,85
Possui norma de proteção ao denunciante?	7,69
Possui norma sobre dados abertos ou Plano de Dados Abertos (em vigência)?	0
Possui regulamentação de conflitos de interesses?	0
Possui norma de regulamentação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e concluiu o processo de adequação, com definição de encarregado de dados, informações de contato e divulgação das instâncias de governança?	0

Fonte: Dados da pesquisa

PLAT

Indicador	%
Possui Portal da Transparência, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui Portal de Dados Abertos, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui canal de acesso à informação, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui canal de ouvidoria, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Promove visualizações dos dados (painéis, dashboards, gráficos, infográficos), nos portais da transparência ou de dados abertos, que facilitem o entendimento dos cidadãos?	100
Disponibiliza, em seu portal principal, ferramentas de acessibilidade, como símbolo de acessibilidade em destaque, subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras e audiodescrição, em conformidade com as normas de acesso para pessoas com deficiência estabelecidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)?	53,85
Publica relatórios estatísticos de acesso à informação atualizados, com periodicidade trimestral?	46,15
Possui serviço eletrônico de pedidos de acesso à informação que (i) permita acompanhar a tramitação do pedido, (ii) permita protocolar recursos, (iii) forneça número de protocolo e (iv) permita o registro anônimo de pedidos de acesso à informação.	46,15
Publica relatórios estatísticos de ouvidoria, com periodicidade trimestral?	23,08
Possui Diário Oficial em plataforma online, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	15,38
Possui canal para a realização de denúncias de corrupção anônimas, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	0

Fonte: Dados da pesquisa

TAG

Indicador	%
Possui órgão de controle interno criado por norma, com atribuições de transparência, controle interno, auditoria, correição, ouvidoria, prevenção e combate à corrupção?	76,92
O órgão de controle interno possui servidores efetivos?	38,46
O órgão de controle interno está no primeiro/segundo escalão de governo?	38,46
Divulga anualmente informações sobre o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual?	30,77
O governo publica pareceres e/ou relatórios dos órgãos de controle externo, como Tribunal de Contas e Ministério Público, com periodicidade ao menos anual?	23,08
O governo divulga informações sobre sua estrutura, como (i) organograma, (ii) cargos e (iii) funções?	23,08
O órgão de controle interno realiza planejamento anual de auditorias?	15,38
O órgão de controle interno publica pareceres e/ou relatórios de auditoria interna com periodicidade ao menos anual?	7,69
Divulga agenda do chefe do executivo, com periodicidade diária ?	0
Divulga em sua página oficial e de forma acessível (até dois cliques) o Código de Ética ou de Conduta dos servidores públicos?	0

Fonte: Dados da pesquisa

TFO

Indicador	%
Divulga relatório resumido de execução orçamentária, com periodicidade bimestral?	76,92
Divulga, em relação às despesas públicas, as seguintes informações: (i) número do processo, (ii) bem fornecido ou serviço prestado, (iii) nome e CNPJ/CPF do fornecedor, (iv) licitação correspondente, quando aplicável	76,92
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre licitações, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	76,92
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados com os salários nominais de servidores efetivos e comissionados, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	76,92
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre contratos públicos (inclusive aditivos), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	69,23
Divulga, em relação às licitações, as seguintes informações: (i) número da licitação, (ii) modalidade, (iii) situação, (iv) valor, (v) órgão, (vi) tipo, (vii) objeto, (viii) edital, (ix) empresas participantes, (x) empresa selecionada (nome e CNPJ), (xi) total proposto, (xii) total homologado.	69,23
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre patrimônio público (bens imóveis), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	69,23
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados com as verbas indenizatórias nominais (diárias, auxílios, viagens e outros valores que não compõem o salário) dos servidores efetivos e comissionados, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	61,54
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre receitas públicas, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	53,85
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre despesas públicas, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	53,85
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre transferências intergovernamentais obrigatórias (por exemplo, repasse de impostos), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	46,15
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre transferências intergovernamentais voluntárias, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	46,15
Divulga, em relação aos contratos públicos e aditivos, as seguintes informações: (i) número do processo, (ii) objeto, (iii) tipo de contratação, (iv) nome, (v) CPF/CNPJ, (vi) órgão contratante, (vii) vigência, (viii) valor total, (ix) valores parciais, (x) íntegra dos documentos.	46,15
Divulga relatório de gestão fiscal, com periodicidade quadrimestral?	38,46
Divulga, em relação às receitas públicas, os lançamentos e recebimentos de receita de cada unidade gestora, inclusive recursos extraordinários?	23,08
Utiliza um Portal e/ou seção de Compras Públicas Eletrônicas, com (i) sistema de registro de preço, (ii) sistema de cadastro dos fornecedores, (iii) lista de fornecedores penalizados e motivo para tal, e (iv) manuais explicativos sobre compras públicas com linguagem cidadã	23,08
Possui plataforma para acompanhamento de obras públicas com informações financeiras e orçamentárias, com periodicidade de atualização mensal, que inclui: (i) execução orçamentária (valores empenhados, pagos e liquidados), (ii) valores pagos em cada medição e valores que ainda	23,08

serão medidos, e (iii) relatório de medição	
Possui uma plataforma para acompanhamento de obras públicas com informações de execução física, com periodicidade de atualização mensal, que inclui: (i) localização da obra, (ii) imagens, (iii) nome dos representantes e formas de contato, (iv) data de início e fim da obra, (v) etapas atrasadas, tempo de atraso e eventual indicação de paralisação da obra, (vi) percentual de execução de cada etapa, e (vii) contagem de dias da vigência do contrato	7,69
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre vantagens e benefícios recebidos por servidores públicos e custeado por terceiros (por exemplo, viagens e diárias pagas por empresas), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	0
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre doações recebidas pelo ente, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	0
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre incentivos fiscais, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	0
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre emendas parlamentares, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	0
Divulga, em relação aos repasses de emendas parlamentares, as seguintes informações: (i) valor, (ii) nome do parlamentar e partido, (iii) órgão de destino, (iv) data de liberação, (v) objeto, (vi) beneficiário, (vii) estágio do processo e (viii) número do processo	0
Divulga relatórios da dívida pública, com periodicidade anual?	0

Fonte: Dados da pesquisa

CEP

Indicador	%
Possui uma área destinada a notícias/informações em seu portal para difundir atualizações pertinentes aos cidadãos, com ao menos dez postagens no último trimestre?	69,23
Possui, pelo menos, duas redes sociais ativas, com postagens feitas no último mês?	61,54
Utiliza e disponibiliza módulo público de gestão eletrônica de informações e documentos no município?	46,15
Oferece oportunidades de participação da população na discussão do orçamento, com periodicidade anual?	23,08
Disponibiliza informações sobre as consultas públicas realizadas no último ano, com (i) divulgação do material relevante, (ii) possibilidade de participação remota e (iii) publicação dos resultados	7,69
Possui Conselho de Transparência ou Combate a Corrupção?	0
Possui página ou portal com informações sobre todos os conselhos de políticas públicas ativos, incluindo (i) legislação de criação, (ii) lista de membros, (iii) formas para entrar em contato com membros, (iv) atas atualizadas das reuniões e (v) calendário atualizado de encontros, incluindo realizados e programados	0
Disponibiliza informações sobre as audiências públicas realizadas no último ano, com (i) divulgação antecipada do calendário, (ii) transmissão online, (iii) possibilidade de participação remota e (iv) publicação dos resultados	0

Fonte: Dados da pesquisa

Cluster 3

ID_PCP		
PCP	Indicador	%
3	Demais créditos a receber	100
4	Dívida ativa tributária	100
7	Bens móveis	100
	Bens imóveis	100
	Depreciação, amortização ou exaustão de imobilizado	100
11	Pessoal a pagar	100
	Benefícios assistenciais a pagar	100
	Encargos sociais a pagar	100
13	Fornecedores e contas a pagar	100
14	Demais obrigações	100
17	Participações permanentes	100
18	Estoques	100
4	Dívida ativa não tributária	96,15
5	Provisões	80,77
4	Ajuste para perdas	76,92
11	Benefícios previdenciários a pagar	76,92
12	Provisão atuarial	76,92
1	Créditos tributários a receber	65,38
10	Empréstimos tomados	65,38
	Financiamentos tomados	65,38
2	Créditos previdenciários a receber	46,15
7	Reavaliação e redução ao valor recuperável de imobilizado	38,46
15	Softwares, patentes, marcas, licenças e congêneres	26,92
17	Redução ao valor recuperável de participações permanentes	11,54
15	Amortização de intangível	7,69
6	Passivo contingente	3,85
	Ativo contingente	0
15	Reavaliação e redução ao valor recuperável de intangível	0
16	Outros ativos intangíveis	0
	Amortização (Outros ativos intangíveis)	0
	Reavaliação e redução ao valor recuperável (Outros ativos intangíveis)	0

Fonte: Dados da pesquisa

LEG	
Indicador	%
Possui norma de regulamentação da Lei nº 12.257, a Lei de Acesso à Informação (LAI)?	96,15
Possui norma de regulamentação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e concluiu o processo de adequação, com definição de encarregado de dados, informações de contato e divulgação das instâncias de governança?	23,08
Possui norma de proteção ao denunciante?	7,69
Possui regulamentação de conflitos de interesses?	0
Possui norma sobre dados abertos ou Plano de Dados Abertos (em vigência)?	0

Fonte: Dados da pesquisa

PLAT

Indicador	%
Possui Portal da Transparência, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui canal de acesso à informação, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui canal de ouvidoria, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	96,15
Possui Portal de Dados Abertos, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	84,62
Promove visualizações dos dados (painéis, dashboards, gráficos, infográficos), nos portais da transparência ou de dados abertos, que facilitem o entendimento dos cidadãos?	80,77
Disponibiliza, em seu portal principal, ferramentas de acessibilidade, como símbolo de acessibilidade em destaque, subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras e audiodescrição, em conformidade com as normas de acesso para pessoas com deficiência estabelecidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)?	69,23
Publica relatórios estatísticos de ouvidoria, com periodicidade trimestral?	50
Publica relatórios estatísticos de acesso à informação atualizados, com periodicidade trimestral?	46,15
Possui serviço eletrônico de pedidos de acesso à informação que (i) permita acompanhar a tramitação do pedido, (ii) permita protocolar recursos, (iii) forneça número de protocolo e (iv) permita o registro anônimo de pedidos de acesso à informação.	42,31
Possui Diário Oficial em plataforma online, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	30,77
Possui canal para a realização de denúncias de corrupção anônimas, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	3,85

Fonte: Dados da pesquisa

TAG

Indicador	%
Possui órgão de controle interno criado por norma, com atribuições de transparência, controle interno, auditoria, correição, ouvidoria, prevenção e combate à corrupção?	92,31
O órgão de controle interno está no primeiro/segundo escalão de governo?	88,46
O órgão de controle interno realiza planejamento anual de auditorias?	84,62
O órgão de controle interno possui servidores efetivos?	61,54
O governo publica pareceres e/ou relatórios dos órgãos de controle externo, como Tribunal de Contas e Ministério Público, com periodicidade ao menos anual?	53,85
O órgão de controle interno publica pareceres e/ou relatórios de auditoria interna com periodicidade ao menos anual?	53,85
O governo divulga informações sobre sua estrutura, como (i) organograma, (ii) cargos e (iii) funções?	46,15
Divulga anualmente informações sobre o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual?	38,46
Divulga em sua página oficial e de forma acessível (até dois cliques) o Código de Ética ou de Conduta dos servidores públicos?	3,85
Divulga agenda do chefe do executivo, com periodicidade diária ?	3,85

Fonte: Dados da pesquisa

TFO

Indicador	%
Divulga relatório resumido de execução orçamentária, com periodicidade bimestral?	92,31
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados com as verbas indenizatórias nominais (diárias, auxílios, viagens e outros valores que não compõem o salário) dos servidores efetivos e comissionados, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	92,31
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados com os salários nominais de servidores efetivos e comissionados, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	92,31
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre receitas públicas, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	92,31
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre despesas públicas, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	88,46
Divulga, em relação às despesas públicas, as seguintes informações: (i) número do processo, (ii) bem fornecido ou serviço prestado, (iii) nome e CNPJ/CPF do fornecedor, (iv) licitação correspondente, quando aplicável	88,46
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre licitações, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	84,62
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre transferências intergovernamentais obrigatórias (por exemplo, repasse de impostos), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	80,77
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre patrimônio público (bens imóveis), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	80,77
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre contratos públicos (inclusive aditivos), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	80,77
Divulga, em relação às licitações, as seguintes informações: (i) número da licitação, (ii) modalidade, (iii) situação, (iv) valor, (v) órgão, (vi) tipo, (vii) objeto, (viii) edital, (ix) empresas participantes, (x) empresa selecionada (nome e CNPJ), (xi) total proposto, (xii) total homologado.	76,92
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre transferências intergovernamentais voluntárias, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	73,08
Possui plataforma para acompanhamento de obras públicas com informações financeiras e orçamentárias, com periodicidade de atualização mensal, que inclui: (i) execução orçamentária (valores empenhados, pagos e liquidados), (ii) valores pagos em cada medição e valores que ainda serão medidos, e (iii) relatório de medição	65,38
Divulga, em relação aos contratos públicos e aditivos, as seguintes informações: (i) número do processo, (ii) objeto, (iii) tipo de contratação, (iv) nome, (v) CPF/CNPJ, (vi) órgão contratante, (vii) vigência, (viii) valor total, (ix) valores parciais, (x) íntegra dos documentos.	61,54
Divulga, em relação às receitas públicas, os lançamentos e recebimentos de receita de cada unidade gestora, inclusive recursos extraordinários?	57,69
Divulga relatório de gestão fiscal, com periodicidade quadrimestral?	53,85
Possui uma plataforma para acompanhamento de obras públicas com informações de execução física, com periodicidade de atualização mensal, que inclui: (i) localização da obra, (ii) imagens, (iii)	50

nome dos representantes e formas de contato, (iv) data de início e fim da obra, (v) etapas atrasadas, tempo de atraso e eventual indicação de paralisação da obra, (vi) percentual de execução de cada etapa, e (vii) contagem de dias da vigência do contrato	
Divulga relatórios da dívida pública, com periodicidade anual?	34,62
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre doações recebidas pelo ente, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	26,92
Utiliza um Portal e/ou seção de Compras Públicas Eletrônicas, com (i) sistema de registro de preço, (ii) sistema de cadastro dos fornecedores, (iii) lista de fornecedores penalizados e motivo para tal, e (iv) manuais explicativos sobre compras públicas com linguagem cidadã	23,08
Divulga, em relação às parcerias celebradas sob a Lei nº 13.019/2014 (MROSC), as seguintes informações: (i) edital, (ii) termos celebrados, (iii) plano de trabalho, (iv) data de assinatura, (v) identificação do instrumento, (vi) órgão da administração pública responsável, (vii) nome da organização da sociedade civil e CNPJ, (viii) objeto, (ix) valor total, (x) valores parciais, (xi) situação da prestação de contas.	23,08
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre vantagens e benefícios recebidos por servidores públicos e custeado por terceiros (por exemplo, viagens e diárias pagas por empresas), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	19,23
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre emendas parlamentares, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	15,38
Divulga, em relação aos repasses de emendas parlamentares, as seguintes informações: (i) valor, (ii) nome do parlamentar e partido, (iii) órgão de destino, (iv) data de liberação, (v) objeto, (vi) beneficiário, (vii) estágio do processo e (viii) número do processo	11,54
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre incentivos fiscais, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	3,85

Fonte: Dados da pesquisa

CEP

Indicador	%
Possui uma área destinada a notícias/informações em seu portal para difundir atualizações pertinentes aos cidadãos, com ao menos dez postagens no último trimestre?	100
Possui, pelo menos, duas redes sociais ativas, com postagens feitas no último mês?	84,62
Utiliza e disponibiliza módulo público de gestão eletrônica de informações e documentos no município?	53,85
Oferece oportunidades de participação da população na discussão do orçamento, com periodicidade anual?	53,85
Disponibiliza informações sobre as audiências públicas realizadas no último ano, com (i) divulgação antecipada do calendário, (ii) transmissão online, (iii) possibilidade de participação remota e (iv) publicação dos resultados	34,62
Disponibiliza informações sobre as consultas públicas realizadas no último ano, com (i) divulgação do material relevante, (ii) possibilidade de participação remota e (iii) publicação dos resultados	19,23
Possui página ou portal com informações sobre todos os conselhos de políticas públicas ativos, incluindo (i) legislação de criação, (ii) lista de membros, (iii) formas para entrar em contato com membros, (iv) atas atualizadas das reuniões e (v) calendário atualizado de encontros, incluindo realizados e programados	19,23
Possui Conselho de Transparência ou Combate a Corrupção?	0

Fonte: Dados da pesquisa

Cluster 4

ID PCP		
PCP	Indicador	%
3	Demais créditos a receber	100
4	Dívida ativa tributária	100
7	Bens móveis	100
	Bens imóveis	100
	Depreciação, amortização ou exaustão de imobilizado	100
11	Pessoal a pagar	100
	Encargos sociais a pagar	100
13	Fornecedores e contas a pagar	100
14	Demais obrigações	100
18	Estoques	100
4	Dívida ativa não tributária	85,71
11	Benefícios assistenciais a pagar	85,71
17	Participações permanentes	85,71
7	Reavaliação e redução ao valor recuperável de imobilizado	71,43
4	Ajuste para perdas	64,29
5	Provisões	64,29
12	Provisão atuarial	64,29
1	Créditos tributários a receber	57,14
11	Benefícios previdenciários a pagar	57,14
2	Créditos previdenciários a receber	28,57
15	Softwares, patentes, marcas, licenças e congêneres	21,43
10	Empréstimos tomados	14,29
	Financiamentos tomados	14,29
15	Amortização de intangível	7,14
6	Ativo contingente	0
	Passivo contingente	0
15	Reavaliação e redução ao valor recuperável de intangível	0
16	Outros ativos intangíveis	0
	Amortização (Outros ativos intangíveis)	0
	Reavaliação e redução ao valor recuperável (Outros ativos intangíveis)	0
17	Redução ao valor recuperável de participações permanentes	0

Fonte: Dados da pesquisa

LEG	
Indicador	%
Possui norma de regulamentação da Lei nº 12.257, a Lei de Acesso à Informação (LAI)?	100
Possui norma de regulamentação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e concluiu o processo de adequação, com definição de encarregado de dados, informações de contato e divulgação das instâncias de governança?	21,43
Possui norma sobre dados abertos ou Plano de Dados Abertos (em vigência)?	0
Possui regulamentação de conflitos de interesses?	0
Possui norma de proteção ao denunciante?	0

Fonte: Dados da pesquisa

PLAT

Indicador	%
Possui Portal da Transparência, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui canal de acesso à informação, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	85,71
Possui canal de ouvidoria, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	78,57
Possui Portal de Dados Abertos, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	57,14
Disponibiliza, em seu portal principal, ferramentas de acessibilidade, como símbolo de acessibilidade em destaque, subtítulo por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras e audiodescrição, em conformidade com as normas de acesso para pessoas com deficiência estabelecidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)?	50
Promove visualizações dos dados (painéis, dashboards, gráficos, infográficos), nos portais da transparência ou de dados abertos, que facilitem o entendimento dos cidadãos?	50
Possui serviço eletrônico de pedidos de acesso à informação que (i) permita acompanhar a tramitação do pedido, (ii) permita protocolar recursos, (iii) forneça número de protocolo e (iv) permita o registro anônimo de pedidos de acesso à informação.	28,57
Possui Diário Oficial em plataforma online, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	14,29
Publica relatórios estatísticos de acesso à informação atualizados, com periodicidade trimestral?	14,29
Publica relatórios estatísticos de ouvidoria, com periodicidade trimestral?	7,14
Possui canal para a realização de denúncias de corrupção anônimas, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	0

Fonte: Dados da pesquisa

TAG

Indicador	%
Possui órgão de controle interno criado por norma, com atribuições de transparência, controle interno, auditoria, correição, ouvidoria, prevenção e combate à corrupção?	85,71
O órgão de controle interno está no primeiro/segundo escalão de governo?	85,71
O governo divulga informações sobre sua estrutura, como (i) organograma, (ii) cargos e (iii) funções?	64,29
O governo publica pareceres e/ou relatórios dos órgãos de controle externo, como Tribunal de Contas e Ministério Público, com periodicidade ao menos anual?	35,71
O órgão de controle interno publica pareceres e/ou relatórios de auditoria interna com periodicidade ao menos anual?	35,71
O órgão de controle interno possui servidores efetivos?	28,57
O órgão de controle interno realiza planejamento anual de auditorias?	28,57
Divulga agenda do chefe do executivo, com periodicidade diária ?	7,14
Divulga anualmente informações sobre o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual?	7,14
Divulga em sua página oficial e de forma acessível (até dois cliques) o Código de Ética ou de Conduta dos servidores públicos?	0

Fonte: Dados da pesquisa

TFO

Indicador	%
Divulga relatório resumido de execução orçamentária, com periodicidade bimestral?	92,86
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados com os salários nominais de servidores efetivos e comissionados, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	85,71
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados com as verbas indenizatórias nominais (diárias, auxílios, viagens e outros valores que não compõem o salário) dos servidores efetivos e comissionados, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	78,57
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre receitas públicas, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	78,57
Divulga, em relação às licitações, as seguintes informações: (i) número da licitação, (ii) modalidade, (iii) situação, (iv) valor, (v) órgão, (vi) tipo, (vii) objeto, (viii) edital, (ix) empresas participantes, (x) empresa selecionada (nome e CNPJ), (xi) total proposto, (xii) total homologado.	71,43
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre contratos públicos (inclusive aditivos), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	71,43
Divulga relatório de gestão fiscal, com periodicidade quadrimestral?	64,29
Divulga, em relação às despesas públicas, as seguintes informações: (i) número do processo, (ii) bem fornecido ou serviço prestado, (iii) nome e CNPJ/CPF do fornecedor, (iv) licitação correspondente, quando aplicável	64,29
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre licitações, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	64,29
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre despesas públicas, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	57,14
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre patrimônio público (bens imóveis), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	50
Divulga, em relação às receitas públicas, os lançamentos e recebimentos de receita de cada unidade gestora, inclusive recursos extraordinários?	42,86
Possui plataforma para acompanhamento de obras públicas com informações financeiras e orçamentárias, com periodicidade de atualização mensal, que inclui: (i) execução orçamentária (valores empenhados, pagos e liquidados), (ii) valores pagos em cada medição e valores que ainda serão medidos, e (iii) relatório de medição	42,86
Divulga, em relação aos contratos públicos e aditivos, as seguintes informações: (i) número do processo, (ii) objeto, (iii) tipo de contratação, (iv) nome, (v) CPF/CNPJ, (vi) órgão contratante, (vii) vigência, (viii) valor total, (ix) valores parciais, (x) íntegra dos documentos.	42,86
Possui uma plataforma para acompanhamento de obras públicas com informações de execução física, com periodicidade de atualização mensal, que inclui: (i) localização da obra, (ii) imagens, (iii) nome dos representantes e formas de contato, (iv) data de início e fim da obra, (v) etapas atrasadas, tempo de atraso e eventual indicação de paralisação da obra, (vi) percentual de execução de cada etapa, e (vii) contagem de dias da vigência do contrato	28,57
Divulga, em relação às parcerias celebradas sob a Lei nº 13.019/2014 (MROSC), as seguintes informações: (i) edital, (ii) termos celebrados, (iii) plano de trabalho, (iv) data de assinatura, (v) identificação do instrumento, (vi) órgão da administração pública responsável, (vii) nome da organização da sociedade civil e CNPJ, (viii) objeto, (ix) valor total, (x) valores parciais, (xi) situação da prestação de contas.	21,43

Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre transferências intergovernamentais obrigatórias (por exemplo, repasse de impostos), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	14,29
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre transferências intergovernamentais voluntárias, com: i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	14,29
Utiliza um Portal e/ou seção de Compras Públicas Eletrônicas, com (i) sistema de registro de preço, (ii) sistema de cadastro dos fornecedores, (iii) lista de fornecedores penalizados e motivo para tal, e (iv) manuais explicativos sobre compras públicas com linguagem cidadã	14,29
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre vantagens e benefícios recebidos por servidores públicos e custeado por terceiros (por exemplo, viagens e diárias pagas por empresas), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	7,14
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre doações recebidas pelo ente, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	7,14
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre emendas parlamentares, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	7,14
Divulga relatórios da dívida pública, com periodicidade anual?	7,14
TFO09. Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre incentivos fiscais, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	0
Divulga, em relação aos repasses de emendas parlamentares, as seguintes informações: (i) valor, (ii) nome do parlamentar e partido, (iii) órgão de destino, (iv) data de liberação, (v) objeto, (vi) beneficiário, (vii) estágio do processo e (viii) número do processo	0

Fonte: Dados da pesquisa

CEP

Indicador	%
Possui uma área destinada a notícias/informações em seu portal para difundir atualizações pertinentes aos cidadãos, com ao menos dez postagens no último trimestre?	71,43
Possui, pelo menos, duas redes sociais ativas, com postagens feitas no último mês?	64,29
Utiliza e disponibiliza módulo público de gestão eletrônica de informações e documentos no município?	50
Oferece oportunidades de participação da população na discussão do orçamento, com periodicidade anual?	14,29
Disponibiliza informações sobre as audiências públicas realizadas no último ano, com (i) divulgação antecipada do calendário, (ii) transmissão online, (iii) possibilidade de participação remota e (iv) publicação dos resultados	7,14
Possui Conselho de Transparência ou Combate a Corrupção?	0
Disponibiliza informações sobre as consultas públicas realizadas no último ano, com (i) divulgação do material relevante, (ii) possibilidade de participação remota e (iii) publicação dos resultados	0
Possui página ou portal com informações sobre todos os conselhos de políticas públicas ativos, incluindo (i) legislação de criação, (ii) lista de membros, (iii) formas para entrar em contato com membros, (iv) atas atualizadas das reuniões e (v) calendário atualizado de encontros, incluindo realizados e programados	0

Fonte: Dados da pesquisa

Cluster 5

ID PCP		
PCP	Indicador	%
3	Demais créditos a receber	100
4	Dívida ativa tributária	100
7	Bens móveis	100
	Bens imóveis	100
	Depreciação, amortização ou exaustão de imobilizado	100
11	Pessoal a pagar	100
	Encargos sociais a pagar	100
13	Fornecedores e contas a pagar	100
14	Demais obrigações	100
17	Participações permanentes	100
18	Estoques	100
4	Dívida ativa não tributária	88,89
11	Benefícios assistenciais a pagar	77,78
1	Créditos tributários a receber	66,67
11	Benefícios previdenciários a pagar	66,67
10	Empréstimos tomados	55,56
	Financiamentos tomados	55,56
4	Ajuste para perdas	44,44
7	Reavaliação e redução ao valor recuperável de imobilizado	44,44
5	Provisões	33,33
12	Provisão atuarial	33,33
2	Créditos previdenciários a receber	22,22
6	Ativo contingente	0
6	Passivo contingente	0
15	Softwares, patentes, marcas, licenças e congêneres	0
	Amortização de intangível	0
	Reavaliação e redução ao valor recuperável de intangível	0
16	Outros ativos intangíveis	0
	Amortização (Outros ativos intangíveis)	0
	Reavaliação e redução ao valor recuperável (Outros ativos intangíveis)	0
17	Redução ao valor recuperável de participações permanentes	0

Fonte: Dados da pesquisa

LEG	
Indicador	%
Possui norma de regulamentação da Lei nº 12.257, a Lei de Acesso à Informação (LAI)?	33,33
Possui norma sobre dados abertos ou Plano de Dados Abertos (em vigência)?	11,11
Possui regulamentação de conflitos de interesses?	0
Possui norma de proteção ao denunciante?	0
Possui norma de regulamentação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e concluiu o processo de adequação, com definição de encarregado de dados, informações de contato e divulgação das instâncias de governança?	0

Fonte: Dados da pesquisa

PLAT

Indicador	%
Possui Portal da Transparência, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui Portal de Dados Abertos, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	88,89
Possui canal de ouvidoria, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	88,89
Promove visualizações dos dados (painéis, dashboards, gráficos, infográficos), nos portais da transparência ou de dados abertos, que facilitem o entendimento dos cidadãos?	77,78
Possui canal de acesso à informação, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	66,67
Disponibiliza, em seu portal principal, ferramentas de acessibilidade, como símbolo de acessibilidade em destaque, subtítulo por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras e audiodescrição, em conformidade com as normas de acesso para pessoas com deficiência estabelecidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)?	22,22
Possui serviço eletrônico de pedidos de acesso à informação que (i) permita acompanhar a tramitação do pedido, (ii) permita protocolar recursos, (iii) forneça número de protocolo e (iv) permita o registro anônimo de pedidos de acesso à informação.	11,11
Publica relatórios estatísticos de ouvidoria, com periodicidade trimestral?	0
Possui Diário Oficial em plataforma online, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	0
Publica relatórios estatísticos de acesso à informação atualizados, com periodicidade trimestral?	0
Possui canal para a realização de denúncias de corrupção anônimas, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	0

Fonte: Dados da pesquisa

TAG

Indicador	%
Possui órgão de controle interno criado por norma, com atribuições de transparência, controle interno, auditoria, correição, ouvidoria, prevenção e combate à corrupção?	88,89
O órgão de controle interno está no primeiro/segundo escalão de governo?	44,44
O órgão de controle interno realiza planejamento anual de auditorias?	11,11
Divulga anualmente informações sobre o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual?	11,11
O governo divulga informações sobre sua estrutura, como (i) organograma, (ii) cargos e (iii) funções?	11,11
Divulga agenda do chefe do executivo, com periodicidade diária ?	0
O órgão de controle interno possui servidores efetivos?	0
Divulga em sua página oficial e de forma acessível (até dois cliques) o Código de Ética ou de Conduta dos servidores públicos?	0
O governo publica pareceres e/ou relatórios dos órgãos de controle externo, como Tribunal de Contas e Ministério Público, com periodicidade ao menos anual?	0
O órgão de controle interno publica pareceres e/ou relatórios de auditoria interna com periodicidade ao menos anual?	0

Fonte: Dados da pesquisa

TFO

Indicador	%
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre receitas públicas, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	100
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre despesas públicas, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	100
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre transferências intergovernamentais voluntárias, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	100
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados com os salários nominais de servidores efetivos e comissionados, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	88,89
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados com as verbas indenizatórias nominais (diárias, auxílios, viagens e outros valores que não compõem o salário) dos servidores efetivos e comissionados, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	88,89
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre transferências intergovernamentais obrigatórias (por exemplo, repasse de impostos), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	88,89
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre patrimônio público (bens imóveis), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	88,89
Divulga relatório resumido de execução orçamentária, com periodicidade bimestral?	88,89
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre licitações, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	88,89
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre contratos públicos (inclusive aditivos), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	88,89
Divulga, em relação às despesas públicas, as seguintes informações: (i) número do processo, (ii) bem fornecido ou serviço prestado, (iii) nome e CNPJ/CPF do fornecedor, (iv) licitação correspondente, quando aplicável	77,78
Divulga, em relação às licitações, as seguintes informações: (i) número da licitação, (ii) modalidade, (iii) situação, (iv) valor, (v) órgão, (vi) tipo, (vii) objeto, (viii) edital, (ix) empresas participantes, (x) empresa selecionada (nome e CNPJ), (xi) total proposto, (xii) total homologado.	55,56
Possui plataforma para acompanhamento de obras públicas com informações financeiras e orçamentárias, com periodicidade de atualização mensal, que inclui: (i) execução orçamentária (valores empenhados, pagos e liquidados), (ii) valores pagos em cada medição e valores que ainda serão medidos, e (iii) relatório de medição	44,44
Divulga, em relação aos contratos públicos e aditivos, as seguintes informações: (i) número do processo, (ii) objeto, (iii) tipo de contratação, (iv) nome, (v) CPF/CNPJ, (vi) órgão contratante, (vii) vigência, (viii) valor total, (ix) valores parciais, (x) íntegra dos documentos.	44,44
Divulga, em relação às receitas públicas, os lançamentos e recebimentos de receita de cada unidade gestora, inclusive recursos extraordinários?	33,33
Divulga relatório de gestão fiscal, com periodicidade quadrimestral?	33,33
Divulga, em relação aos repasses de emendas parlamentares, as seguintes informações: (i) valor, (ii) nome do parlamentar e partido, (iii) órgão de destino, (iv) data de liberação, (v) objeto, (vi)	22,22

beneficiário, (vii) estágio do processo e (viii) número do processo	
Possui uma plataforma para acompanhamento de obras públicas com informações de execução física, com periodicidade de atualização mensal, que inclui: (i) localização da obra, (ii) imagens, (iii) nome dos representantes e formas de contato, (iv) data de início e fim da obra, (v) etapas atrasadas, tempo de atraso e eventual indicação de paralisação da obra, (vi) percentual de execução de cada etapa, e (vii) contagem de dias da vigência do contrato	22,22
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre emendas parlamentares, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	11,11
Divulga relatórios da dívida pública, com periodicidade anual?	11,11
Utiliza um Portal e/ou seção de Compras Públicas Eletrônicas, com (i) sistema de registro de preço, (ii) sistema de cadastro dos fornecedores, (iii) lista de fornecedores penalizados e motivo para tal, e (iv) manuais explicativos sobre compras públicas com linguagem cidadã	11,11
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre vantagens e benefícios recebidos por servidores públicos e custeado por terceiros (por exemplo, viagens e diárias pagas por empresas), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	0
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre doações recebidas pelo ente, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	0
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre incentivos fiscais, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	0
Divulga, em relação às parcerias celebradas sob a Lei nº 13.019/2014 (MROSC), as seguintes informações: (i) edital, (ii) termos celebrados, (iii) plano de trabalho, (iv) data de assinatura, (v) identificação do instrumento, (vi) órgão da administração pública responsável, (vii) nome da organização da sociedade civil e CNPJ, (viii) objeto, (ix) valor total, (x) valores parciais, (xi) situação da prestação de contas.	0

Fonte: Dados da pesquisa

CEP

Indicador	%
Possui uma área destinada a notícias/informações em seu portal para difundir atualizações pertinentes aos cidadãos, com ao menos dez postagens no último trimestre?	77,78
Possui, pelo menos, duas redes sociais ativas, com postagens feitas no último mês?	55,56
Utiliza e disponibiliza módulo público de gestão eletrônica de informações e documentos no município?	33,33
Possui Conselho de Transparência ou Combate a Corrupção?	0
Oferece oportunidades de participação da população na discussão do orçamento, com periodicidade anual?	0
Disponibiliza informações sobre as consultas públicas realizadas no último ano, com (i) divulgação do material relevante, (ii) possibilidade de participação remota e (iii) publicação dos resultados	0
Possui página ou portal com informações sobre todos os conselhos de políticas públicas ativos, incluindo (i) legislação de criação, (ii) lista de membros, (iii) formas para entrar em contato com membros, (iv) atas atualizadas das reuniões e (v) calendário atualizado de encontros, incluindo realizados e programados	0
Disponibiliza informações sobre as audiências públicas realizadas no último ano, com (i) divulgação antecipada do calendário, (ii) transmissão online, (iii) possibilidade de participação remota e (iv) publicação dos resultados	0

Fonte: Dados da pesquisa

Cluster 6

ID PCP		
PCP	Indicador	%
3	Demais créditos a receber	100
4	Dívida ativa tributária	100
	Dívida ativa não tributária	100
5	Provisões	100
7	Bens móveis	100
	Bens imóveis	100
	Depreciação, amortização ou exaustão de imobilizado	100
11	Pessoal a pagar	100
	Benefícios previdenciários a pagar	100
	Benefícios assistenciais a pagar	100
	Encargos sociais a pagar	100
12	Provisão atuarial	100
13	Fornecedores e contas a pagar	100
14	Demais obrigações	100
17	Participações permanentes	100
18	Estoques	100
1	Créditos tributários a receber	75
4	Ajuste para perdas	75
15	Softwares, patentes, marcas, licenças e congêneres	75
2	Créditos previdenciários a receber	50
7	Reavaliação e redução ao valor recuperável de imobilizado	50
10	Empréstimos tomados	50
	Financiamentos tomados	50
6	Passivo contingente	25
	Ativo contingente	0
15	Amortização de intangível	0
	Reavaliação e redução ao valor recuperável de intangível	0
16	Outros ativos intangíveis	0
	Amortização (Outros ativos intangíveis)	0
	Reavaliação e redução ao valor recuperável (Outros ativos intangíveis)	0
17	Redução ao valor recuperável de participações permanentes	0

Fonte: Dados da pesquisa

LEG	
Indicador	%
Possui norma de regulamentação da Lei nº 12.257, a Lei de Acesso à Informação (LAI)?	100
Possui regulamentação de conflitos de interesses?	100
Possui norma de regulamentação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e concluiu o processo de adequação, com definição de encarregado de dados, informações de contato e divulgação das instâncias de governança?	100
Possui norma sobre dados abertos ou Plano de Dados Abertos (em vigência)?	50
Possui norma de proteção ao denunciante?	25

Fonte: Dados da pesquisa

PLAT

Indicador	%
Possui Portal da Transparência, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui Portal de Dados Abertos, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui canal de acesso à informação, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui canal de ouvidoria, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	100
Possui Diário Oficial em plataforma online, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	75
Publica relatórios estatísticos de acesso à informação atualizados, com periodicidade trimestral?	75
Publica relatórios estatísticos de ouvidoria, com periodicidade trimestral?	50
Disponibiliza, em seu portal principal, ferramentas de acessibilidade, como símbolo de acessibilidade em destaque, subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras e audiodescrição, em conformidade com as normas de acesso para pessoas com deficiência estabelecidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)?	50
Promove visualizações dos dados (painéis, dashboards, gráficos, infográficos), nos portais da transparência ou de dados abertos, que facilitem o entendimento dos cidadãos?	50
Possui canal para a realização de denúncias de corrupção anônimas, com fácil acesso (até dois cliques) a partir do site principal do governo?	0
Possui serviço eletrônico de pedidos de acesso à informação que (i) permita acompanhar a tramitação do pedido, (ii) permita protocolar recursos, (iii) forneça número de protocolo e (iv) permita o registro anônimo de pedidos de acesso à informação.	0

Fonte: Dados da pesquisa

TAG

Indicador	%
Possui órgão de controle interno criado por norma, com atribuições de transparência, controle interno, auditoria, correição, ouvidoria, prevenção e combate à corrupção?	100
O órgão de controle interno está no primeiro/segundo escalão de governo?	100
O órgão de controle interno possui servidores efetivos?	100
O órgão de controle interno realiza planejamento anual de auditorias?	100
O governo publica pareceres e/ou relatórios dos órgãos de controle externo, como Tribunal de Contas e Ministério Público, com periodicidade ao menos anual?	75
Divulga anualmente informações sobre o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual?	75
Divulga em sua página oficial e de forma acessível (até dois cliques) o Código de Ética ou de Conduta dos servidores públicos?	75
O governo divulga informações sobre sua estrutura, como (i) organograma, (ii) cargos e (iii) funções?	50
O órgão de controle interno publica pareceres e/ou relatórios de auditoria interna com periodicidade ao menos anual?	50
Divulga agenda do chefe do executivo, com periodicidade diária?	25

Fonte: Dados da pesquisa

TFO

Indicador	%
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados com os salários nominais de servidores efetivos e comissionados, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	100
Divulga, em relação às despesas públicas, as seguintes informações: (i) número do processo, (ii) bem fornecido ou serviço prestado, (iii) nome e CNPJ/CPF do fornecedor, (iv) licitação correspondente, quando aplicável	100
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre transferências intergovernamentais obrigatórias (por exemplo, repasse de impostos), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	100
Divulga, em relação aos contratos públicos e aditivos, as seguintes informações: (i) número do processo, (ii) objeto, (iii) tipo de contratação, (iv) nome, (v) CPF/CNPJ, (vi) órgão contratante, (vii) vigência, (viii) valor total, (ix) valores parciais, (x) íntegra dos documentos.	100
Divulga, em relação às parcerias celebradas sob a Lei nº 13.019/2014 (MROSC), as seguintes informações: (i) edital, (ii) termos celebrados, (iii) plano de trabalho, (iv) data de assinatura, (v) identificação do instrumento, (vi) órgão da administração pública responsável, (vii) nome da organização da sociedade civil e CNPJ, (viii) objeto, (ix) valor total, (x) valores parciais, (xi) situação da prestação de contas.	100
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre patrimônio público (bens imóveis), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	100
Divulga relatório resumido de execução orçamentária, com periodicidade bimestral?	100
Divulga relatórios da dívida pública, com periodicidade anual?	100
Divulga, em relação às receitas públicas, os lançamentos e recebimentos de receita de cada unidade gestora, inclusive recursos extraordinários?	75
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados com as verbas indenizatórias nominais (diárias, auxílios, viagens e outros valores que não compõem o salário) dos servidores efetivos e comissionados, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	75
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre receitas públicas, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	75
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre despesas públicas, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	75
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre transferências intergovernamentais voluntárias, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	75
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre licitações, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	75
Divulga, em relação às licitações, as seguintes informações: (i) número da licitação, (ii) modalidade, (iii) situação, (iv) valor, (v) órgão, (vi) tipo, (vii) objeto, (viii) edital, (ix) empresas participantes, (x) empresa selecionada (nome e CNPJ), (xi) total proposto, (xii) total homologado.	75
Publica mensalmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre contratos públicos (inclusive aditivos), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	75

Possui plataforma para acompanhamento de obras públicas com informações financeiras e orçamentárias, com periodicidade de atualização mensal, que inclui: (i) execução orçamentária (valores empenhados, pagos e liquidados), (ii) valores pagos em cada medição e valores que ainda serão medidos, e (iii) relatório de medição	75
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre emendas parlamentares, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	50
Divulga relatório de gestão fiscal, com periodicidade quadrimestral?	50
Utiliza um Portal e/ou seção de Compras Públicas Eletrônicas, com (i) sistema de registro de preço, (ii) sistema de cadastro dos fornecedores, (iii) lista de fornecedores penalizados e motivo para tal, e (iv) manuais explicativos sobre compras públicas com linguagem cidadã	50
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre doações recebidas pelo ente, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	25
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre incentivos fiscais, com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	25
Divulga, em relação aos repasses de emendas parlamentares, as seguintes informações: (i) valor, (ii) nome do parlamentar e partido, (iii) órgão de destino, (iv) data de liberação, (v) objeto, (vi) beneficiário, (vii) estágio do processo e (viii) número do processo	25
Publica anualmente, no Portal de Dados Abertos ou no Portal da Transparência, bases de dados sobre vantagens e benefícios recebidos por servidores públicos e custeado por terceiros (por exemplo, viagens e diárias pagas por empresas), com: (i) acesso gratuito às bases e publicado com licença aberta (formatos como .csv, .odt e .txt) (ii) dados legíveis por máquina (formatos como .csv, .json, .xml) (iii) possibilidade de download dos dados (iv) série histórica	25
Possui uma plataforma para acompanhamento de obras públicas com informações de execução física, com periodicidade de atualização mensal, que inclui: (i) localização da obra, (ii) imagens, (iii) nome dos representantes e formas de contato, (iv) data de início e fim da obra, (v) etapas atrasadas, tempo de atraso e eventual indicação de paralisação da obra, (vi) percentual de execução de cada etapa, e (vii) contagem de dias da vigência do contrato	25
Fonte: Dados da pesquisa	

CEP

Indicador	%
Possui, pelo menos, duas redes sociais ativas, com postagens feitas no último mês?	100
Possui uma área destinada a notícias/informações em seu portal para difundir atualizações pertinentes aos cidadãos, com ao menos dez postagens no último trimestre?	100
Utiliza e disponibiliza módulo público de gestão eletrônica de informações e documentos no município?	75
Oferece oportunidades de participação da população na discussão do orçamento, com periodicidade anual?	75
Possui Conselho de Transparência ou Combate a Corrupção?	0
CEP07. Disponibiliza informações sobre as consultas públicas realizadas no último ano, com (i) divulgação do material relevante, (ii) possibilidade de participação remota e (iii) publicação dos resultados	0
Disponibiliza informações sobre as audiências públicas realizadas no último ano, com (i) divulgação antecipada do calendário, (ii) transmissão online, (iii) possibilidade de participação remota e (iv) publicação dos resultados	0
Possui página ou portal com informações sobre todos os conselhos de políticas públicas ativos, incluindo (i) legislação de criação, (ii) lista de membros, (iii) formas para entrar em contato com membros, (iv) atas atualizadas das reuniões e (v) calendário atualizado de encontros, incluindo realizados e programados	0

Fonte: Dados da pesquisa

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa que trata do tema: transparência na administração pública dos municípios do estado do Espírito Santo no âmbito do Poder Executivo, de responsabilidade do aluno do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrado) em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo, Rodrigo Santos da Mata, sob a orientação do Professor Dr. Rafael de Lacerda Moreira. O objetivo principal desta pesquisa é elaborar um quadro da transparência para os municípios do estado do Espírito Santo, sustentado pelos resultados do Índice de Transparência e Governança Pública da Transparência Internacional Brasil (ITGP), que avaliou todos os municípios capixabas em 2022, bem como considerando que a transparência pode ser analisada a partir de diferentes dimensões (orçamentária, contábil, institucional, etc.) (Zuccolotto *et al.*, 2015).

Para tanto, será necessário realizar os seguintes procedimentos, caso concorde em participar da pesquisa: Responder a um roteiro de entrevista contendo questões sobre a percepção de profissionais que atuam na Controladoria Municipal ou órgão equivalente, em relação à transparência pública. Durante a aplicação do entrevista, caso se sinta desconfortável ou constrangido com alguma questão, a qualquer momento, você poderá desistir de participar. Seu anonimato está garantido, de forma que não há riscos de que dados individuais sejam identificados como seus. A análise dos resultados será feita e divulgada de forma agregada. Além disso, caso julgue necessário você pode entrar em contato com o pesquisador responsável por meio do e-mail: rodrigo.mata@ufes.br ou telefone: (27) 99864-5580.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

(De acordo com as Normas da Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde).

Eu, Rodrigo Santos da Mata, aluno do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrado) em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo, sob a orientação do Professor Doutor Rafael de Lacerda Moreira, convido você, profissional que atua na Controladoria do Município ou órgão equivalente, exercendo atribuições de controle interno, a participar da presente pesquisa.

- a) O objetivo principal desta pesquisa é elaborar um quadro da transparência para os municípios do estado do Espírito Santo, sustentado pelos resultados do Índice de Transparência e Governança Pública da Transparência Internacional Brasil (ITGP), que avaliou todos os municípios capixabas em 2022, bem como considerando que a transparência pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas ou dimensões (orçamentária, contábil, institucional, etc.) (Zuccolotto *et al.*, 2015).
- b) Caso você participe da pesquisa será necessário responder um instrumento de pesquisa na forma de roteiro de entrevista. O instrumento é composto de perguntas sobre as percepções de profissionais que atuam na Controladoria Municipal ou órgão equivalente, em relação à transparência pública.
- c) Para tanto, o interessado deverá retornar este contato informando o modo como deseja nos atender (presencial ou remota), dia e horário. Atualmente, damos preferência para entrevistas remotas, via *Google Meet*, mas essa decisão ficará a critério do entrevistado.
- d) É possível que você experimente algum desconforto ou constrangimento, em função de alguma questão que possa causar tal inconveniente. Contudo, se isso acontecer você estará livre para não responder à questão ou desistir da pesquisa em qualquer etapa dela.
- e) Em caso de dúvidas e/ou maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, o contato será com o pesquisador responsável: Rodrigo Santos da Mata, e-mail: rodrigo.mata@ufes.br, telefone: (27) 99864-5580.
- f) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento.
- g) Sob nenhuma hipótese seu nome será divulgado. Todas as informações relativas à sua participação no estudo serão confidenciais e usadas apenas para fins científicos.
- h) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.
- i) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código para cada um dos respondentes.

Eu, li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios da minha participação na pesquisa. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Vitória/ES, julho de 2023.

- 1) De forma geral, qual sua visão sobre a transparência na administração pública?
- 2) Como o Controle Interno ou outro setor (responsável pela transparência do município) está estruturado? Considere na resposta a independência de atuação do setor, o uso de pessoal qualificado/treinado, o uso de tecnologias adequadas e suficientes, etc.
- 3) Que atores (sociais, políticos, econômicos) você considera que exercem pressão sobre o nível de transparência no seu município?
- 4) Que tipo(s) de informação(ões) é(são) exigida(s) da Administração com maior frequência? São estabelecidos níveis de prioridade no atendimento às solicitações de informação?
- 5) Você considera que o nível de transparência em seu município é melhor, igual ou pior do que o restante dos municípios do Estado? Por quê?
- 6) Quanto a este grupo de municípios (1 e 6 para melhor nível de transparência, e grupos 2 e 5 para pior nível de transparência), você considera que o nível de transparência em seu município é melhor, igual ou pior? Por quê?
- 7) Apresente considerações adicionais, caso sinta a necessidade de acrescentar tópicos não cobertos pelas questões acima e que você considera relevante para explicar a transparência do seu município.

APÊNDICE C - DENDOGRAMA DA ANÁLISE DE CLUSTER

